



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA – UEFS**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PPPG**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO**

**NAYANNE MAGNA RIBEIRO VIANA**

**TRAQUEJOS E LABUTAS:** trabalhadores escravizados no sertão do Piauí.

(São Raimundo Nonato, segunda metade século XIX).

**NAYANNE MAGNA RIBEIRO VIANA**

**TRAQUEJOS E LABUTAS:** trabalhadores escravizados no sertão do Piauí.  
(São Raimundo Nonato, segunda metade século XIX).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado, Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elciene Rizzato Azevedo

Feira de Santana – Bahia

2018

**Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS**

V668t Viana, Nyanne Magna Ribeiro  
Traquejos e labutas: trabalhadores escravizados no sertão do Piauí (São Raimundo Nonato, segunda metade século XIX) / Nyanne Magna Ribeiro Viana . - 2018.  
147 f.: il.

Orientadora: Elciene Rizzato Azevedo.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, 2018.

1. Escravidão – São Raimundo Nonato (PI). 2. Escravidão – Séc. XIX.  
I. Azevedo, Elciene Rizzato, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 326 (814.22)

NAYANNE MAGNA RIBEIRO VIANA

**TRAQUEJOS E LABUTAS: trabalhadores escravizados no sertão do Piauí**

(São Raimundo Nonato, segunda metade século XIX).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em História.

**Banca Examinadora:**

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Elciene Rizzato Azevedo – orientadora (UEFS)  
Doutora em História Social (Unicamp)

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Kátia Lorena Novais Almeida  
Doutora em História Social (UFBA)

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Sharyse Piroupo do Amaral  
Doutora em História Social (UFBA)

Feira de Santana – Bahia

2018

“Histórias importam. Muitas histórias importam. Histórias têm sido usadas para expropriar e tornar maligno. Mas histórias também podem ser usadas para capacitar e humanizar. Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida”.

Chimamanda Ngozi Adichie.

Para meus pais, Nazaré e Bartolomeu

Para meu irmão, Estevão Magno

Para João Vitor e Antonio Lisboa

## AGRADECIMENTOS

“[...] você verá que é mesmo assim  
Que a história não tem fim  
Continua sempre que você responde ‘sim’  
À sua imaginação  
À arte de sorrir cada vez que o mundo diz ‘não’  
[...]  
Agora é brincar de viver”

Guilherme Arantes  
e Jon Lucien

Por trás de uma pesquisa existem muitas histórias. Os agradecimentos contam um pouco dessas histórias e dizem sobre os parceiros que ajudaram a construir o trabalho. Sem o apoio incondicional dos meus pais, Bartolomeu e Nazaré, seria inviável a realização deste projeto. Sou grata por uma vida e por todo o esforço para que eu conseguisse estudar. Agradeço pelas muitas vezes que tiveram que acordar em madrugadas frias para arrumar minhas viagens e esperar até meia noite por minha chegada, sem nunca reclamar. Agradeço pelo cuidado, orações, acalanto, palavras positivas e a confiança no meu trabalho. Meu irmão Estevão, agradeço pelo apoio incondicional. Seu amor, carinho e amizade são a força que me mantiveram firme.

Aos meus avós, João de Deus e Lolita, que, nos últimos meses, compartilharam da escritura desta dissertação, sempre atentos a cada passo do desenvolvimento do texto e fazendo perguntas bem difíceis, porque são as perguntas dos não iniciados. São meus exemplos de coragem, força de vontade, pensamento positivo e honestidade. Grata por tudo! À tia Rita, agradeço por todo cuidado, sobretudo, nos últimos meses. Nas tardes de escritura, sempre chegava com aqueles cafezinhos quentes, sem contar os muitos almoços. Meu carinho e agradecimento a Maristela Ferreira (*in memoriam*). No começo dessa caminhada, com um gesto de carinho e cuidado passou aquela força e energia necessárias. À toda minha família, meus tios, padrinhos, primos e amigos, com os quais sempre contei com o carinho e até mesmo ajuda financeiramente. Não vou citar todos porque são muitos e não quero correr risco de esquecer alguém.

Aos amigos do “FEUDO” – Rafael, Andrade, Simone, Taiane, Layla e Fernanda, colegas de graduação, amigos para a vida. Sempre contei com apoio e incentivo deles. A Cosmo Luan, Isoleide, Zé Wagner, amigos de longa data. Agradeço pela energia positiva e o cuidado

ao longo dessa caminhada. No caminho de construção desta dissertação, Irisneide Máximo foi uma grande amiga e parceira. Ajudou-me em diversos momentos, especialmente adquirindo livros raros sobre a história do Piauí.

Sou imensamente grata aos meus professores da graduação e amigos, mestre Ari Vitoriano, Pedrina Nunes, Gabriel, que me apoiaram de várias formas para cursar o mestrado. A minha amiga e mestre-professora Déborah Gonsalves. Desde o ensino médio, Deborah tem auxiliado na minha formação. Na graduação, ajudou-me em vários momentos e, no mestrado, tornou-se minha amiga e parceira de trabalho.

À UEFS e ao Programa de Pós-graduação em História, pela oportunidade de realizar esse mestrado. Desde o primeiro dia que cheguei na UEFS, fui acolhida com carinho e atenção. Todos os dias vividos entre o prédio do mestrado, as cantinas, o RU e a biblioteca foram cheios de aprendizado e boas histórias para contar. Agradeço todos os funcionários que me ajudaram de alguma maneira, em especial a Julival e todos do PPGH. Também não poderia deixar de agradecer à Tia Neide do RU, que sempre me tratou com carinho.

Agradeço à CAPES que financiou esta pesquisa, para que assim pudesse dedicar-me de forma integral a realização deste estudo.

Agradeço a todos os professores do mestrado, sobretudo aqueles com que tive disciplina: Andréa da Rocha Rodrigues, Rinaldo César Nascimento Leite, Carlos Augusto Lima Ferreira e José Augusto Ramos da Luz. Ao professor Clóvis Ramaiana, que foi um grande amigo em Feira, por isso, sou imensamente grata. Aos professores Eurelino Coêlho e Elizete Silva, embora não tenha tido aulas com eles, aprendi muitas lições de história. À professora Ione Celeste, agradeço por todas as lições de história e pela amizade.

Às professoras Kátia Lorena Novais Almeida e Sharyse Piroupo do Amaral, pela colaboração com observações, dicas de bibliografia e sugestões no processo de qualificação. E também por aceitarem participar da banca de avaliação deste trabalho. Muito obrigada!

Agradecimento especial à minha orientadora Elciene Azevedo, por aceitar participar do desenvolvimento deste estudo. Suas sugestões e críticas foram significativas para a conclusão deste trabalho e para meu crescimento como pesquisadora. Sempre atenta a todos os detalhes, dedicada, com bom humor, leveza e palavras positivas. Grata por tudo!

Quando cheguei em Feira, contei com carinho, acolhimento de Alcione, Larissa, Rafael, Maria e Roberta – que se tornaram “meus anjos de Feira”, por isso, muito obrigada. Não posso deixar de mencionar o jovem Bento, que seu nascimento traga luz para esse mundo. Aos colegas de mestrado – Fernando, Isabel, Laiane, Vânia, Miléia, Tafila, Mirian, Guilherme



e Cristiane, já que tivemos bons momentos juntos em Feira. Aprendi muito com cada um de vocês, por isso, sou grata.

Nesses dois anos de mestrado, tive o prazer de conhecer algumas pessoas maravilhosas, que agradeço pelas experiências compartilhadas e as boas memórias, a citar: Caio (Rui Barbosa/BA), Gabriela (Santo Amaro/BA), José Adriano (Sergipe), Marlus, Marcos e Júnior (Eunápolis/BA), Priscila (Brumado/BA), Priscila Godinho (São Gabriel/BA), Rui Marcos (Brumado/BA), Suzana (Guanambi/BA), Vivian (Santos/SP), entre outros. A todos os meus colegas de boxe da academia Vida Ativa, sobretudo a Joba, meu treinador. Vivi bons momentos com essa galera e com Joba aprendi sobre boxe e vida. No boxe, conheci uma grande amiga, Fernanda, a qual sou grata pelo cuidado e carinho – como forma de agradecimento cito um trecho da música que embalou nossas manhãs a caminho do boxe “e agora como posso te esquecer?”, e eu não vou lhe esquecer.

Eu estive em duas ocasiões realizando pesquisa no Arquivo Público do Piauí, por isso, precisei passar uma temporada em Teresina. Naquele período, fui hospedada por Igo, Luiz, Fernando, Hilda e Tatiane, eles cuidaram muito bem de mim. Por isso, sou grata pela hospedagem e pelos momentos bons que vivemos (sobretudo pela oportunidade de conhecer o Rufinos bar). Agradeço a Tatiane e Cibele por me emprestarem o equipamento de fotografia.

Ainda em Teresina, agradeço todos os funcionários do Arquivo Público do Piauí, que me acolheram com atenção e esforçaram-se o máximo para ajudar encontrar o que precisava.

Aos professores Mairton Celestino e Rodrigo Caetano, agradeço pela viabilização de texto sobre escravidão no Piauí. Na UFPI, agradeço ao PETHISTÓRIA e ao Programa de Pós-Graduação em História pelo acesso a materiais de pesquisa.

Agradeço ao todo o pessoal do Laboratório de Documentação e Pesquisa em História/UESPI. O trabalho de limpeza e digitalização realizado pelos laboratórios foi essencial para o desenvolvimento deste estudo.

Em São Raimundo Nonato, agradeço aos funcionários do cartório 1º ofício de São Raimundo Nonato, sobretudo Abmerval Gomes.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Stela e ao IPHAN de São Raimundo Nonato, pelo apoio com materiais para a elaboração desta pesquisa.

Um especial agradecimento à “República da Caféina e Casa Dona Flor e seus Dois Maridos”. Unidos por forças dos tempos, como personagens saídos das páginas de um romance, eu, João e Lisboa dividimos, em Feira, além da residência, boas histórias regadas a muito café. Meu Teodoro, Meu Vadinho, vocês foram o presente fantástico que o mestrado proporcionou, vocês revolucionaram minha vida! Sou grata por tudo que vivemos em Feira e por todas as

memórias que construímos juntos – memórias com sabor de café – Se choramos ou se sorrimos, o importante é que cerveja bebemos. Sempre vou lembrar com carinho e saudade das nossas longas conversas sentados no Mangueira, no Vando's bar e no 4 estações e das muitas outras aventuras por Feira e adjacências (viva São João! rsrs). Meu querido amigo João, os dois anos que moramos juntos foram muito divertidos. Lembro com carinho das cruzadas que enfrentamos para nos estabelecer em Feira. Agradeço pelo carinho cuidado e por todas as conversas sobre política, a vida e a história. Lisboa, meu querido amigo, é muito difícil sintetizar agradecimentos à altura de tudo que vivemos nesses trinta meses de dissertação, contudo, agradeço pelo apoio e pela força de suas palavras. Dividimos as dores e os prazeres desse mestrado. Sou grata pela sua dedicação, paciência e carinho.

Esse mestrado foi um dos momentos mais difíceis, intenso e feliz da minha vida. Posso afirmar com toda convicção que em nenhum momento me arrependi de ter vindo para Feira e ter encarado esse desafio, pois era onde eu queria estar. Sim, tive várias crises, chorei várias vezes, mas também ri várias vezes disso. Conheci pessoas fantásticas que mudaram minha vida para melhor e ajudaram a expandir minha mente para ver coisas que até então não enxergava. Também aprendi a valorizar muito mais aquelas pessoas amadas. E acima de tudo me diverti muito. Por isso, termino este trabalho, esta fase da minha vida com a leveza de quem cresceu como pessoa e aprendeu a ser uma pesquisadora melhor. E, para finalizar, agradeço as forças maiores do universo que me iluminaram com sabedoria e proteção – “... em meu coração, Maria acende sua luz e me aponta o caminho”.

## RESUMO

A presente pesquisa objetiva compreender como se estruturava a escravidão em São Raimundo Nonato, município do sertão do Piauí, na segunda metade do século XIX, com intuito de discutir sobre a organização do trabalho escravo, o perfil da população cativa local, os arranjos familiares, as possibilidades e as táticas utilizadas pelos cativos para alcançar a liberdade e as condições de vida dos libertos. Para tanto, realizou-se o entrecruzamento de fontes variadas, como os inventários *post-mortem*, os registros cartoriais e paroquiais, as correspondências e os relatórios administrativos, as matrículas e a classificação de escravos, entre outros. Dessa maneira, foi possível verificar aspectos da experiência de ser escravizado numa região caracterizada pela prática da criação do gado e pela agricultura de subsistência, com produção voltada para o abastecimento do mercado interno.

**Palavras-chave:** Escravidão. Século XIX. São Raimundo Nonato – Piauí.

## ABSTRACT

The present work aims to understand how slavery was structured in São Raimundo Nonato, a municipality in the hinterland of Piauí, in the second half of the nineteenth century. This research aims to discuss about the organization of slave labor, the profile of the local captive population, family arrangements, tactics performed by the captives to achieve freedom and the living conditions of freedman. For that end, it was done a crosslink between various sources, such as the *post-mortem* inventories, records in notary's offices and parishes, letters and administrative reports, registrations and classification of slaves, among others. That way, it was possible to verify the experience of being enslaved in an area characterized by the practice of livestock and subsistence agriculture, with production focused on supply the internal market.

**Keywords:** Slavery. Nineteenth century. São Raimundo Nonato - Piauí;

## ÍNDICE DE GRÁFICOS, MAPAS E TABELAS

<b>Gráfico 1</b> – População livre e escravizada de São Raimundo Nonato - 1855, 1865 e 1872. ...	35
<b>Mapa 1</b> – Carta topográfica e administrativa da Província Do Piauí, 1850.....	28
<b>Mapa 2</b> – Território Serra Da Capivara .....	29
<b>Tabela 1</b> – Quantidade de cabeças de gado bovino por inventário.....	49
<b>Tabela 2</b> – Quantidade de gado cavalari e muares por inventário. ....	50
<b>Tabela 3</b> – Posse escrava em São Raimundo Nonato, Piauí, 1836 a 1888. ....	55
<b>Tabela 4</b> – Distribuição dos inventários por faixa de fortuna. (1836-1888).....	58
<b>Tabela 5</b> – Valor médio dos escravos em idade produtiva, por período e sexo, 1836-1888....	61
<b>Tabela 6</b> – Relação dos escravos pertencentes a Fellipe Rodrigues Coêlho – matrícula de 1872. .....	65
<b>Tabela 7</b> – Composição da população cativa de São Raimundo Nonato, segundo qualidade/origem, 1836-1888.....	69
<b>Tabela 8</b> – Distribuição etária da população escrava por período – inventários. ....	74
<b>Tabela 9</b> – Distribuição etária da população escrava no censo 1872, por sexo.....	74
<b>Tabela 10</b> – Relação das (dos) escravas (os) pertencentes ao Coronel Jose Antunes Piauílino De Macedo, em 1874. ....	76
<b>Tabela 11:</b> Profissões escravos da freguesia de São Raimundo Nonato - Censo de 1872. ....	78
<b>Tabela 12:</b> Profissão escravos município de São Raimundo Nonato, 1874.....	82
<b>Tabela 13:</b> Estado conjugal da população escravizada das freguesias de São Raimundo Nonato e São João do Piauí, e da Província do Piauí, no Censo de 1872.....	89
<b>Tabela 14:</b> Tipos de alforrias em São Raimundo Nonato.....	97
<b>Tabela 15:</b> Escravos matriculados e manumitidos na província do Piauí, no ano de 1883.....	113

## **LISTAS DE ABREVIATURAS**

**APPI** – Arquivo Público do Piauí

**LABHIST** – Laboratório de Documentação e Pesquisa em História. Universidade Estadual do Piauí - UESPI, *campus* prof. Ariston Dias Lima – São Raimundo Nonato/PI.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	15
<b>CAPÍTULO I - Entre o gado e a cultura de subsistência: os viveres e os poderes no sertão do PIAUÍ</b> .....	26
2.1. A vila, suas extensões territoriais e suas gentes. ....	26
2.2. O curral e a roça – os víveres .....	39
2.3. Estrutura e distribuição da propriedade escrava.....	54
<b>CAPÍTULO II - Trabalhadores escravizados no sertão pecuarista: perfil populacional, família e sociabilidade</b> .....	63
3.1. Gênese e perfil populacional.....	63
3.2. Nos serviços da roça, labutas com o gado e afazeres domésticos.....	75
3.3. Experiência familiar e laços de sociabilidade.....	87
<b>CAPÍTULO III - Fins e começos: da escravidão à liberdade</b> .....	95
4.1. Fins: caminhos para uma vida em liberdade .....	95
4.2. Libertos pelo Fundo de Emancipação .....	109
4.3. Começos: uma vida para além do cativo.....	116
<b>Conclusão</b> .....	128
<b>Fontes e Referências bibliográficas</b> .....	131
6.1. Fontes .....	131
6.2. Referências bibliográficas .....	138

## INTRODUÇÃO

Longe dos grandes centros urbanos do Brasil, encravada entre caatingas e serras do sertão do Piauí, estava localizada a pequena vila de São Raimundo Nonato, cenário desta pesquisa. Uma comunidade rural com economia voltada para o mercado interno, caracterizada por pequenas propriedades que mesclavam a criação do gado com a agricultura de subsistência. Tomando esse cenário socioeconômico é que a presente dissertação tem como objetivo compreender como estruturou-se a escravidão nessa região durante a segunda metade do século XIX. Dessa forma, espera-se conhecer que sociedade escravista ali se formou, com intuito de caracterizar o perfil dos trabalhadores cativos; a distribuição e a utilização da mão-de-obra escravizada; as experiências de vida familiar e as possibilidades de alforria.

São Raimundo Nonato está inserida num contexto cuja a criação do gado foi a base para a conquista e o povoamento. Tanya Maria Pires Brandão afirma que a política colonial portuguesa para a região que, hoje, corresponde ao estado do Piauí incluía ocupá-la e explorá-la economicamente. Ocupar significava a conquista territorial, dito de outra forma, uma ação que visava exterminar e/ou escravizar os indígenas e ali instalar fazendas para criação do gado. Desse modo, a Coroa passou a conceder terras, através do regime de sesmarias, para quem estivesse disposto a tais empreendimentos. A escolha da pecuária para a exploração econômica está relacionada às condições físicas regionais, pois não havia nessa região potencial para extrativismo mineral e a produção agrícola em larga escala era limitada pelas qualidades dos solos, visto que grande parte do território piauiense está situada na região semiárida do país, onde há ocorrência de frequentes secas. Ademais, as longas distâncias dos portos dificultavam o escoamento da produção. Outro fator importante a ser considerado foi “a capacidade da criação bovina de ocupar vasta área em tempo relativamente exíguo, com reduzido número de pessoas e pouco capital”. Deste modo, conforme Brandão a pecuária se tornou a alternativa para exploração econômica regional e fixação de colonos.<sup>1</sup>

Na metade do século XVII, quando começou a colonização propriamente dita do Piauí, a pecuária tinha fundamental importância para a economia colonial, porque fornecia um dos alimentos básicos para a população – a carne – e consistia na principal força motriz dos engenhos de açúcar. Por ser uma parte, no todo da economia colonial, e sobretudo porque a ocupação territorial instava o afastamento do “curral” do “engenho”, os pecuaristas adentraram

---

<sup>1</sup> BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII**. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999, p.47.



os sertões em busca de terra para a criação dos seus rebanhos. Logo, a colonização do Piauí efetivou-se quando os criadores vindos da Bahia e Pernambuco começaram a instalar as suas fazendas do outro lado do rio São Francisco. As fazendas espalharam-se por todo o território piauiense, possibilitando o fornecimento de gado e seus derivados para Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Maranhão, Pará, Rio de Janeiro, entre outros.<sup>2</sup> Por isso, durante o período colonial, o Piauí tornou-se “o curral e o açougue do Brasil”, como afirmou Luiz Mott.<sup>3</sup>

Em comparação a outras regiões do Piauí, o processo de colonização de São Raimundo Nonato deu-se de forma tardia, em decorrência do longo conflito entre os colonos e os Pimenteiras, um dos grupos indígenas locais. Somente nas primeiras décadas do século XIX, foi, de fato, efetivada a colonização da região. Ana Stela de Negreiros Oliveira, no estudo “O povoamento colonial do Sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência”<sup>4</sup>, classificou o processo de colonização da região em duas etapas. A primeira consistiu na chegada dos primeiros sertanistas procedentes do São Francisco, a partir do final do século XVII, e a instalação das primeiras fazendas. Já a segunda fase deu-se a partir da expulsão dos Jesuítas (1759) e foi caracterizada pelo conflito entre os colonizadores e os índios Pimenteiras, decorrente da expansão das fazendas de gado. Oliveira afirma que “durante essa fase, ocorreu o abandono de diversas fazendas pelos moradores locais e, depois, o despovoamento da região, com a dispersão dos povos indígenas para que ocorresse um repovoamento colonial e a construção geográfico-social daquela área”.<sup>5</sup>

Os Pimenteiras<sup>6</sup>, como eram conhecido um dos grupos de indígenas que habitava o sudeste do Piauí, permaneceram em conflito direto com o colonizador por mais de quarenta anos consecutivos. A resistência dos Pimenteiras fez com que a região fosse considerada o “último reduto dos povos indígenas do Piauí”<sup>7</sup>, pois, somente no início do século XIX, foram derrotados. Ao fim desse processo, muitos índios haviam morrido ou sido escravizados, outros

---

<sup>2</sup> BRANDÃO, 1999, p.38.

<sup>3</sup> MOTT, Luiz. **Piauí colonial: população, economia e sociedade**. 2. ed. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010. (Coleção Grandes Textos- vol. 8), p.91.

<sup>4</sup> OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. **O povoamento Colonial do Sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência**. 2007. 201 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife-PE, 2007.

<sup>5</sup> OLIVEIRA, Op.Cit., p.27.

<sup>6</sup> Sobre os índios Pimenteiras ver trabalhos de OLIVEIRA (2007); NEGREIROS, Rômulo Macêdo Barreto de. **As Trilhas da Morte no Sertão das Pimenteiras – PI (1769-1815): caracterização e reconhecimento arqueológico de um Território**. 2012. 134 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife-PE, 2012; ASSIS, Rafael da Silva. **Os Índios do Território Serra da Capivara: História, memória e ensino**. 2016. 101 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA, Universidade Federal do Tocantins – UFT. Araguaína – TO, 2016.

<sup>7</sup> OLIVEIRA, Op.Cit. p.136.

foram incorporados às famílias locais como crias e esposas dos colonos.<sup>8</sup> As terras que pertenciam aos Pimenteiros foram “distribuídas entre familiares, amigos e companheiros da guerra, transformam-se em várias fazendas de gado e roçados de lavoura”.<sup>9</sup>

O fim dos conflitos entre os Pimenteiros e os colonos – no começo do oitocento – marcou a consolidação do processo de colonização do Piauí. Naquele período, conforme Solimar Oliveira Lima, “a pecuária estava estabelecida por todo o território piauiense, de norte a sul, e continuava como atividade principal” e era sustentada “eminente de trabalho escravizado dos negros. Nasceu assim e assim permaneceu até os últimos dias do sistema” escravista.<sup>10</sup> Essa característica influenciou fortemente os estudos sobre a escravidão no Piauí.

Dentro da historiografia piauiense, a escravidão tem sido um tema de relativo destaque. Em “Historiografia da escravidão negra no Piauí”, Solimar Oliveira Lima classificou a historiografia sobre escravidão negra no Piauí em dois grupos: a “historiografia clássica” e os “jovens historiadores”. O primeiro é “formado pelos historiadores Odilon Nunes, Monsenhor Chaves, Luiz Mott, Tanya Brandão, Miridan Falci e Solimar Lima<sup>11</sup>”, que consiste nas primeiras pesquisas sobre escravidão no Piauí e estabeleceram “as bases do debate sobre as relações escravista na formação social”.<sup>12</sup> Nas décadas de 1950 a 1970, os estudos de Nunes e Chaves trouxeram as primeiras discussões sobre a escravidão no Piauí, contudo, não romperam com a tese de incompatibilidade da economia piauiense com o trabalho escravo. Os trabalhos acadêmicos de Mott, Brandão, Falci e Lima, a partir da década de 1980, foram responsáveis por romper com o mito do antagonismo do pastoreio e as relações escravistas e com a ideia de pouca importância da mão-de-obra cativa para o funcionamento da pecuária e da agricultura piauiense. Acrescentaram novas discussões como a importância da posse de escravo para o status social dos proprietários; a diferenciação no tratamento dos trabalhadores escravizados

---

<sup>8</sup> OLIVEIRA, 2007.

<sup>9</sup> DIAS M., Claudete Maria. **Povoamento e despovoamento: da pré-história à sociedade escravista colonial**. FUMDHAMENTOS VII. 2008. p. 418-429. Disponível em: <http://www.fumdam.org.br/fumdhamentos>. Acesso em: 19 de junho de 2014, p. 426.

<sup>10</sup> LIMA, Solimar Oliveira. **Fazenda: pecuária, agricultura e trabalho no Piauí escravista (séc. XVII - séc. XIX)**. Teresina: EDUFPI, 2016, p.15.

<sup>11</sup> Solimar Oliveira Lima refere-se aos seguintes estudos: NUNES, Odilon. **Pesquisas para História do Piauí**. editora: Artenova – Rio de Janeiro, 1975. (Vol. 1 a 4); CHAVES, J.R.F. **Obra completa**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998; MOTT, Luiz. **Piauí colonial: população, economia e sociedade**. 2. ed. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010. (Coleção Grandes Textos- vol. 8); BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII**. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999; FALCI, Miridan Britto Knox. **Escravos do Sertão: demografia, trabalho e relações sociais. Piauí. 1826-1888**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995; LIMA, Solimar Oliveira. **Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822-1871)**. - Passo Fundo: UPF, 2005. Cf. LIMA, Solimar Oliveira (Org.). **Historiografia da escravidão negra no Piauí**. Teresina - PI: EDUFPI, 2015, p.8.

<sup>12</sup> LIMA, *ibid.*

das fazendas da Nação para as propriedades particulares e o caráter violento das relações escravistas no cativeiro público e o uso intensivo da mão-de-obra escrava.<sup>13</sup> O segundo grupo<sup>14</sup> é formado por “jovens historiadores oriundos dos programas de pós-graduação que realizaram suas pesquisas nas últimas décadas”. Consiste num grupo que aborda a escravidão por perspectivas diversificadas e que trouxe importantes avanços para o entendimento do que foi a escravidão negra no Piauí.<sup>15</sup>

A análise da historiografia piauiense sobre a escravidão negra demonstrou que, embora as pesquisas tenham avançado de forma significativa nas últimas décadas, regiões como São Raimundo Nonato foram poucas estudadas. Até a presente data, o estudo de Déborah Gonsalves Silva, intitulado “Arranjos de sobrevivência: relações familiares entre escravos no sertão do Piauí (São Raimundo Nonato, 1871-1888)”, é o único trabalho voltado exclusivamente para essa região. A referida dissertação teve como objetivo estudar a formação familiar e o compadrio entre escravos com intuito de “identificar, a partir das vivências cotidianas dos escravos da vila de São Raimundo Nonato, as estratégias e os significados das relações de parentesco (vertical e horizontal) para a manutenção e, muitas vezes, para a sobrevivência da família desses escravos sertanejos”.<sup>16</sup>

<sup>13</sup> Cf. LIMA, Solimar Oliveira (Org.). **Historiografia da escravidão negra no Piauí**. Teresina - PI: EDUFPI, 2015; LIMA, Solimar Oliveira. **Fazenda: pecuária, agricultura e trabalho no Piauí escravista (séc. XVII - séc. XIX)**. Teresina: EDUFPI, 2016.

<sup>14</sup> Alguns do trabalho que autor se refere, Cf. CARVALHO R., Genimar Machado. **Escravidos da Nação e educandos artífices nas obras públicas destinadas à construção de Teresina (1850-1873)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, 2013; SILVA, Déborah Gonsalves. **Arranjos de sobrevivência: relações familiares entre escravos no sertão do Piauí (São Raimundo Nonato, 1871-1888)**. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação História Social Universidade Federal do Maranhão – UFMA – São Luís, 2013; SILVA C., Mairton. **“Batuque na Rua dos Negros: Cultura e polícia na Teresina da segunda metade do século XIX”**. Dissertação. (Mestrado em História Social) - Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador – BA, 2008; SILVA C., Mairton. **“Batuque na Rua dos Negros: Cultura e polícia na Teresina da segunda metade do século XIX”**. Dissertação. (Mestrado em História Social) - Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador – BA, 2008; DA COSTA, Francisca Raquel. **Escravidão e conflitos: cotidiano, resistência e controle de escravos no Piauí na segunda metade do século XIX**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Piauí - UFPI, Teresina – PI, 2009; SOARES, Débora Laianny Cardoso. **A Justiça no sertão: escravidão, processos crimes e o aparato judicial no Piauí (1850/1888)**. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013; SOUSA, Talyta Marjorie Lira. **Filhos do Sol do Equador: as vivências e experiências cotidianas de trabalhadores negros na sociedade teresinense no final do século XIX**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, 2012; OLIVEIRA FILHO, Francisco Helton de Araújo. **Cativos do Sertão: A família escrava na freguesia de N. S. do Carmo de Piracuruca, Piauí - (1850-1888)**. 2016. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza, 2016; SILVA, Rodrigo Caetano. O negro escravo: o labor e condições de vida de cativos nas cidades de Parnaíba, século XIX. In: LIMA, Solimar Oliveira (Org.). **Historiografia da escravidão negra no Piauí**. Teresina - PI: EDUFPI, 2015, p.177-198; ARAÚJO, Charlene Veras. A Lei do Ventre Livre no Piauí: disciplina e controle na transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado a segunda metade do século XIX. In: LIMA, Solimar Oliveira (Org.). **Historiografia da escravidão negra no Piauí**. Teresina - PI: EDUFPI, 2015, p.29-28.

<sup>15</sup> LIMA, 2015.

<sup>16</sup> SILVA, 2013, p.14.

Em linhas gerais, o estudo de Silva introduziu São Raimundo Nonato nas discussões sobre a escravidão no Piauí e no Brasil, demonstrou, através da análise dos registros de batismos, inventários e documentos administrativos (correspondências e relatórios) que, na região, predominaram pequenas posses de escravos e um reduzido número de proprietários de escravos. No que concerne ao cotidiano no cativo, constatou que o estabelecimento de arranjos familiares e o compadrio foram fundamentais para garantir a sobrevivência no cativo e dentro dos limites impostos pela sua condição jurídica, de modo que alguns escravos conseguiram construir espaços de autonomia.<sup>17</sup> Todavia, há muito trabalho a ser feito, uma vez que um único estudo não consegue abranger a complexidade das relações escravistas desenvolvidas em um determinado lugar. Por isso, a proposta deste trabalho foi avançar na compreensão da organização da escravidão, sobretudo procurando examinar aspectos pouco explorados por Silva, como o uso do trabalho escravo e a passagem da escravidão para a liberdade. Em alguns momentos, também revisitamos algumas questões abordadas pela autora com o propósito de avançar a análise a partir de dados e fontes suplementares.

O recorte temporal desta pesquisa é a segunda metade do século XIX, período de transformações administrativas, econômicas e populacionais em São Raimundo Nonato. No decorrer das primeiras décadas do século, sobretudo com o fim dos conflitos entre os colonos e os indígenas, ocorreu um aumento da população da região e o desenvolvimento dos primeiros núcleos populacionais, tais como Confusões, Ponta de Serra e Genipapo. Em 1832, foi criada a Freguesia de São Raimundo Nonato, que, a princípio, foi instalada em Confusões (hoje, cidade de Caracol do Piauí), dois anos mais tarde, transferida para Genipapo. Com a transferência da sede da freguesia, a povoação passou a ser chamada de “Sam Raymundo Nonato” e, em 1850, a pequena povoação foi elevada à categoria de vila.

A segunda metade do século XIX foi marcada por profundas mudanças no sistema escravista no Brasil. Em 1850, a Lei Eusébio de Queiroz proibiu efetivamente o tráfico atlântico de escravos africanos e, conseqüentemente, provocou a intensificação do tráfico interno. Em regiões com condições econômicas limitadas, como São Raimundo Nonato, os proprietários passaram a depender cada vez mais da reprodução interna de suas escravarias para a manutenção das posses. Nas décadas seguintes, vieram a Lei do Ventre Livre (1871), que, entre outras medidas, determinou que todos os filhos de mulheres escravas nascidos a partir daquela data seriam considerados livres; a Lei dos Sexagenários (1885), que concedeu liberdade aos

---

<sup>17</sup> SILVA, Op. Cit., p.103.

escravos maiores de sessenta anos e estabeleceu outras regulamentações para extinção gradual da escravidão, e, finalmente, a Lei Áurea (1888), que aboliu a escravidão.

Ao estudar São Raimundo Nonato nos últimos anos antes da abolição, procuramos apreender como as mudanças na política escravista do Império foram vivenciadas por senhores e escravos em nível local. Nas palavras de Giovanni Levi, perceber como “todos, e cada um em seu lugar, se esforçam para encontrar uma resposta para os problemas que lhes vêm da grande história”.<sup>18</sup>

Com relação ao *corpus* documental, utilizamos fontes de natureza diversa. Os inventários *post-mortem* disponíveis no LABHIST – Laboratório de Documentação e Pesquisa em História, campus Ariston Dias Lima, Universidade Estadual do Piauí – UESPI, cidade de São Raimundo Nonato – PI<sup>19</sup>, foram fundamentais para compreender aspectos da organização socioeconômica, da vida familiar e material, o mecanismo de acumulação de riquezas, a estrutura de posse e distribuição dos escravos, as características da população cativa, entre outros. Ao todo, foram analisados 163 inventários produzidos em São Raimundo Nonato entre 1836 a 1899, incluindo arrolamentos e partilhas amigáveis. Embora o recorte da pesquisa corresponda à segunda metade do século, resolvemos manter os inventários anteriores a 1850, por entender que contribuíram para a investigação proposta. Para análise quantitativa, foram excluídos os estragados e os incompletos, bem como aqueles cuja data de abertura foi posterior a 1888. Depois dessas seleções, restaram 91 processos, que foram sistematizados numa base de dados produzida no Excel 2016, contendo as seguintes informações: data de abertura e falecimento, nome do inventariado e inventariante, residência, quantidade de filhos, quantidade de escravos, valor total dos bens (*o monte-mor*) e os bens.<sup>20</sup> Depois, classificamos em seis faixas de fortunas, conforme o *monte-mor*, ou seja, a soma de todos os bens, a descrever: Faixa 1 (um) – correspondem a fortunas abaixo de 500\$000 mil réis; a Faixa 2 (dois) – entre 500\$000 a 1:000\$000 réis; Faixa 3 (três) - 1:000\$001 a 5:000\$000 réis; Faixa 4 (quatro): 5:000\$001 a

---

<sup>18</sup> LEVI, Giovanni. **A herança imaterial:** trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.47.

<sup>19</sup> O LABHIST – Laboratório de Documentação e Pesquisa em História, *campus* Ariston Dias Lima, Universidade Estadual do Piauí – UESPI é o principal centro de documentação histórica de São Raimundo Nonato, visto que a cidade não dispõe de arquivo público municipal. O trabalho de limpeza e digitalização realizada pela equipe do laboratório permitiu que esta pesquisa utilizasse uma quantidade maior de documentos.

<sup>20</sup> Os bens foram agrupados em: 1 – *Acessórios pessoais:* colares, anéis, brincos, botões, esporas, calçados, capas de couro, imagens de santos, alfinetes, pulseiras, cordões, trancelim, argolas, pentes, armas e entre outros. 2 - *Gado* – vacum, cavalos, burros, jumentos, cabras, porcos, ovelhas. 3 - *Bens de raiz* – Fazendas, casas, sítios, roças, posses de terra, tanques e entre outros. 4 - *Ferramentas e equipamentos:* Facões, enxadas, machados, armas, chocalhos, foices, cavadores, gibões, selas, cangalhas, brides, esporas, aviamentos para fabricar farinha, alambiques, formões, serrotes, alavancas, arados. 5 - *Móveis e acessórios domésticos:* bancos, cadeiras, mesas, tachos, caixas, painéis, talheres, almofariz, bacias, baús. 6 - *Divida ativas e passivas.*

10:000\$000 réis; Faixa 5 (cinco) - 10:000\$0001 a 50:000\$000 réis e Faixa 6 (seis) – acima de 50:000\$0001 réis.<sup>21</sup>

Outra base de dados, também no Excel 2016, foi construída para listar todos os escravos arrolados nos inventários. Ao todo, trabalhamos com 327 cativos que foram classificados conforme nome, idade, cor, naturalidade, estado conjugal, profissão, valor e condições de saúde. Dessa forma, foi possível caracterizar a população cativa em vários aspectos e estabelecer relações com outros documentos, tais como as matrículas, as cartas de alforria, as escrituras de compra e venda e outros inventários.

Procedimento semelhante ao citado anteriormente foi feito com os dados da “Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação de 1874”, nesse ano, foram registrados 408 cativos maiores de doze anos, uma vez que os menores eram listados juntamente com a mãe.<sup>22</sup> O documento tem importante valor para conhecer os escravos e os senhores, uma vez que não encontramos a matrícula de 1872. Além disso, até 1876, era obrigatório listar todos os escravos residentes no município, apesar disso nem sempre acontecer, não muda o seu valor histórico. É importante destacar que somente a partir dessa data ocorreram mudanças no regulamento para classificação para libertação pelo Fundo de Emancipação. O decreto nº 6.341, de 20 de setembro de 1876, no art. 2º (segundo), determinou que “a classificação para as alforrias compreenderá somente aqueles escravos que possam ser libertados com a importância da quota distribuída ao município”.<sup>23</sup>

---

<sup>21</sup> Os procedimentos utilizados para classificar as riquezas individuais e familiares dos moradores de São Raimundo Nonato são baseados nos conceitos e metodologia utilizadas por outros historiadores para outras regiões do Brasil, sobretudo nos trabalhos de Kátia Mattoso para a província da Bahia, ver: MATTOSO, Katia M. de Queiros. **Bahia, século XIX: uma província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, c1992. XII, 747 p ISBN 85-209-0397-0 (broch.) e MATTOSO, Katia M. de Queiros. *A opulência na Província da Bahia*. In: ALENCASTRO, Luís Felipe de. **História da Vida Privada no Brasil 2. Império: a corte e a modernidade nacional**. 7. Reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp.143-179. Além dos estudos de: BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A elite colonial piauiense: família e poder**. – Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995; FERREIRA, Elisângela Oliveira. **Entre vazante, caatinga e serras: trajetórias familiares e uso do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX**. (Tese de Doutorado). Salvador: UFBA, 2008; AMARAL, SharysePiroupo do. **Um pé calçado, outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860-1900)**. Salvador; Aracaju: Edufba/ Editora Diário Oficial, 2012; COSTA, Alex Andrade. **Tramas e Contendas: Escravos, forros e livres constituindo economias e forjando liberdades na baía de Camamú, 1800 -1850**. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador - BA, 2016; MACIEL, Carlos Roberto Santos. **A composição da riqueza em Boquim e Lagarto/SE (1850-1888)**. 2014. 200 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História Social Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador - Ba, 2014; FREIRE, Luiz Cleber Moraes. **Nem tanto ao mar nem tanto à terra: Agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850-1888**. Feira de Santana-BA: UEFS Editora, 2011.

<sup>22</sup> APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. *Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação*. Documentos diversos/caixa 174. 15 de julho de 1874.

<sup>23</sup> BRASIL (Império). Decreto nº 6.341, de 20 de setembro de 1876. *Altera algumas disposições do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 5135 de 13 de novembro de 1872*. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1876, Página 1019 Vol. 2 pt. II (Publicação Original).

Outro conjunto de documentos importante para o desenvolvimento do estudo foi as diversas correspondências entre as autoridades locais (delegados, vereadores, padres, juízes, coletores e entre outros) e o governo provincial; os códigos de leis piauienses; os Registros de Terras; as Matrículas e classificação de escravos e os mapas populacionais que estão disponíveis no Arquivo Público do Estado do Piauí. Somam-se a esses o Recenseamento Geral do Império de 1872, os Relatórios do Presidente da Província do Piauí, Mapas, Leis e alguns Jornais proveniente de meios online.

Com relação aos documentos cartoriais utilizados, foram encontrados três livros para o século XIX, sendo que um está incompleto e o outro corresponde ao período pós 1888. Deles, utilizamos as procurações, os registros de compra e venda de escravos e propriedades; os registros de Carta de Liberdade. Utilizamos também alguns registros de batismos, casamentos e outros registros paroquiais.<sup>24</sup>

A historiografia brasileira tem se debruçado em diferentes linhas interpretativas sobre o fenômeno da escravidão. A presente pesquisa insere-se no campo da História Social<sup>25</sup> da Escravidão, abordagem que considera os trabalhadores escravizados como agentes históricos, e reafirma a “constatação de que o escravo, enquanto escravo e apesar da escravidão, não deixou de ser um sujeito histórico como outro qualquer, definido e definindo-se no bojo das relações sociais”<sup>26</sup> – estudos que sofreram forte influência da obra do historiador inglês E.P. Thompson, sobretudo no que diz respeito ao conceito de *experiência*.<sup>27</sup>

---

<sup>24</sup> Cópias digitalizadas desse material estão disponíveis no LABHIST.

<sup>25</sup> Mais sobre a história social ver: HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

<sup>26</sup> LARA, Silvia Hunold. Blowin'inthewind: E.P. Thompson e a experiência negra no Brasil. **Proj. História**, São Paulo, (12). out. 1995, p.50.

<sup>27</sup> O conceito de experiência é discutido por E.P. Thompson em: THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981; THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. Vol I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

As proposições teóricas e metodológicas de Robert W. Slenes<sup>28</sup>, Sidney Chalhoub<sup>29</sup>, Kátia Mattoso<sup>30</sup>, B.J. Barickman<sup>31</sup>, Stuart Schwartz<sup>32</sup>, Isabel Reis<sup>33</sup>, Erivaldo Fagundes Neves<sup>34</sup>, Kátia Loena Novais de Almeida<sup>35</sup>, Elisângela Ferreira Oliveira<sup>36</sup>, Sharyse Piroupo do Amaral<sup>37</sup> foram fundamentais para o desenvolvimento da metodologia de análise e a compreensão da escravidão em São Raimundo Nonato, em razão disso são citados ao longo do trabalho. A esses somam-se os estudos sobre a escravidão no Piauí, citados anteriormente, entre outros.

No universo piauiense do século XIX, existiram dois tipos de cativo: público e particular. Os escravos de domínio público nasceram do legado das fazendas que pertenciam a Companhia de Jesus, com a expulsão dos Jesuítas do Brasil – na metade do século XVIII – os bens construídos pela ordem passaram para administração da Nação. Nesta pesquisa, o foco é os escravos de domínio particular, sendo que, até o alcance dela, não foi possível verificar a

---

<sup>28</sup> Ver: SLENES, Robert W. **Na Senzala, uma flor - Esperanças e recordações na formação da família escrava**: Brasil Sudeste, século XIX. 2. ed. Campinas - SP: Editora da Unicamp, 2011. (Histórias do Brasil); SLENES, Robert W. Senhores e subalterno no Oeste paulista. IN: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). **História da vida privada no Brasil: Império**. - São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.280; SLENES, Robert W. Escravos, cartórios e desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora? **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n. 10, p.166-196, ago. 1985.

<sup>29</sup> Cf. CHALHOUB, Sidney. **Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. - São Paulo: Companhia das Letras, 2011; CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. - São Paulo: Companhia das Letras, 2012; CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis: historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

<sup>30</sup> MATTOSO, Katia M. de Queiros. **Bahia, século XIX: uma província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, c1992. XII, 747 p ISBN 85-209-0397-0 (broch.); MATTOSO, Katia M. de Queiros. **Ser escravo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

<sup>31</sup> BARICKMAN, B.J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges).

<sup>32</sup> SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru- Sp: Edusc, 2001.

<sup>33</sup> REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888**. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação História, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas/SP, 2007.

<sup>34</sup> Cf. NEVES, Erivaldo Fagundes. **Escravidão, pecuária e policultura: Alto Sertão da Bahia, século XIX**. - Feira de Santana, Edufba, 2012; NEVES, Erivaldo Fagundes. **Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agromercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)**. 435 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, Recife - PE, 2003; NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)**. 2. ed. Salvador e Feira de Santana - Ba: Edufba e UEFS, 2008; NEVES, Fagundes Neves. **Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)**. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Recife/PE, 2003.

<sup>35</sup> ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. **Alforrias em Rio de Contas, século XIX**. 2006. 174 f. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em História Social - Universidade Federal da Bahia - UFBA. Salvador/BA. 2006; ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. **Escravos e libertos nas minas do Rio de Contas – Bahia, século XVIII**. 2012. 255 f. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador - BA, 2012.

<sup>36</sup> FERREIRA, Elisângela Oliveira. **Entre vazante, caatinga e serras: trajetórias familiares e uso do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX**. (Tese de Doutorado). Salvador: UFBA, 2008.

<sup>37</sup> AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Um pé calçado, outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860-1900)**. Salvador; Aracaju: Edufba/ Editora Diário Oficial, 2012.



existência de fazendas públicas na região, no período em estudo. Feita essa ressalva, passamos para a organização e disposição do texto.

No primeiro capítulo, intitulado *Entre o gado e a cultura de subsistência: os viveres e os poderes no sertão do Piauí*, caracterizamos São Raimundo Nonato, no século XIX, apresentando informações sobre o universo geográfico – clima, vegetação e localização territorial; o processo de povoamento da região e ocupação da terra; a estrutura produtiva e a organização administrativa. Analisamos a composição da população e finalizamos com discussão sobre a estrutura e a distribuição da posse escrava.

No segundo capítulo, nomeado *Trabalhadores escravizados no sertão pecuarista: perfil populacional, família e sociabilidade*, procuramos responder quem eram os escravos que habitavam São Raimundo Nonato na segunda metade do século; como a mão-de-obra escravizada era utilizada e, por fim, as experiências de vida familiar e os diferentes tipos de arranjos sociais entre senhores, escravos, livres e libertos.

No terceiro capítulo, denominado *Fins e começos: da escravidão à liberdade*, analisamos a prática da alforria como intuito de perceber os caminhos utilizados pelos escravizados de São Raimundo Nonato para alcançar a liberdade. Em seguida, verificamos a utilização dos recursos do Fundo de Emancipação e finalizamos discutindo as condições de vida dos libertos.

No decorrer do processo de elaboração da presente pesquisa, o objeto de estudo passou por transformações, contudo, o motivo inicial que moveu a realização deste trabalho permaneceu e fortaleceu-se. A ideia deste estudo nasceu da percepção, enquanto pesquisadora e professora, da limitação do conhecimento histórico sobre a organização socioeconômica e escravidão na região de São Raimundo Nonato, no século XIX. A presença de ancestralidades negras em mais de 100 pequenas comunidades rurais na região de São Raimundo Nonato levou a questionar sobre o significado da escravidão para o processo de formação social local. A região abriga a Comunidade Quilombola Lagoas, que, em termos de extensão territorial e número de famílias, é uma das maiores do país. Abrange um território de 62.365,8 hectares de extensão e abriga em torno de 1.498 famílias descendentes de negros escravizados das fazendas da região, principalmente, da Fazenda São Vitor, bem como das fazendas Sítio da Aldeia, Conceição, Dois Irmãos, Barrinha, Serra Velha, Fazenda Nova, entre outras.<sup>38</sup> Por todo

---

<sup>38</sup>MATOS, Simone de Oliveira. **Povos de Lagoas-PI na construção da Territorialidade Quilombola: uma etnografia**. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Antropologia e Arqueologia Universidade Federal do Piauí - UFPI, Teresina - PI, 2013; FARIA, Ana Tereza Dutra Pena de. **Comunidade quilombola Lagoas**. – Belo Horizonte: FAFICH, 2016. Disponível em: <<[http://www.incra.gov.br/memoria\\_quilombola](http://www.incra.gov.br/memoria_quilombola)>>

território da Comunidade Lagoas, existem referências da cultura e religiosidade afro-brasileira, tais como a “Cova da Tia”.<sup>39</sup> E, por fim, esta pesquisa também nasceu da curiosidade sobre as “estórias” contadas pelos meus avós à beira do fogão de lenha.

---

<sup>39</sup> A “Tia” foi uma mulher negra escravizada da região de São Raimundo Nonato, morreu tragicamente perdida na caatinga enquanto buscava lenha. O local no qual foi encontrada e sepultada passou a ser visitado por inúmeras pessoas que procuram o local para agradecer e pagar promessas, isto até os dias atuais. A “Cova da Tia” está localizada no Morro do Alto Alegre, zona rural de Bonfim do Piauí. Cf. AQUINO, Crisvanete de Castro. **Misticismo e simbolismo na “Cota da Tia”: um olhar sobre o patrimônio cultural imaterial de São Raimundo Nonato e entorno**. Monografia. Curso de Arqueologia e preservação patrimonial, Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, São Raimundo Nonato/PI, 2009.

## CAPÍTULO I

### ENTRE O GADO E A CULTURA DE SUBSISTÊNCIA: OS VIVERES E OS PODERES NO SERTÃO DO PIAUÍ.

“Villa pequena, de condições medíocres” foram as palavras utilizadas pelo secretário de Governo da Província do Piauí, Francisco Augusto Pereira da Costa, para descrever São Raimundo Nonato em “Notícias sobre as comarcas do Piauí” seção apresentada no Relatório do Presidente da Província do Piauí, em 15 de maio de 1885. O secretário argumentava que a criação do gado era a principal atividade econômica da região, porém essa já não oferecia grandes vantagens para os produtores locais e tão quanto para a receita da vila. Da mesma forma, salientava que a lavoura era pequena e mal chegava para o consumo da população local. O comércio “era insignificante” e a indústria não existia. No que diz respeito à população, informou que, na sede do município, residiam pouco mais de 500 pessoas, que representavam uma pequena parcela, uma vez que a grande maioria da população vivia espalhada pelo extenso território do município. Ademais, as secas estacionais que atingiam a região prejudicavam o funcionamento dos negócios públicos e privados. Para completar o cenário desanimador, relatava que as vias que levavam à São Raimundo Nonato tornavam dificultosa a chegada e a saída de pessoas, mercadorias e correspondências. Apesar do tom negativo utilizado pelo secretário, o seu relatório reunia as principais características de São Raimundo Nonato, no século XIX, no que diz respeito às condições climáticas, população e economia.<sup>40</sup>

O objetivo deste capítulo é apresentar São Raimundo Nonato na segunda metade do século XIX. Começamos o texto discutindo aspectos da formação territorial e caracterizando geograficamente a região. Em seguida analisamos a estrutura produtiva e o uso social da terra. Discutimos a composição da população, com finalidade de conhecer o tamanho da população escravizada local e finalizamos enfocando a estrutura de posse escrava, com o propósito de conhecer quem eram os senhores de escravos.

#### **2.1. A vila, suas extensões territoriais e suas gentes.**

---

<sup>40</sup>PIAUI (Província). Relatório Presidente da Província do Piauí Dr. Raymundo Theodorico de Castro Silva. – Teresina: Typ. da imprensa – rua da Pallha. 1º de junho 1885. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

Na segunda metade do século XIX, São Raimundo Nonato (ou Sam Raymundo Nonnato) era então uma pequena vila de cerca de quarentas casas, uma capela de taipa, um cemitério, alguns currais, chiqueiros e roças<sup>41</sup>. Erguida entre à margem do rio Piauí e as serras, a pequena povoação foi elevada à categoria de vila em agosto de 1850, através da Lei Provincial de nº 257. Sobre a localização dessa, a Câmara Municipal informou que:

[...] que essa Villa, sede da Comarca, se acha a margem esquerda do Piauhy, 22 léguas distante das suas nascenças, situada impropriamente em terreno baixo e circulado de altos, em um dos quais, que constitui uma espaçosa e assentada chapada, teria sido ela construído com todas as vantagens desejáveis quanto ao zelo, como promete suceder para o futuro com e aumento da edificação que se entende para esse lado[...].<sup>42</sup>

Anterior a lei de 1850, São Raimundo Nonato abrigava a sede da freguesia rural de mesmo nome, criada por meio do Decreto de 6 de julho de 1832. A princípio a sede freguesia foi instalada num lugar denominado “Confusões”, porém em 1836<sup>43</sup> foi transferida para um lugar chamado Genipapo (Jenipapo ou fazenda Genipapo). William Palha Dias afirma que a transferência da sede da freguesia de “Confusões” para Genipapo visava acomodar em “um local mais apropriado” para as futuras instalações administrativa de uma vila.<sup>44</sup>

Quando a vila de São Raimundo Nonato foi criada, seu território passou abranger o mesmo da freguesia, que havia sido formada por parte dos territórios de Jaicós e Jerumenha. Na “Carta topográfica e administrativa da província do Piauhy” de 1850 – **mapa 1** – é possível observar que a localização da freguesia de Confusões (São Raimundo Nonato), que administrativamente pertencia a Comarca de Parnagua (ou Pernagua).

---

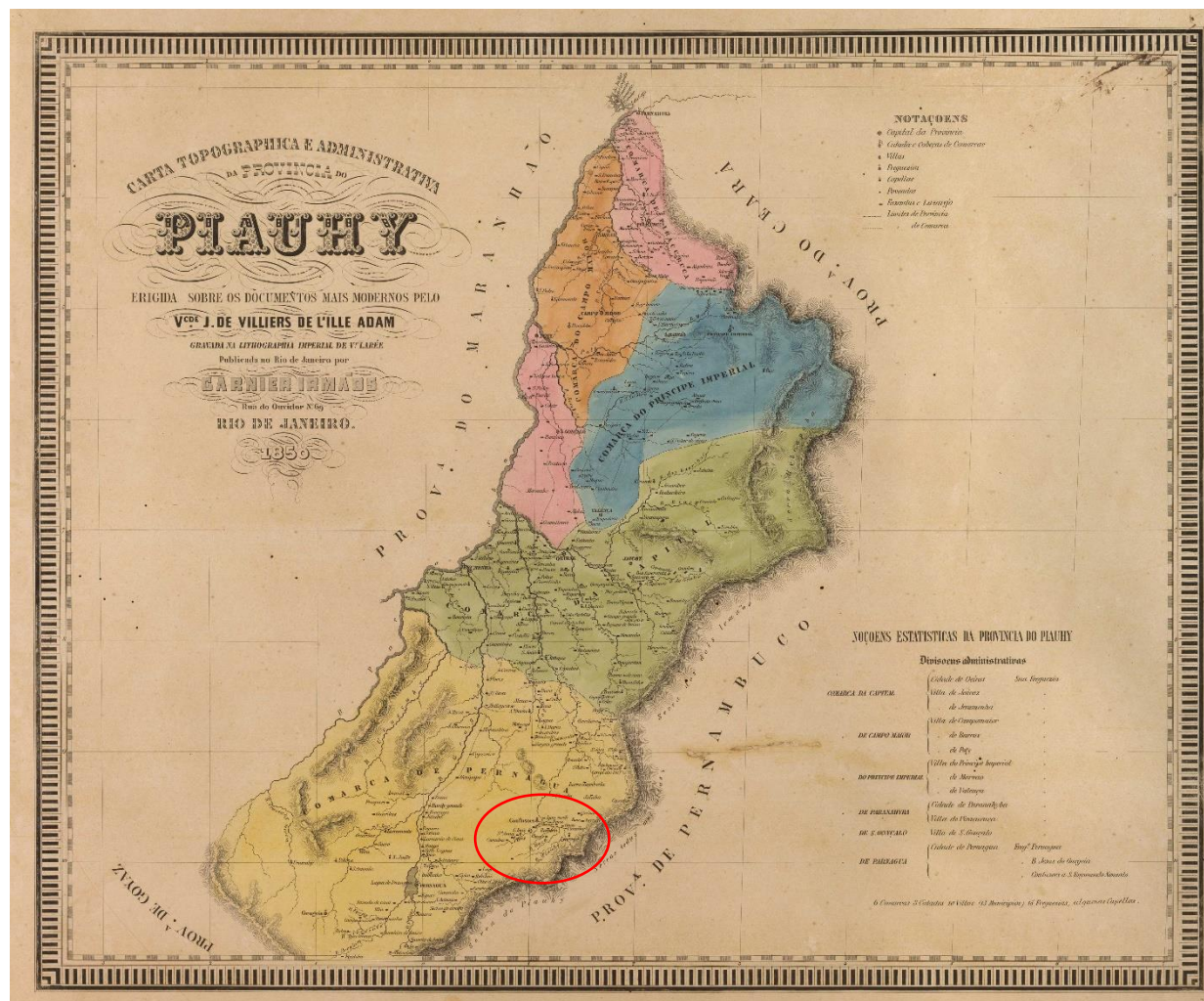
<sup>41</sup> PIAUÍ (Província). Relatório Presidente da Província Dr. Adelino Antonio de Luna Freire. – São Luís do Maranhão: Typ. de B. Mattos, rua paz, 7. 9 de setembro de 1867. Disponível em: <https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

<sup>42</sup> APPI - Séries municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Câmara Municipal/Caixa 642. 10 de janeiro de 1884.

<sup>43</sup> Lei Provincial nº 35, datada de 27 de agosto de 1836.

<sup>44</sup> DIAS, William Palha. **São Raimundo Nonato, de Distrito Freguesia a Vila**. Teresina: William Palha Dias, 2001, p.32.

MAPA 1 – Carta topográfica e administrativa da Província do Piauí, 1850.



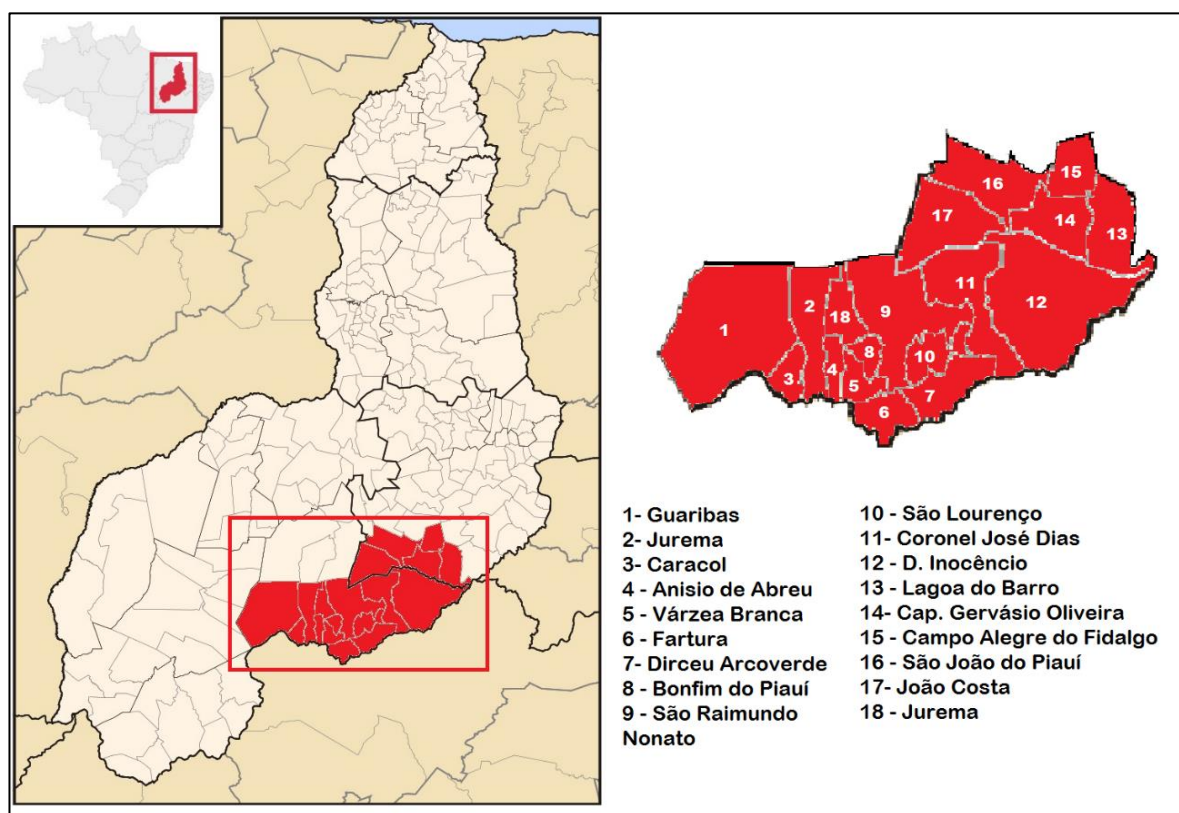
Fonte: [http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=33080](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=33080).

É difícil determinar com exatidão os contornos e a extensão do território do município. Em 1884, a Câmara Municipal de São Raimundo Nonato, através de correspondência ao presidente da Província do Piauí, informou o seguinte sobre os limites territoriais:

[...] este município limita-se com as Províncias da Bahia e Pernambuco, sendo para aquella na distância de 14 a 15 legoas, com o termo do Remanso, cuja Villa dista desta 28 legoas; e para a de Pernambuco na distância de 45 legoas, com o Termo de Petrolina, cuja a séde desta 60 léguas em linha reta, que é transpondo a da Bahia, e 70 pelos seus limites [...].<sup>45</sup>

No lado do Piauí, as fronteiras são incertas devido às constantes mudanças territoriais que passavam a província com a criação de novas freguesias, distritos e vilas. A tarefa é mais complicada quando se trata de pensar a área de abrangência nos dias atuais, visto que a região passou por transformações territoriais tanto no século XIX como no XX. Porém, é possível afirmar que compreendia toda a região hoje denominada Território de Desenvolvimento Serra da Capivara.

**MAPA 2 – Território Serra da Capivara**



**Fonte:** Fundação CEPRO (com adaptações)<sup>46</sup>.

<sup>45</sup> APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Câmara Municipal/Caixa 642. 10 de janeiro de 1884.

<sup>46</sup> Fundação CEPRO. Piauí em números, 10.ed. Teresina, 2013. Disponível em: <http://www.cepro.pi.gov.br/piemnumeros.php>.



O Território Serra da Capivara consiste na atual designação utilizada pelo governo estadual para denominar a área que abrange dezoito municípios<sup>47</sup> que estão localizados no semiárido piauiense. A região é marcada pela existência de secas estacionais, com sete a oito meses sem chuvas. Atualmente, a precipitação média anual é de 600 mm, no caso dos os anos em que as chuvas são melhores. Nos anos de secas mais intensas, a precipitação anual chega bem menos que isso. As temperaturas anuais ficam em torno de 21° C, média de 24° C e máxima de 29° C.<sup>48</sup> Para o século XIX, não temos informações sobre as médias de temperatura, porém, é provável que se aproximassem das condições verificadas no início do século XX, quando a expedição científica do Instituto Oswaldo Cruz, liderada por Arthur Neiva e Belisário Penna, passou pela região, os estudiosos registraram que:

[...] em maio, a média desceu 24°4; o máximo atingiu a 32° nos dias 13, 24 e 30; a mínima foi de 19, observada a 23 no lugar denominado Caracol. Estas observações referem-se principalmente às localidades do Município de S. Raymundo Nonato, onde, segundo informações ministradas pelo Coronel Manoel Antunes de Macedo Junior, na sua fazenda Tanque, a máxima anual atinge a 36° [...].<sup>49</sup>

É uma região dominada pela caatinga, de arbustos e árvores pequenas e médias e muitas plantas espinhosas, formando uma “paisagem cálida e espinhosa” grande parte dessa vegetação desfolha durante os períodos de secas, porém quando vem a chuva a mata renasce e volta a ficar verde.<sup>50</sup>

Em relação às secas, elas são velhas conhecidas dos moradores da região, e mesmo que nunca nos acostumemos com elas, fazem parte do cotidiano dos habitantes desse sertão. Para o século XIX, a documentação analisada faz referência a várias secas. Em 1869, o vigário

<sup>47</sup>O **Território da Serra da Capivara** é composto pelos municípios de Bonfim do Piauí, Capitão Gervásio Oliveira, Coronel José Dias, Dom Inocêncio, Lagoa do Barro do Piauí, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Anísio de Abreu, Campo Alegre do Fidalgo, Caracol, Dirceu Arcoverde, Fartura do Piauí, Guaribas, João Costa, Jurema, São Braz do Piauí, São Lourenço do Piauí e Várzea Branca. **Fonte:** BRASIL. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF - Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba - PLANAP: síntese executiva: Território Serra da Capivara. – Brasília - DF: TDA Desenhos & Art. Ltda., 2006. Disponível: <<<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf>>>.

<sup>48</sup>BRASIL. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF - Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba - PLANAP: síntese executiva: Território Serra da Capivara. – Brasília - DF: TDA Desenhos & Art. Ltda., 2006. Disponível: <<<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf>>>.

<sup>49</sup>PENNA, Belisário & NEIVA, Arthur. "**Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte ao sul de Goiás.** (Estudos feitos a requisição da Inspetoria de Obras contra a seca. Direção: Arrojado Lisboa)". In: Memórias do Instituto Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, Instituto Oswaldo Cruz, 1916. p.75.

<sup>50</sup>BRASIL. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF - Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba - PLANAP: síntese executiva: Território Serra da Capivara. – Brasília - DF: TDA Desenhos & Art. Ltda., 2006. Disponível: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf>>>, p.14.

de São Raimundo Nonato, padre Sebastião Ribeiro Lima, informava que “...tem sido certamente a mais esquecida Matriz da Província, do que a considero a mais merecedora das vistas benéficas do Governo e da Assembleia provincial, atenta a pobreza seos habitantes, flagelados constantemente de terríveis secas...”.<sup>51</sup> Na década seguinte, a Comissão de Socorro da freguesia informava que, até 9 (nove) de fevereiro, as chuvas tinham sido parciais e limitadas, condições que não inspiravam confiança para melhorar a situação de flagelo que a localidade enfrentava.<sup>52</sup> Ainda no ano de 1878, a junta responsável pelo alistamento militar da vila de São Raimundo Nonato informava que não tinha conseguido cumprir os trabalhos devido à “rigorosa seca” que atingia a região.<sup>53</sup>

Em 1885, o então presidente da câmara, José Antunes Piauhyllino de Macêdo, noticiava que “esta Comarca, Exm<sup>o</sup>. Senhor já a (sic) vários anos é marty de excessivas secas”<sup>54</sup>. Quatro anos mais tarde, a Comissão de Socorro comunicava que todos os cereais haviam acabado, só restava para alimento da população carne magra, visto que a criação estava toda morrendo por causa da fome e pela sede e os recursos naturais também já havia se esgotado. Também já não se encontrava animal que pudesse colocar uma carga.<sup>55</sup>

As secas afetavam tanto os negócios privados como os públicos. Para criação do gado, faltava pastagem e água, instando os criadores precisavam deslocar os animais para outros locais e, embora utilizassem esse mecanismo, o rebanho estava suscetível à morte. A agricultura era mais afetada com as secas, pois, sem chuva, não tinha como plantar. No demais, a irregularidade das chuvas trazia perdas às vezes de todo o plantio e, conseqüentemente, levava a escassez de alimentos. Desse modo, a organização do trabalho estava relacionada à ocorrência ou não de chuvas. Por isso, diz-se que na região só existem duas estações, a estação das chuvas, o inverno, e o período sem chuvas, o verão.

O rio Piauí era responsável por fornecer toda a “água necessária na serventia da Villa”. Porém, esse rio é temporário e, em alguns meses do ano, ele fica praticamente seco. Por isso, nesses períodos, apesar da água ser “salobra ao paladar” e bastante turva, as pessoas faziam

---

<sup>51</sup> APPI – Séries municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. Documentos diversos/caixa 174. 1 de fevereiro 1869.

<sup>52</sup> APPI - Séries municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. 9 de fevereiro de 1878.

<sup>53</sup> APPI - Séries municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. 18 de setembro 1878.

<sup>54</sup> APPI - Séries municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. 21 de novembro de 1885.

<sup>55</sup> APPI - Séries municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Câmara Municipal/Caixa 642. 26 de setembro de 1889.



cacimbas no seu leito para conseguir água para beber e para lavagem de roupa.<sup>56</sup> Segundo as informações da Câmara Municipal de São Raimundo Nonato, o ponto navegável mais próximo da vila era o Rio São Francisco, através da Vila de Remanso (Província da Bahia), o que leva a concluir que mesmo que o rio Piauí possuísse alguns trechos navegáveis, esses não eram favoráveis ao comércio e nem ao transporte de pessoas. De resto, o rio cortava todo o território do município e muitas fazendas da região estavam instaladas nas suas margens e afluentes (como o riacho São Lourenço).<sup>57</sup>

Em 1885, quando o secretário do Governo da Província do Piauí, Francisco Augusto Pereira da Costa, caracterizou a vila de São Raimundo Nonato como “pequena”, ele referia-se à população residente na sede do município, visto que reunia um pequeno agrupamento de pessoas, com poucas casas e edifícios públicos. Na década 1860, havia cerca de quarenta oito casas na vila, quiçá um pouco mais ou menos, e a população era de aproximadamente 164 habitantes.<sup>58</sup> De acordo com o “Mappa da população livre e escrava da Província do Piauí, no anno de 1865”<sup>59</sup>, a população de São Raimundo Nonato, entre livres escravos, era de 8519 habitantes. Comparando as informações populacionais do ano de 1865 com 1866, é possível verificar que apenas cerca de 2% da população vivia na sede do município.

Algumas famílias mais abastadas possuíam casas tanto na sede da vila como nos sítios e fazendas<sup>60</sup>. As casas da vila eram alugadas para abrigar pontos comerciais ou órgãos administrativos, como a “Cadeia e a Casa de Câmara e Jury”<sup>61</sup>, visto que a vila não possuía edifícios públicos para tais órgãos.<sup>62</sup> No entanto, essas famílias viviam nas suas propriedades rurais, o que reforça o caráter rural daquela sociedade.

Todavia, a vila não era a maior povoação do município, São João do Piauí possuía maior população e número de casas. Em 1867, São João do Piauí tinha sessenta casas e em

<sup>56</sup> APPI - Séries municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Câmara Municipal/Caixa 642. Câmara Municipal/Caixa 642. 10 de janeiro de 1884.

<sup>57</sup> NEGREIROS, Rômulo Macêdo Barreto de. **As Trilhas da Morte no Sertão das Pimenteiras – PI (1769-1815): caracterização e reconhecimento arqueológico de um Território**. Dissertação (mestrado em Arqueologia). Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, Recife-PE, 2012.

<sup>58</sup> PIAUÍ (Província). Relatório Presidente da Província Dr. Adelino Antonio de Luna Freire. – São Luís do Maranhão: Typ. de B. Mattos, rua paz, 7. 9 de setembro de 1867. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

<sup>59</sup> PIAUÍ (Província). Relatório Presidente da Província Dr. Polidoro Cezar Burlamaque. – Maranhão: Typ. de B. de Mattos, rua da Paz, 7. 1868. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

<sup>60</sup> LABHIST - Inventários *post-mortem*, São Raimundo Nonato - PI, 1836 a 1888.

<sup>61</sup> Até o ano 1886, São Raimundo Nonato não possuía nem cadeia ou casa de câmara e júri, depois dessa data não temos informações sobre a construção de tais edifícios públicos. APPI - Séries municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Câmara Municipal/Caixa 642. 20 de outubro 1886.

<sup>62</sup> APPI - Séries municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Câmara Municipal/Caixa 642. 20 de outubro 1886.

torno de 253 habitantes.<sup>63</sup> São João do Piauí abrigava a sede da freguesia de mesmo nome, porém, por motivos desconhecidos, por meio da lei provincial nº 529 de junho 1864 a referida freguesia foi anexada ao termo de São Raimundo Nonato, que até essa data pertencia ao termo de Oeiras. A presente freguesia fora criada em 1853, instalada num local denominado Jatobá, que possuía uma pequena capela dedicada a São João Batista. Em 1871, São João do Piauí foi elevado à categoria de vila pela lei nº 749 de 26 de agosto de 1871, sendo instalada em março do ano seguinte, e permaneceu pertencendo à Comarca de São Raimundo Nonato até o ano de 1874.<sup>64</sup>

No transcurso do século XIX, a anexação e, depois, separação de São João do Piauí do termo de São Raimundo Nonato constituiu uma importante mudança que tem/teve implicações na configuração territorial e administrativa da região. No entanto, consiste numa relação complexa de entender, pois envolve divisões territoriais, eclesiásticas e judiciais e em momentos diferentes<sup>65</sup>, bem como exige atenção por parte de qualquer pesquisador que estude a região durante o século XIX, visto que, dependendo da natureza da fonte utilizada, as informações podem referir ora a São Raimundo Nonato, ora São João do Piauí, ou a ambas.

São Raimundo Nonato e São João do Piauí constituíam os dois principais núcleos populacionais da região. Entretanto, havia outras povoações menores como Ponta de Serra e Confusões (hoje, cidade de Caracol/PI).

Em 1884, em vista das informações fornecidas pela Câmara Municipal, residiam, na sede do município, aproximadamente 500 pessoas. Embora os dados apresentados não sejam fruto de censo ou arrolamento da população e tratem-se de estimativa feita pelos vereadores ao governo provincial, eles demonstram que a sede da vila era pequena e, mesmo com o aumento da população registrado entre as quase duas décadas que separam 1866 e 1884, a população urbana era reduzida em comparação com a população residente na zona rural.

Neste mesmo ano de 1884, o pároco de São Raimundo Nonato, Padre Pedro de Araujo, por meio de correspondência ao presidente da província relatava sobre o caráter dispersivo da população da freguesia. Segundo o Padre Pedro, os habitantes viviam “espalhados ou

---

<sup>63</sup> PIAUÍ (Província). Relatório Presidente da Província Dr. Adelino Antonio de Luna Freire. – São Luís do Maranhão: Typ. de B. Mattos, rua paz, 7. 9 de setembro de 1867. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

<sup>64</sup> PIAUÍ (Província). Relatório Presidente da Província do Piauí Dr. Raymundo Theodorico de Castro Silva. – Teresina: Typ. da imprensa – rua da Pallha. 1º de junho 1885. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

<sup>65</sup> Segundo Erivaldo Fagundes Neves: “desde o início do processo de colonização do Brasil, nem sempre coincidiam os limites das diferentes circunscrições: subdelegacias (distrito policial), divisão eclesiástica (freguesia) e jurisdição política (distrito de paz)”, ou seja, essa era uma situação comum a outras regiões do Brasil oitocentista. Cf.: NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)**. 2. ed. Salvador e Feira de Santana - Ba: Edufba e Uefs, 2008, p.35.

derramada por todos os cantos e recantos na área de perto de 80 legoas, em comprimento”, o que abrangia toda a extensão da freguesia. Acrescentava ainda que isso consistia num empecilho para o registro da movimentação da população local.<sup>66</sup>

Desse modo, a grande maioria da população vivia dispersa pelas caatingas, chapadas e serras, distribuída entre fazendas, sítios e roças do município. A característica rural, dispersa e rarefeita da população piauiense, está relacionada à estrutura econômica, ao processo de povoamento e às formas de acesso à terra. Conforme Brandão:

Isto se devia ao fato de agricultura e pecuária desenvolvidas exigirem poucos braços, extensas áreas de ocupação e grande espaçamento entre as unidades de produção. Outro fator determinante desse tipo de distribuição demográfica foi a concentração da propriedade fundiária e, conseqüentemente, a necessidade de ocupá-la como garantia de domínio.<sup>67</sup>

Por ocupar o território de forma dispersa, autoridades locais encontravam grande dificuldade para realizar o registro da população, bem como o controle e a fiscalização das leis. Mas essa característica também proporcionou a centralização do poder nas mãos de fazendeiros, que, na ausência do Estado, tornavam-se o símbolo de poder local.

Ainda em relação à população, porém no que diz respeito ao tamanho e à composição, encontramos a mesma dificuldade dos demais historiadores que estudam a população no século XIX depara-se, tratam-se dos dados populacionais que são raros, escassos e incompletos.<sup>68</sup> Para o Piauí, os acervos de fontes demográficas não permitem elaborar “uma evolução detalhada da população”<sup>69</sup>, seja porque não existiam censos regionais periódicos e os que ocorreram eram irregulares, incompletos e, às vezes, com rasuras, ou porque ainda não foi realizada uma sistematização das fontes referentes à evolução da população piauiense. Ademais, os estudos demográficos são reduzidos e limitados a algumas regiões do estado.

Dentro dos limites impostos pelas fontes utilizadas, analisamos o tamanho e a composição da população de São Raimundo Nonato a partir do “Mappa estatístico da População do Município de São Raymundo Nonnato”, elaborado pelo então 1º (primeiro) Suplente de Delegado de Polícia Jeronymo de Souza Nogueira Bozon, no ano de 1855, cinco anos após a

<sup>66</sup> APPI – Séries Municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. Junho de 1884.

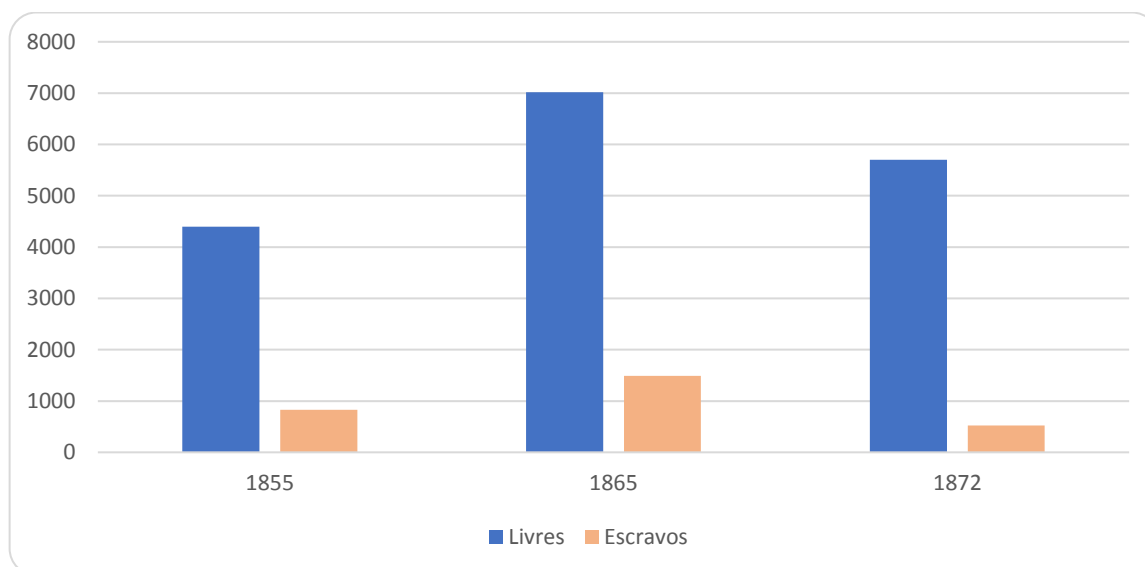
<sup>67</sup> BRANDÃO, 1995, p.64.

<sup>68</sup> AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Um pé calçado, outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860-1900)**. Salvador; Aracaju: EDUFBA/ Editora Diário Oficial, 2012.

<sup>69</sup> FALCI, 1995, p.47.

criação da vila; no “Mappa da população livre e escrava da Província do Piauí, no anno de 1865”<sup>70</sup> e no “Recenseamento Geral do Império de 1872”, conforme apresenta o **gráfico 1**.<sup>71</sup>

**GRÁFICO 1** – População livre e escravizada de São Raimundo Nonato - 1855, 1865 e 1872.



**Fonte:** APPI – Série Municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. “*Mappa estatístico da População do Município de São Raymundo Nonnato*”. Delegacia/Caixa: 174. 26 de maio de 1855; PIAUÍ (Província). Relatório Presidente da Província Dr. Polidoro Cezar Burlamaque. – Maranhão: Typ.de B.de Mattos, rua da Paz, 7. 1868. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 de maio de 2016; BRASIL (Império). Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento Geral do Império de 1872**. Rio de Janeiro. Typ. G. Leuzinger. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>>. Acesso em: 28 de março de 2017.

Em 1855, a população do município de São Raimundo Nonato era de aproximadamente 5224 habitantes, dos quais 826, ou cerca de 15%, eram escravos. Na década seguinte, em 1865, a população chegava a aproximadamente 8519 habitantes, dos quais 1493, ou seja 17,5%, eram escravos. Enquanto isto, no Censo de 1872, havia aproximadamente 6228 mil habitantes no município de São Raimundo Nonato, os escravos correspondiam aproximadamente 8,4% da população.<sup>72</sup>

Algumas considerações são importantes. Primeiro, os dados apresentados não dizem respeito à população real, são dados aproximados e com erros que todo arrolamento e/ou censo populacionais desse período possui. Segundo, ao observamos a evolução da população entre os

<sup>70</sup> PIAUÍ (Província). Relatório Presidente da Província Dr. Polidoro Cezar Burlamaque. – Maranhão: Typ.de B.de Mattos, rua da Paz, 7. 1868. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

<sup>71</sup> BRASIL (Império). Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento Geral do Império de 1872**. Rio de Janeiro. Typ. G. Leuzinger. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>>. Acesso em: 28 de março de 2017.

<sup>72</sup> SILVA, 2013; BRASIL (Império). Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento Geral do Império de 1872**. Rio de Janeiro. Typ. G. Leuzinger. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>>. Acesso em: 28 de março de 2017.

anos de 1855 a 1865, percebe-se que existe um aumento significativo no número de habitantes, esse aumento explica-se em parte pela anexação da freguesia de São João do Piauí ao termo de São Raimundo Nonato no ano 1864, de modo que não é possível verificar quantas pessoas formavam a população de ambas as freguesias. Do mesmo modo, a diminuição observada entre 1865 e 1872 explica-se em parte porque o censo foi realizado por freguesias, logo a população da freguesia de São João do Piauí foi recenseada separadamente da freguesia de São Raimundo.<sup>73</sup> É importante lembrar que, naquele mesmo ano, ocorreu o desmembramento da freguesia de São João do Piauí do termo de São Raimundo Nonato.

Em 1872, a população da Freguesia de São João do Piauí<sup>74</sup> era de 6008 habitantes, destes, 12,7%, ou seja, 765, eram escravos. Juntas, as duas freguesias possuíam cerca de 12 236 habitantes, sendo 10,5% escravos. São João do Piauí possuía uma população menor que São Raimundo Nonato, no entanto, havia maior número de escravos.

Apesar desses dados populacionais não permitirem verificar os movimentos populacionais que ocorreram na região, em virtude das mudanças administrativas e territoriais que aconteceram naquelas décadas, eles possibilitam, no entanto, fazermos algumas considerações sobre a composição da população. Em relação à condição, verificamos que a maioria da população era formada por pessoas “livres”, sendo que predominavam os pardos. No recenseamento de 1872, 68% da população livre era formada por pessoas classificadas como pardas, enquanto que os pretos constituíam 6,6% do quadro populacional. Os brancos e os caboclos formavam, respectivamente, 26,6% e 3,6% da população.<sup>75</sup> Ainda que os dados do censo de 1872 possuam limitações, é possível afirmar que havia naquela região muitas pessoas de ascendência negra, uma vez que 74,63% da população era formado por pessoas pardas e negras. Em suma, era uma população profundamente mestiça.

Na documentação que investigamos para esta pesquisa, ocorrem pouquíssimas referências à população indígena. De meados do século XIX adiante, somente há menções às as populações indígenas quando elas “interfere[m] no estado da civilização”. Em 1884, o pároco de São Raimundo Nonato, Padre Pedro Alvares de Araujo, informava ao presidente da

---

<sup>73</sup>PIAUI (Província). Relatório Presidente da Província do Piauí Dr. Raymundo Theodorico de Castro Silva. – Teresina: Typ. da imprensa – rua da Pallha. 1º de junho 1885. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

<sup>74</sup>De acordo com o censo regional de 1830, São João do Piauí, que era Distrito de Paz do município de Oeiras, possuía uma população de 1.739 habitantes, dos quais 1.112 eram livres e 627 escravos. Cf. PIAUI (Província). Relatório Presidente da Província Dr. Polidoro Cezar Burlamaque. – Maranhão: Typ. de B. de Mattos, rua da Paz, 7. 1868. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

<sup>75</sup>SILVA, 2013; BRASIL (Império). Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento Geral do Império de 1872**. Rio de Janeiro. Typ. G. Leuzinger. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>>. Acesso em: 28 de março de 2017.

província do Piauí que, entre as causas que o atrapalhavam a manter regularidade no “Registro Eclesiástico dos vivos e mortos”, estava “o estado de civilização dos povos que ainda se recente das centenas de indígenas”.<sup>76</sup> O censo de 1872 demonstrou que 3,6 da população local era formada por caboclos, terminologia utilizada para referir descendentes indígenas, porém pouco se pode afirmar sobre essas pessoas. Sabemos, contudo, que a maioria era mulheres, ou seja, das 172 pessoas registradas como caboclas, 69,19% eram mulheres.<sup>77</sup>

Durante o processo de colonização, muitos indígenas trabalharam como escravos nas fazendas de criar gado da região. Entre a documentação analisada para o século XIX, não encontramos informações sobre essa prática em São Raimundo Nonato, porém é provável que alguns índios, de preferência as mulheres e as crianças, trabalhassem como escravas realizando trabalhos de lavoura e de casa como sugeriram as pesquisas realizadas na região. Além disso, muitos colonos que vieram morar na região costumavam casar-se com indígenas. A prática tornou-se comum, por isso, várias famílias possuem descendência desse tipo de união.<sup>78</sup>

Em relação à condição jurídica, verificamos que, logo após a criação da vila, a população escrava correspondia a cerca de 17,5% da população total, enquanto que, em 1872, os escravos representavam 8,4% da população total. Na matrícula de 1886, foram registrados 206 escravos no município de São Raimundo Nonato, contudo, para aquele período não temos informações sobre o quadro total da população para realizarmos a comparação.

Ao comparar o perfil populacional de São Raimundo Nonato com outras regiões do Piauí, verificamos que é equivalente aos demais municípios da província a partir da segunda metade do século XIX, nos quais predominava à população de condição jurídica livre, sendo que os escravos eram em número reduzido.

No município de Piracuruca, ao norte da província, de economia semelhante a São Raimundo Nonato, foi possível observar que a participação dos escravos no total da população apresentava padrão equivalente ao observado para a região de São Raimundo Nonato, ou seja, os escravos correspondiam uma parcela pequena da população. Em 1856, registrou-se que a

---

<sup>76</sup> APPI – Séries municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. Junho de 1884.

<sup>77</sup> BRASIL (Império). Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento Geral do Império de 1872**. Rio de Janeiro. Typ. G. Leuzinger. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>>. Acesso em: 28 de março de 2017.

<sup>78</sup> Sobre o tema ver as pesquisas de: OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. **O povoamento Colonial do Sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, Recife-PE, 2007; ASSIS, Rafael da Silva. **Os Índios do Território Serra da Capivara: História, memória e ensino**. 2016. 101 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA, Universidade Federal do Tocantins – UFT. Araguaína – TO, 2016; NEGREIROS, Rômulo Macêdo Barreto de. **As Trilhas da Morte no Sertão das Pimenteiras – PI (1769-1815): caracterização e reconhecimento arqueológico de um Território**. Dissertação (mestrado em Arqueologia). Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, Recife-PE, 2012.

população cativa era de aproximadamente “10170 habitantes, sendo 9220 livres e 950 escravizados”. No censo de 1872 os escravos representavam 10,71% da população de Piracuruca.<sup>79</sup>

Em outros dois municípios com economias mais dinâmicas, Oeiras e Teresina, antiga e atual capital do Piauí<sup>80</sup>, percebemos um discreto aumento em relação à população escrava. O recenseamento de 1872 mostrou que, em Oeiras, os escravos representavam 1.987 pessoas, 15,5% da população total. Ao mesmo tempo que, em Teresina, havia 3.073 sobre o regime de escravidão, ou seja, 14,2% da população total.<sup>81</sup>

No século XIX, o quadro demográfico da Província do Piauí apresentava-se diferente daquele observado para o período colonial. Estudos mostram que, logo após a Proclamação da Independência, o censo regional de 1826<sup>82</sup> revelava que a população escrava da Província do Piauí correspondia praticamente a um terço da população total, naquele período, a província contava com 84.273 habitantes. Enquanto isso, no censo de 1872, “a população da Província tinha aumentado em cerca de 150%, atingindo 202.222 habitantes”, “os escravos eram agora apenas 11,76% da população”.<sup>83</sup>

Segundo Brandão, “no conjunto da população colonial, o número de escravos foi sempre expressivo, embora apresentasse declínio de percentual no decorrer dos anos”. Ao final do século XVIII, “em 1797, o total de escravos correspondia a 32,64%, enquanto as pessoas livres compreendiam 67,36% do total dos habitantes”.<sup>84</sup> Portanto, a proporção de escravos era maior no período do que no século XIX.

Ao estabelecer comparação com outras regiões e/ou municípios do Império em pleno desenvolvimento econômico no período, temos uma ideia sobre a diferença entre as proporções de cativos em relação à população livre, branca ou de cor. Na região de Campinas, Robert Slenes observou que, entre o final do século XVIII e o início do século XIX, ocorreu “um rápido crescimento da população cativa”. E, em alguns períodos, a população cativa chegou a ser maior que a livre, como foi registrado no ano de 1829. No final do século XVIII para o início do século XIX, a região de Campinas passou de uma agricultura de subsistência para economia de

---

<sup>79</sup> OLIVEIRA FILHO, Francisco Helton de Araujo. **Cativos do Sertão: a família escrava na Freguesia de N. S. do Carmo de Piracuruca-Piauí, 1850-1888**. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza – CE, 2016, p.61.

<sup>80</sup> Durante a década de 1850 ocorre processo da transferência da capital do Piauí de Oeiras para Teresina.

<sup>81</sup> MARCONDES, Renato Leite; FALCI, Miridan Britto Knox. **Escravidão e reprodução no Piauí: Oeiras e Teresina (1875)**. Série economia. FEA/USP - Ribeirão Preto. TD-E/26, 2001, p.8.

<sup>82</sup> Também conhecido como “Censo regional de 1830”, foi o primeiro censo do Piauí no período imperial. Neste ano, a freguesia de São Raimundo Nonato não havia sido criada.

<sup>83</sup> FALCI, p.48 a p.50.

<sup>84</sup> BRANDÃO. 1995, p. 56-58.

*plantation* e essa mudança econômica foi acompanhada paralelamente pela mudança do perfil demográfico.<sup>85</sup> Em Campinas, registrou-se um movimento contrário ao que estava ocorrendo na província do Piauí e nas outras províncias do norte e nordeste do Brasil. Enquanto para essa o processo é de declínio da população escrava, para aquela, a população de cativos estava crescendo. Pelo menos no contexto da primeira metade do século XIX.

No Recôncavo baiano, Barickman constatou que:

no final do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX, os escravos geralmente representavam de um quinto a um terço da população nos distritos fumageiros e produtores de mandioca do oeste e sul do Recôncavo, ao mesmo tempo que nas freguesias açucareiras apresentava “uma população numerosa.”<sup>86</sup>

O quadro da população cativa de São Raimundo Nonato era condizente com a economia local, por isso, ao compararmos com as regiões de grandes lavouras e economia forte, identificamos grandes diferenças em termos numéricos. Essa diferenciação aparece também na natureza do trabalho desenvolvido pelos escravos. Desse modo, concordamos com Silva quando afirma:

Embora a população livre seja muito superior à população escrava, o número de cativos para essa região também era significativo se considerarmos que a produção nas fazendas da freguesia esteve integrada em grande parte à economia de subsistência e ao mercado interno. Faz-se lembrar que, apesar da dinâmica econômica desta região não estar diretamente vinculada ao mercado externo, registra-se o uso da mão de obra, mais especificamente da força de trabalho escrava na pecuária e nas lavouras das fazendas.<sup>87</sup>

Portanto, antes de enfocarmos mais detidamente a utilização da mão-de-obra escrava de São Raimundo Nonato, faz-se necessário lançar luz sobre a organização econômica e social local.

## 2.2. O curral e a roça – os víveres

A maioria das atividades econômicas desenvolvidas na região de São Raimundo Nonato dava-se no entorno dos currais e roças, que forneciam o principal sustento das famílias locais: o gado e as plantações. A pecuária consistia na principal atividade econômica desenvolvida na região desde o início do processo de colonização até o fim do século XIX e

---

<sup>85</sup> SLENES, 2011, p.78.

<sup>86</sup> BARICKMAN, B.J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860.** (tradução de Maria Luiza X. de A. Borges). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.216.

<sup>87</sup> SILVA, 2013, p.36 e 37.



mesmo no início do século XX, a criação do gado ainda possuía significativa importância na constituição das riquezas locais. Naqueles sertões, criar gado era mais que uma atividade econômica, fazia parte da cultura e era responsável por determinar os poderes locais. Nas propriedades, era criado sobretudo o gado *vacum*, mas também os cavalos, os burros, os jumentos, as cabras, as ovelhas e outros animais de pequeno porte (como galinhas e porcos). Era uma agricultura familiar, na qual a maior parte da produção era destinada para subsistência. Cultivava-se, em geral, feijão, milho, mandioca e alguns legumes. Todavia, para criar gado e fazer plantações, é preciso ter terra. A terra representava o principal meio de produção da região.

Na segunda metade do século XIX, São Raimundo Nonato passou por mudanças significativas em relação aos primeiros anos do início do século. Os conflitos entre colonos e índios tinham cessado e as antigas fazendas estavam em processo de fragmentação territorial, formavam inúmeros outros tipos de propriedade, em geral, pequenas unidades produtivas com criação de gado e roças de plantações.<sup>88</sup> De acordo com Oliveira, no início do século XIX, vários moradores haviam abandonado as suas fazendas, tendo em vista os ataques dos indígenas às suas criações e plantações. Porém, logo após o fim desses conflitos, a região passou a receber novos moradores atraídos pelas supostas facilidades de riqueza proporcionada pela criação do gado.<sup>89</sup> Além disso, muitos homens que combateram na guerra contra os Pimenteiras fixaram-se nas terras conquistadas. Com a expulsão dos Pimenteira, as terras foram “distribuídas entre familiares, amigos e companheiros da guerra, transformam-se várias fazendas de gado e roçados de lavoura”<sup>90</sup>, dando origem a “uma nova atmosfera social, composta por famílias de sertanejos criadores de gado *vacum* e *cavalar*, e de agricultores”.<sup>91</sup>

Logo depois da criação da vila, havia cerca de 284 fazendas na região, na década seguinte, cerca de 632 e, no final da década de 1870, aproximadamente 160 fazendas<sup>92</sup>. No contexto local, o termo “fazenda” poderia ser utilizado tanto como sinônimo de unidade produtiva como para delimitar uma extensão de terra, bem como para fazer referência às antigas sesmarias ou um determinado local/povoado.<sup>93</sup> No caso dos dados apresentados, refere-se às unidades produtivas, no entanto, cabe ressaltar que algumas dessas fazendas possuíam arrendamentos.

---

<sup>88</sup> DIAS M., Claudete Maria. **Povoamento e despovoamento: da pré-história à sociedade escravista colonial.** FUMDHAMENTOS VII. 2008. p. 418-429. Disponível em: <http://www.fumdham.org.br/fumdhamentos>.

<sup>89</sup> OLIVEIRA, 2007, p.106.

<sup>90</sup> DIAS M., Op.Cit., p.426.

<sup>91</sup> SILVA, 2013, p. 35.

<sup>92</sup> PIAUÍ (Província). Relatórios dos presidentes da Província do Piauí, Época do Império. 1835-1889. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

<sup>93</sup> Até pouco tempo atrás o termo “fazenda” era utilizado pela população local para referenciar algum local, como um povoado ou uma posse terra.

Segundo Lima, no Piauí, as fazendas configuram-se como unidades produtivas e territoriais, de forma que:

A fazenda esteve diretamente vinculada à organização da sociedade piauiense e durante três primeiros séculos, pode ser considerada responsável pela unidade do território e diferentes interesses da Coroa (portuguesa e brasileira), das autoridades locais (coloniais e imperiais), e da elite local latifundiária escravista. Esta unidade se assentava, para além de várias outras, na importância da economia pastoril para oferta de alimento.<sup>94</sup>

Na qualidade de unidade produtiva, as fazendas caracterizaram-se pela “heterogeneidade”. De acordo com Falci, para o período colonial bem como para o século XIX, as grandes fazendas de gado do Piauí compreendiam

[...] uma unidade econômica e social com produções diversificadas que vão desde a criação de gado *vacum* e cavalariço passando pela produção de alimentos de subsistência, até a produção de açúcar, algodão e fumo. Não se concebe uma grande ‘fazenda de gado’ no Piauí que não tenha outras atividades produtivas.<sup>95</sup>

Longe de uma visão romantizada acerca das fazendas, as propriedades da região tinham estruturas simples. Quase sempre com um ou mais currais conforme o tamanho da propriedade, que eram “estruturas físicas destinadas a prender o gado, seja para ordenha, recolher os garrotes a serem ferrados, cura dos animais enfermos, para partilha dos vaqueiros”.<sup>96</sup> Havia também os chiqueiros, utilizados para colocar animais de pequeno porte como as ovelhas, as cabras e os porcos. As roças e os cercados eram pedaços de terra cercada, destinados principalmente para a plantação e, às vezes, utilizados para prender a criação, porém, entre os inventários analisados, quase não há referências a eles. Algumas fazendas possuíam casas de farinha para beneficiamento da mandioca e pequenas oficinas para trabalhar com couro e atividade de carpintaria. No entanto, é importante ter em vista que havia uma diversidade de propriedades e cada uma adaptava a sua estrutura tanto às condições financeiras do proprietário como à produção.<sup>97</sup>

Nos inventários analisados, além das fazendas, havia os sítios. Conforme Ferreira, existe uma dificuldade em relação às terminologias: fazenda e sítio, já que podem ser utilizados

---

<sup>94</sup> LIMA, 2016, p.12.

<sup>95</sup> FALCI, 1995, p.149-150.

<sup>96</sup> D’ALENCASTRE, José Martins Pereira. **Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XX.- 1º trimestre de 1857.** Rio de Janeiro. p.69.

<sup>97</sup> LABHIST – Inventários *post-mortem*, São Raimundo Nonato - PI, 1836 a 1888.

tanto para separar locais destinados à criação do gado, fazenda, e local para as plantações, sítios, bem como empregados para designar uma povoação originária de terras de antigas fazendas,

fazenda, portanto, e por vezes sítio, podia indicar tanto a propriedade de um único dono, como estar ligada a um pequeno ajuntamento de casas onde viviam algumas famílias diferenciadas ou ainda os membros de uma mesma família, considerando a parentela mais ampla. Era comum acontecer entre a gente do sertão que na medida da ocorrência dos casamentos dos filhos e filhas e formação de suas próprias unidades familiares, essas novas unidades fossem se estabelecendo nos arredores de onde residiam os pais de um ou outro cônjuge.<sup>98</sup>

Francisco Silva define “sítio” como uma denominação usual para referir-se a terras arrendadas e aponta que o arrendamento constituiu a principal forma de acesso à terra nos sertões das zonas de pecuária do Nordeste.<sup>99</sup> Entre a documentação analisada, há poucas referências a “sítios”, bem como aos arrendamentos. Entretanto, é provável que uma parte da população vivesse e trabalhasse em terras que não eram suas.

Algumas famílias da região possuíam terras de origem de antigas sesmarias. Tais terras tornaram-se patrimônio familiar e, por meio da herança, foram passando para as gerações futuras, transformaram-se em inúmeras outras propriedades. Entre os inventários analisados, a aquisição por meio de heranças dos pais consistiu numa das principais formas de acesso à terra. A partir do fim do regime de sesmarias em 1822, tais terras poderiam ser vendidas. É exemplar nesse sentido o caso do capitão Domingos Dias Soares e sua família, proprietário e morador da fazenda Caracol.

No dia quatro de agosto de 1888, em lugar denominado Espirito Santo localizado na fazenda Saco – no termo de São Raimundo Nonato –, teve início o arrolamento dos bens por falecimento do Capitão Domingos Dias Soares<sup>100</sup>, membro de uma conhecida e antiga família da região de São Raimundo Nonato. O capitão Domingos e sua esposa Anna Maria das Neves moravam na Fazenda Caracol, da qual eram proprietários. Juntos tiveram dez filhos, a citar: José Dias Soares (tenente), Maria Joaquina Dias, Anna Joaquina Dias, Joanna Josefa Dias, Antonia Francisca Dias, Maria José Dias, Joaquim Manoel Dias, Carlota Leopoldina Dias, Joaquina Leopoldina Dias e Reginaldo Augusto Dias (capitão).

Quando faleceu, em 22 de novembro de 1886, na avaliação preliminar dos bens do capitão Domingos, foram calculados 11:927\$554 contos de réis. Essa fortuna colocava a família

<sup>98</sup> FERREIRA, 2008. p.41.

<sup>99</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. **Estudos Sociedade e Agricultura**. 1997, p.128.

<sup>100</sup> LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Domingos Dias Soares. Inventariante: Anna Maria das Neves Subsérie: séc. XIX - Cx. 08. 1888.

como umas das mais ricas daquele tempo e, juntamente com as patentes da Guarda Nacional e os cargos públicos, também a tornava uma das mais poderosas. Os bens da família estavam distribuídos em posses de terras e suas benfeitorias, gado (vacum e cavalar), ferramentas, joias e utensílios domésticos, entre outros. Também possuíam escravos, porém, quando o inventário foi aberto, a Lei Áurea já tinha sido promulgada. Outros documentos trazem informações sobre a posse de escravos da família, na “Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação, de 1874”<sup>101</sup> e na “Matrícula de 1886”<sup>102</sup>, de modo que é possível verificar que possuíam, respectivamente, dez e sete escravos.

As primeiras posses de terra que o capitão Domingos e sua esposa adquiriram vieram por meio da “desapropriação dos índios e doação do Governo”<sup>103</sup>, da Fazenda Saco. Em anos posteriores, comprou posses de terra na Província da Bahia, em terras da Fazenda Angico – termo de Remanso do Pilão Arcado. Quando faleceu, era proprietário da fazenda Caracol, de 3 (três) léguas de comprimento e 2 (duas) larguras; da fazenda Barra – 3 (três) léguas comprimento e 2 (duas) de larguras; da fazenda Dois Braços – 3 (três) léguas e 2 (duas) de larguras e outras posses de terra na referida fazenda Angico. Há, ainda, evidências de que ao longo de sua vida, o capitão chegou a possuir mais terras, a exemplo das que negociou com Tenente Raymundo Vaz da Costa, em 1884, pela quantia de 1:000\$000rs, pertencentes à Fazenda Saco<sup>104</sup>. E outras posses de terras foram distribuídas entre seus herdeiros, como foi o caso Carlota Leopoldina Dias, que recebeu, como dote, “banda da fazenda Saco – com três léguas de comprimento e duas de largura” avaliada em 1:000\$000 de reis. Em 1870, quando o marido de Carlota Leopoldina, Joseza Caetano de Figueiredo<sup>105</sup>, faleceu, as terras da fazenda Saco eram a única posse de terra que o casal possuía.

A herança familiar não constituiu apenas uma maneira de acesso à terra, mas também a forma como muitas famílias começavam a estruturar-se financeiramente. No exemplo anterior, a filha do Capitão Domingos, Carlota Leopoldina Dias, além da grande extensão de terras que herdou, também recebeu uma escrava e algumas cabeças de gado (vacum e cavalar), como parte do dote.

---

<sup>101</sup> APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. *Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação*. Documentos diversos/caixa 174. 15 de julho de 1874.

<sup>102</sup> APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. “*Matrícula geral de escravos do Município de São Raymundo Nonnato*”. Coletoria/ Caixa: 641. Ano de 1886/7.

<sup>103</sup> LABHIST. *Livro de Notas de Tabelião público*. São Raimundo Nonato. 1884 - 1888

<sup>104</sup> LABHIST. *Livro de Notas de Tabelião público*. São Raimundo Nonato. 1884 - 1888

<sup>105</sup> LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Jose Caetano de Figueiredo. Inventariante: Carlota Leopoldina Dias. São Raimundo Nonato – PI. Séc. XIX. Cx. 05. 1870.

Outras famílias, no entanto, possuíam terra havida por compra. Essa forma de acesso era menos comum do que por meio da herança. A título de exemplo, a família de Manoel José de Sousa e Maria Joana da Conceição, moradores da fazenda “Canção” (Cansação) – termo de São Raimundo Nonato – era criadora de gado. Em três de outubro de 1889, quando teve início o arrolamento dos bens deixados por ocasião do falecimento de Maria Joana da Conceição, Manoel declarou que possuía “uma posse de terra havida por compra a Anacleto Pereira de Novaes, situada no lugar Cachoeirinha no valor de quatorze mil e cem réis...”.<sup>106</sup>

Nos sertões da pecuária existia ainda “uma antiga e costumeira forma de posse e uso” da terra chamada de “terras de indivisas” ou “indiviso”<sup>107</sup>. Que eram áreas de criação em comum ou de pasto comum, no qual qualquer criador poderia colocar seu gado para pastar. Era nessas terras, apesar de ser uma prática fortemente combatida pelos fazendeiros, que muitos “trabalhadores livres e agregados e mesmo escravizados” construía suas moradias, faziam roçados e criavam animais. As áreas de criação comum constituía uma forma alternativa para que as pessoas que não tinham terras criassem seus gados.<sup>108</sup>

Com a Proclamação da Independência, ocorreram algumas mudanças nas formas de acesso à terra. A Resolução 76 de 17 de julho de 1822<sup>109</sup> suspendeu o sistema de sesmarias, regime adotado na América portuguesa para distribuição de terras. Nas décadas seguintes, a organização fundiária tornou-se pauta das discussões acerca da modernização do Império. No entanto, segundo Neves:

A política agrária do Império do Brasil – diferente da escravista, que preconizando e executando a abolição lenta e gradual foi discutida por amplos setores sociais – desenvolveu-se entre os gabinetes ministeriais e o parlamento, compostos, essencialmente, por grandes proprietários de terras ou seus representantes, sem qualquer debate na sociedade civil.<sup>110</sup>

Apesar de ter sido orquestrada pelos latifundiários, a Lei Imperial nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como “a Lei das Terras”<sup>111</sup>, foi “fruto de uma conjuntura extremamente complexa” e resultado de “um jogo de forças que não ocorria apenas no

---

<sup>106</sup> LABHIST – Inventários *Post-Mortem*. Inventariado: Maria Joana da Conceição. Inventariante: Manoel José de Sousa. São Raimundo Nonato – PI. SÉC. XIX. Cx. 08. 1889.

<sup>107</sup> SILVA, 1997.

<sup>108</sup> LIMA, 2016.

<sup>109</sup> BRASIL (Império). Resolução 76, de 17 de julho de 1822. *Manda suspender a concessão de sesmarias futuras até a convocação da Assembleia Geral Constituinte*. Coletânea de Legislação e Jurisprudência Agrária e Correlata organizada por Joaquim Modesto Pinto Júnior e Valdez Farias (Brasília: MDA, 2007, p.44).

<sup>110</sup> NEVES, 2003, p.197.

<sup>111</sup> BRASIL (Império). Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L06011850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L06011850.htm). Acesso de em 19 de setembro de 2016.

parlamento” como afirmou Márcia Maria Menendes Motta.<sup>112</sup> Em termos práticos, trouxe poucas transformações no sentido de regulamentar o acesso à terra, visto que “esteve diretamente associada a política do senhorio agrário do Brasil”, que buscou impedir uma reforma agrária liberal e determinou o colapso do tráfico de escravos da África”<sup>113</sup>. Em suma, a Lei das Terras não foi eficaz no sentido de resolver demandas como a concentração fundiária e garantir acesso à terra a todas as categorias sociais.<sup>114</sup>

É difícil mensurar a abrangência da Lei de Terra a ou em nível local, contudo, no primeiro prazo (encerrado em 30 de abril de 1858), foram listados, na freguesia de São Raimundo Nonato, novecentos registros de terra <sup>115</sup>, o que demonstra que houve uma certa mobilização por parte dos proprietários locais para registrarem as suas terras.

Em 1850, quando São Raimundo Nonato foi elevada à categoria de vila, em todo o Piauí, a criação do gado ainda constituía a principal fonte de riquezas, contudo, a produção já não era mais suficiente para manter a renda provincial positiva. Segundo Lima, no final do século XVIII e início do XIX, a economia piauiense passou a sofrer com a “estagnação em razão de forte retração da comercialização do gado para mercados regionais”, causada pela insuficiência na produtividade e acentuada pela concorrência ocasionada pela abertura de novas regiões produtoras de gado.<sup>116</sup>

O gado produzido já não era mais suficiente para gerar grandes lucros. Faltava investimento no manejo do gado e melhoramento do rebanho, visto que o gado continuava a ser criado de forma extensiva, com poucos recursos e dependendo quase que exclusivamente da natureza. Além disso, os produtores continuavam a aproveitar quase que exclusivamente o gado vendido vivo nas feiras das províncias vizinhas. Os outros derivados eram pouco

---

<sup>112</sup> MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX.**1996. 319f. Tese (Doutorado em História) –Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996, p. 14.

<sup>113</sup> NEVES, 2003, p.207.

<sup>114</sup> Sobre a questão agrária no Brasil ver trabalhos como: SILVA, Lígia Osorio. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996; SILVA, Lígia Osorio. As leis agrárias e o latifúndio improdutivo. São Paulo em perspectiva, 11(2) 1997; MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX.**1996. 319f. Tese (Doutorado em História) –Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996; MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito, 1795-1824.** São Paulo: Alameda, 2009; MOTTA, Márcia Maria Menendes; MENDONÇA, Sonia Regina de. Continuidades nas rupturas: legislação agrária e trabalhadores rurais no Brasil de inícios da República. **Pós: revista brasiliense de pós-graduação em ciências sociais.** Brasília: Instituto de ciências sociais, ano VI, 2002.

<sup>115</sup> APPI – Séries municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. "Relação numérica das pessoas que registrarão terras nesta Freguesia de São Raimundo Nonato do primeiro prazo". Documentos diversos/caixa 174. 30 de abril de 1858.

<sup>116</sup> LIMA, 2016.

aproveitados, com exceção do couro e do charque, pois já havia comercialização para eles, inclusive no mercado externo.<sup>117</sup>

Tal situação aparece como preocupação na documentação do governo da Província. Para as autoridades, a alternativa seria investir no melhoramento do aproveitamento da criação, como investimentos industriais nos derivados do gado: produção de manteiga, queijos, charques, entre outros. E, sobretudo, no desenvolvimento de uma agricultura comercial, visto que a produção agrícola do Piauí era praticamente voltada para a sobrevivência das famílias, sendo praticada de forma tradicional, com conhecimentos limitados e ferramentas rudimentares.<sup>118</sup>

Ações de aperfeiçoamento e diversificação da produção, bem como para a superação da tendência da população em querer apenas criar gado podem ser verificadas através das correspondências enviadas às Câmaras Municipais. Neste sentido, o presidente da Câmara Municipal de São Raimundo Nonato, coronel José Antunes Piauhyllino de Macêdo, recebeu ofício circular que recomendava aos lavradores a cultura em abundância de outros produtos como cereais, algodão e fumo, cujos preços tendiam a aumentar consideravelmente pela guerra civil que estava acontecendo nos Estados Unidos.<sup>119</sup>

A alta dos preços do algodão foi vista pelo governo da Província como oportunidade para o desenvolvimento econômico, por isso passou-se a incentivar a produção. De fato, a “ocorrência da guerra de Secessão nos Estados Unidos da América entre os anos de 1861 e 1865” foi um dos fatores que contribuiu positivamente para o crescimento da cultura do algodão na Província do Piauí, tendo, inclusive, proporcionado um aumento significativo na capacidade exportadora da Província entre os anos de 1857 a 1865.<sup>120</sup>

Outra correspondência enviada ao Vigário Sebastião Ribeiro Lima, pároco da freguesia, demonstra a preocupação do governo, nesse caso do Governo Imperial, com o desenvolvimento da produção agrícola local. Em 1862, foi enviada uma porção de sementes de trigo ao município com a finalidade que fosse testada a possibilidade do desenvolvimento dessa cultura entre os lavradores locais.<sup>121</sup> Tal ação fazia parte da política do Império de promoção da agricultura. Não há registro que aponte a ocorrência da produção de trigo na região de São Raimundo Nonato, até porque as condições climáticas locais não são favoráveis a esse cultivo.

---

<sup>117</sup> CABRAL, 2013.

<sup>118</sup> PIAUÍ (Província). Relatório Presidente da Província do Piauí Luiz Carlos de Paiva Teixeira. Theresina, 5 de dezembro 1853. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 maio 2016.

<sup>119</sup> APPI – Séries Municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Correspondência. Caixa 174.

<sup>120</sup> CABRAL, 2013, p.67 e 68.

<sup>121</sup> APPI - Séries municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. 13 de fevereiro 1863.

Em relação ao algodão e ao fumo<sup>122</sup>, em todo município, havia cultivo desses produtos, como informou o coronel José Antunes Piauhyllino de Macêdo em correspondência ao presidente da província do Piauí, em dezembro de 1872. Acrescentou que a produção era pequena, por isso não suficiente para atender as demandas do município e que a mandioca, o feijão, o milho e o arroz eram os principais produtos agrícolas produzidos no município.<sup>123</sup>

O Coletor de rendas, Antonio Collecta Nunes, de São Raimundo Nonato por meio de relatório ao presidente da Província do Piauí informou que, em 1875, a cultura da mandioca ocupava 25% da área cultivada do município, com produção anual em torno de 16000 litros de farinha.<sup>124</sup> Embora o documento possua algumas limitações devido à impossibilidade do coletor de rendas obter um quadro preciso sobre a produção, em virtude da extensão do território do município, é possível afirmar que a produção da farinha de mandioca era suficiente para ser comercializada em feiras locais e regionais.

Na agricultura piauiense do século XIX, o plantio da mandioca e a produção dos seus derivados, como a farinha e a tapioca, tinham fundamental importância para a população, porque juntamente com a carne bovina constituíam o alimento básico.<sup>125</sup> Lima afirma que “foi o plantio de maior importância por potencializar a existência de uma rede de integração socioeconômica local em decorrência do processo de fabricação da farinha”. Acrescenta que “o mercado para a comercialização da farinha era relativamente amplo, considerando-se a estrutura populacional e a de produção”.<sup>126</sup>

A produção da cana-de-açúcar não encontrava na região solos adequados ao seu cultivo, mas isso não impediu o pequeno cultivo. Em 1875, conforme a Coletoria de Rendas, em todo o município de São Raimundo Nonato, havia cinco engenhos de moer cana movidos à tração animal e não existiam engenhos de ferro.<sup>127</sup> Na povoação de Caracol, havia algumas terras que mantinham pequenas plantações de cana e pequenas engenhocas de madeira, utilizadas para a produção, sobretudo, de rapaduras e aguardentes, que não eram suficientes para abastecer o município. Segundo o Coletor de Rendas, Raimundo Antonio Carvalho, nessas “engenhocas não se ocupa braços escravos”, porque tais propriedades eram “de gente muito pobres[...]”.<sup>128</sup>

---

<sup>122</sup> O fumo foi outro produto de destaque na lavoura piauiense. Cf. CABRAL, 2013, p.70.

<sup>123</sup> APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. 9 de setembro 1872.

<sup>124</sup> APPI – Arquivo Público do Piauí. Séries Municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Coletoria/Caixa 641. 28 dez. 1875.

<sup>125</sup> CABRAL, 2013.

<sup>126</sup> LIMA, 2005, p.74 e p.77.

<sup>127</sup> APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Coletoria/Caixa 641. 28 dezembro 1875.

<sup>128</sup> APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Coletoria/Caixa 641. 28 dezembro 1875.



Entre os bens arrolados nos inventários, encontramos alguns vestígios da produção da cana. Na propriedade de Antonio da Rocha Soares, havia um “engelho de moer cana já velho”, no valor de 25\$000 réis e um “alambique pequeno de cobre”, avaliado em 32\$000 réis.<sup>129</sup>

Através das informações recolhidas de diversas autoridades de São Raimundo Nonato<sup>130</sup>, é possível afirmar que a maioria dos solos do município era propícia para agricultura, no entanto a falta de água ocasionada pela à irregularidade e/ ou escassez das chuvas não permitia grandes investimentos na produção, pois a incerteza provocada pelas frequentes secas não propiciava que as famílias investissem na produção. Outro grande problema enfrentado pelos os agricultores locais era a falta de lugares adequados para o armazenamento da produção e de transporte para o seu escoamento. O coletor de renda Raimundo Antonio Carvalho informou ao presidente da província do Piauí que os criadores de gado estavam “em melhores circunstancias” em relação aos que investem na agricultura, visto a falta de transporte para dar vazão à produção.<sup>131</sup> Demonstrava, dessa maneira, que era preferível investir na criação do gado, já que, apesar das dificuldades e das perdas, os animais poderiam ser transportados com mais facilidade. Além disso, a grande maioria dos habitantes locais não possuía capital para investimentos em grandes plantações.

Ainda no que diz respeito à produção agrícola e à maneira como era praticada, em relatório ao presidente da província no ano 1872, José Antunes Piauhylino de Macêdo informou o seguinte:

[...] que o processo aqui empregado na cultura é demais atrasada possível, consistindo de na simples e grosseira rotina (rotina) dos nossos antepassados, que tem por principais condições para o produto – o devastamento das matas virgens, e o fogo para a limpeza do terreno; e quanto ao preparo dos productos consiste elle em reduzir os cereais a-grão, e a mandioca a farinha ou gomma, de modo apenas á poder serem vendidos e aparecerem no commercio.<sup>132</sup>

Diferente das áreas de grandes plantações, naqueles sertões, o gado era criado solto e as plantações, cercadas. Na caatinga, pastavam juntos o rebanho de vários donos diferentes. Para diferenciar as propriedades, os animais eram marcados a ferro com as iniciais de seus proprietários, ou um símbolo atribuído a um domínio. Essa prática de usar lugares de pastagem coletivamente e sem cercas foi motivo de constantes brigas entre os proprietários de gado, visto

---

<sup>129</sup> LABHIST – Inventários post-mortem. Inventariado: Antonio da Rocha Soares. Inventariante: Antonia Maria Silva. São Raimundo Nonato – PI. SÉC. XIX. Cx. 01. 1840.

<sup>130</sup> APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Coletoria/Caixa 641. 25 de janeiro de 1867.

<sup>131</sup> APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Coletoria/Caixa 641. 25 de janeiro de 1867.

<sup>132</sup> APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. 9 de setembro 1872.

que alguns nem sempre respeitavam os sinais no animal e acabavam se apropriando da propriedade alheia.

Outro conflito comum era entre criadores e agricultores, quando os animais atravessavam as cercas e entravam nas roças, estragando as plantações. Neste sentido, a Câmara Municipal de São Raimundo Nonato, em Código de Postura de 1851, baixou regulamentações para agricultores do município sobre como deveria serem as cercas das roças. No artigo nº 27, estabeleceu que “as cercas das roças terão sete palmos de altura, e ou seião de cama no chão, ou seião de páo a pique deverão ser de boa madeira, forte e embatidas (sic) para evitarem a entrada dos gados, e serão construídas de novo logo que forem deteriorando”, em caso de contravenção, o dono da roça pagaria 10\$000 réis de multa e se não possuísse o valor seria preso por 15 dias. Se acontecesse de algumas res entrar em uma roça, o artigo nº 28 determinava que, se as cercas da roça estivessem em conformidade ao que havia sido definido no artigo nº 27, cabia ao dono do animal retirá-lo e responsabilizar-se pelo prejuízo causado.<sup>133</sup> Porém, é pouco provável que os criadores e agricultores recorressem “a lei” para resolver esses conflitos.

A produção do gado vacuum era bem maior em comparação às demais criações, como cavalos, burros, jumentos, ovelhas e cabras. A criação do gado bovino foi encontrada em 76,03% dos inventários analisados. Segundo os dados apurados, a partir dos inventários, predominavam na região pequenos criadores, que possuíam entre 11 a 50 cabeças de gado, conforme está demonstrado na **tabela 1**.

**TABELA 1** – Quantidade de cabeças de gado bovino por inventário.

Classificação dos proprietários	Quantidade	Número de inventário	%
	Ausente	27	22,8
Muito pequenos	Menos de 5	16	13,5
	5 a 10	8	6,7
Pequenos	11 a 20	17	14,4
	21 a 30	11	9,3
Médios	31 a 50	13	11,01
	51 a 100	11	9,3
Grandes	101 a 200	10	8,4
	201 a 1500	5	4,2

Fonte: LABHIST – Inventários *post-mortem*, São Raimundo Nonato - PI, 1836 a 1888.

O gado bovino era utilizado para consumo interno, sobretudo pelo uso da carne, mas também o leite e seus derivados como a manteiga, coalhada, requeijão, queijos, entre outros. O couro era empregado na confecção de utensílios domésticos como cadeiras, tamboretas, caixas,

<sup>133</sup> APPI - Resolução Nº 313 de 15 de setembro de 1851. *Estabelece várias providencias policiaes a bem da Villa de São Raimundo Nonato*. Código das Leis Piauienses de 1851.

baús, camas, gibões, calçados, alforjes, arreios e outros utensílios<sup>134</sup>. O boi também poderia ser utilizado como força de tração. Essa é uma evidência que aparece nas obras públicas, como, por exemplo, na construção do açude em São Raimundo Nonato foram utilizados bois para arrastar a terra e o material de construção<sup>135</sup>, ou ainda para mover as moendas dos pequenos engenhos existentes na região. Portanto, era um investimento com retorno garantido, tanta versatilidade de usos e fácil comercialização do animal vivo nas feiras explicam a preferência de sociedades de grande instabilidade climática e, conseqüentemente, econômica por esse tipo de criação.

Além do gado vacum, havia a criação de tiro, como cavalos, burros e jumentos. Esses animais estavam presentes em 84,3% dos inventários analisados.<sup>136</sup> Porém, em menor quantidade por propriedade que o gado vacum, ou seja, poucos eram os criadores que criavam rebanhos acima de 100 animais, a grande maioria predominava de um a cinco animais por propriedade, como está demonstrado na **tabela 2**. Esses animais eram utilizados para transporte de pessoas e mercadorias, bem como para vaquejar o gado (cavalos) e arar a terra para a lavoura.

**TABELA 2** – Quantidade de gado cavalari e muares por inventário.

Quantidade	Número de inventários	%
Ausente	18	15,25
Menos de 5	38	32,2
5 a 10	23	19,4
11 a 20	20	16,9
21 a 30	09	7,6
31 a 50	6	5,08
51 a 100	3	2,5
Mais de 100	1	0,8

Fonte: LABHIST - Inventários *post-mortem*, São Raimundo Nonato - PI, 1836 a 1888.

Em relação ao valor, cavalos, burros e jumentos em geral são mais caros que o gado vacum. Em vista a documentação analisada, é perceptível que os valores de tais animais oscilavam tanto com a época quanto a função. No período estudado o preço do gado vacum variava em média entre 5\$000 réis a 25\$000 réis, enquanto isso, os cavalos, burros e jumentos mantinham uma média entre 20\$000 réis a 100\$000 mil réis. Valores um pouco mais baixo em comparação a outros locais. Em Feira de Santana (onde o gado de São Raimundo Nonato era vendido) o preço do gado pronto para o abate, no período de 1850 a 1888, variou entre 14\$000

<sup>134</sup> Itens que aparecem com frequência nos inventários analisados.

<sup>135</sup> APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. “Orçamento para a construção d’um açude na Vila de Sam Raimundo Nonato”. Câmara Municipal/Caixa 642. Ano de 1885.

<sup>136</sup> LABHIST - Inventários *post-mortem*, São Raimundo Nonato - PI, 1836 a 1888.

a 35\$000 réis.<sup>137</sup> Enquanto isso, no mesmo período, o “valor de um cavalo variava entre 25\$000 réis a 120\$000 réis, no caso de um bom animal de raça”.<sup>138</sup> Ao mesmo tempo que em Lagarto e Boquim na província do Sergipe, o preço médio do gado bovino era de aproximadamente 23\$000 réis e a “média dos preços do gado cavalari no período esteve, aproximadamente, na ordem de 32\$000 mil réis”<sup>139</sup>, ou seja, não havia muita variação no valor do gado vacum e cavalari entre as três regiões.

Com relação aos caprinos e ovinos, aparecem com pouca frequência, em apenas 15,5% dos inventários. Em geral, eram animais utilizados quase somente para consumo interno da família, como fonte de alimento, através da carne e do leite e para a confecção de utensílios domésticos, através do couro, com o qual produziam tamboretas, cadeiras, calçados, gibões, arreios e outros. Eram animais que possuíam baixo valor de mercado, sendo que, nos inventários, o valor oscila entre \$600 réis a 1\$200 réis. Nos inventários analisados, os criadores possuíam em média 32 animais por propriedade. A exceção foi o inventário de Jesuina Angelica de Macêdo<sup>140</sup>, que possuía, na fazenda Caiçara, mais de 100 cabeças entre ovelhas e cabras.

A produção do gado (vacum e cavalari) de São Raimundo Nonato era negociada principalmente na cidade de Feira de Santana, na Província da Bahia, que estava distante aproximadamente 150 léguas. Para deslocar uma boiada até essa feira, os tropeiros levavam cerca de 30 a 40 dias. No trajeto, muitos animais morriam e o restante chegavam cansado e magro e, por conseguinte, era vendido a baixo preço.<sup>141</sup> Por isso, ao chegar em Feira de Santana, os criadores do Piauí tinham dificuldade para negociar o gado, desse modo, diante da impossibilidade de voltar, eram obrigados a vender a baixo valor. Em Feira de Santana, havia uma rede de compradores que vivia de comprar esses animais magros para engorda.<sup>142</sup>

Desde primórdios da colonização piauiense, a Bahia consistiu “em tradicional praça consumidora do gado piauiense”.<sup>143</sup> Nos séculos XVII e XVIII, o gado seguia por dois caminhos à Bahia, convergindo para feira de Capoame, já próximo a Salvador. Entretanto, no século XIX, as rotas do gado passaram a convergir para Feira de Santana.<sup>144</sup>

---

<sup>137</sup> FREIRE, 2007, p.49.

<sup>138</sup> FREIRE, 2011, p.68.

<sup>139</sup> MACIEL, Carlos Roberto Santos. **A composição da riqueza em Boquim e Lagarto/SE (1850-1888)**. 200 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador - Ba, 2014, p.114.

<sup>140</sup> LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Jesuina Angelica de Macêdo. Inventariante: Raimundo Martins Xavier de Macêdo. São Raimundo Nonato – Pl. Séc. XIX. Cx. 03. 1888.

<sup>141</sup> NUNES, 1975, p. 163; LIMA, 2016; APPI – Séries Municípios/subsérie. Câmara Municipal/Caixa 642. 10 de janeiro de 1884.

<sup>142</sup> Cf. FREIRE, 2011.

<sup>143</sup> BRANDÃO, 1995, p.43.

<sup>144</sup> LIMA, 2016, p.13.

As grandes feiras da Bahia, como Nazareth, Capoame, Jequié e São João da Mata, foram pouco a pouco substituídas, no alvorecer do século XIX, por Feira de Santana. Esta, transformou-se em um poderoso ponto de articulação entre duas zonas distintas: os tabuleiros, mais ricos e agriculturáveis, e o Sertão, mais seco e pastoril. Santana articula com Salvador a região da Chapada da Diamantina, os sertões de Vitória da Conquista e Itambé, criando na sua periferia, uma forte região de internadas. Em pouco tempo, estenderá sua região de influência ao Piauí, Sergipe, Alagoas, Goiás e o norte de Minas Gerais. No seu mercado o gado é o principal gênero de comércio, bem como seus derivados e o artesanato do couro.<sup>145</sup>

Além da longa distância, as vias de acesso a essas feiras eram ruins, como relatava, em 1850, o Presidente da Província Antônio Saraiva:

E a Província do Piauí pela sua posição topográfica uma das do Imperio mais necessitada de vias de comunicação. As estradas existentes, soffríveis para a exportação actual da Província, que é o gado, são péssimas para transporte dos gêneros de importação, que vem para esta capital, e para os municípios do interior em costas de animais, e chegam por um preço demasiadamente subido, em razão do excessivo custo dos transportes.<sup>146</sup>

Se, por um lado, as dificuldades de transporte prejudicavam o deslocamento das boiadas e da produção agrícola até as feiras, por outro, também afetava a entrada de mercadorias na província, que chegavam com preços exorbitantes. Por toda a província do Piauí, a falta de estradas prejudicava os negócios particulares e públicos. Em 1873, em ofício enviado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o Presidente da Província, Tenente Coronel José Francisco de Miranda Osório, informava que as estradas do Piauí: “São péssimas as vias de comunicação e de transporte de todos os municípios da província; não há neles uma só estrada, que valha a pena ser aqui mencionada como digna desse nome...”<sup>147</sup>

São Raimundo Nonato não diferia do restante da província. Como não havia vias férreas que passavam pelo município e o Rio Piauí não permitia navegação, as estradas consistiam num único meio de acesso de mercadorias e pessoas. Porém, essas estradas eram de péssima qualidade, em geral, tratavam-se de picadas abertas na mata. Em 1872, em resposta à solicitação enviada pelo presidente da província, José Antunes Piauílino de Macêdo informou que

<sup>145</sup> SILVA, 2013, p.145.

<sup>146</sup> PIAUÍ (Província). Relatório Presidente da Província do Piauí Dr. Joze Antonio Saraiva. – Oeiras: Typ.Saquarema. 3 de julho de 1851. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 maio 2016.

<sup>147</sup> COSTA, F.A. Pereira da. **Cronologia histórica do estado do Piauí**: desde os seus tempos primitivos até a Proclamação da República. Rio de Janeiro: Artenova, 1974. Volume II. p.522.

[...] o estado da viação aqui existente é o mesmo que se vê em todo o centro da Província, consistente apenas em caminhos ou picadas tortuosíssimas e íngremes que fazem o trânsito muito mesmo longo e trabalhoso do que seria necessário, e cuja conservação devemos a uma postura da Câmara Municipal que obriga os fazendeiros a limpá-los anualmente sob pena de multa.<sup>148</sup>

Com finalidade de evitar que as estradas acabassem ou ficassem intransitável, a Câmara de São Raimundo Nonato determinava através da postura municipal de 1851, que:

Art.11. Os donos de terras no dito Município serão obrigados a limpar suas estradas no mês de junho de cada ano, com a largura de 20 palmos, cortando rente com o chão o mato, e arvores, que as entupirem: o contraventor pagará por cada uma vez 10\$rs.

Art.12. Não somente as estradas, que vão da ribeira em ribeira, sujeitas ao art. precedente, também o são todas aquelas, que estiverem em contato, e continua comunicação com situações vizinhas, e seus donos sujeitos as mesmas multas.<sup>149</sup>

Não é possível averiguar o cumprimento ou a abrangência dessas determinações. Entretanto, é provável que muitos moradores locais mantivessem a prática de limpar as estradas, visto que necessitavam delas para manter os seus negócios e, claro, a circulação de pessoas

Até o final da década de 1870, havia uma única estrada aberta pelo governo provincial, que era a estrada para São João do Piauí. No entanto, não havia manutenção periódica da estrada, ficando sob responsabilidade dos fazendeiros e moradores. Nos períodos de chuva e quando ocorriam enchentes no Rio Piauí, essa estrada ficava praticamente intrafegável.<sup>150</sup>

Na década seguinte, uma das principais reivindicações da Câmara Municipal era a abertura de uma estrada que ligasse a vila de São Raimundo Nonato a Canto do Buriti, com a finalidade de reduzir a distância para a nova capital da província, Teresina.<sup>151</sup> No ano de 1886, o Presidente da Província em ofício solicitou que fosse informado “sobre as necessidades mais urgente d’este município”. Os vereadores responderam que “falta de tudo quanto é necessário ao bom desempenho e marcha dos negócios públicos. Não tem cadeia, nem casa de Camara e Jury, prestando para essas serventias edifícios particulares...”, porém havia duas necessidades primordiais: a construção de açude público e a abertura de “uma estrada d’esta para o Canto do Buriti, no termo de São João do Piauí, afim de por ella estabelecer-se o transito público desta

<sup>148</sup> APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. 9 de setembro 1872.

<sup>149</sup> APPI – Resolução Nº 313 de 15 de setembro de 1851. *Estabelece várias providencias policiaes a bem da Villa de São Raimundo Nonato*. Código das Leis Pyauhienses de 1851.p.73 e 74.

<sup>150</sup> APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Câmara Municipal/Caixa 642. Ano de 1884; PIAUÍ (Província). Relatório Presidente da Província do Piauí Dr. Raymundo Theodorico de Castro Silva. – Teresina: Typ. da imprensa – rua da Pallha. 1º de junho 1885. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

<sup>151</sup> APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Câmara Municipal/Caixa 642. Ano de 1884.

Villa para essa Capital, com escallas pela Itaueira, Colônia de São Pedro de Alcântara e Cidade de Amarante”<sup>152</sup>. Além de reduzir a distância para Teresina, a abertura dessa estrada visava “facilitar e estabelecer o comercio entre este município e os Jerumenha, Manga, Amarante, assim como com as populosas ribeiras de – Canto do Buryti e Itaueira”<sup>153</sup>.

Pelos caminhos que as boiadas passavam, também passavam os víveres que abasteciam o município, ou seja, aquilo que a região não produzia era comprado em Remanso e Feira de Santana, ambas na província da Bahia. A vila de Remanso era o ponto mais próximo de comercio navegável e o principal empório de recurso que São Raimundo Nonato dispunha. As duas vilas nutriam um comercio ativo.<sup>154</sup> Com poucas exceções, como é o caso da carne, todos os víveres eram obtidos em Remanso e Feira de Santana, tal como café, açúcar, fumo, roupas, tecidos, ferramentas, joias, pentes, espelhos, fósforos.

Mesmo diante das condições desfavoráveis à criação do gado e à produção agrícola, essas atividades proporcionaram que alguns proprietários conseguissem construir para o contexto local grandes fortunas, contudo, prosperar através da criação do gado ficou restrito a um reduzido número de proprietários. A maioria dos criadores locais era formada por pequenos proprietários. De certo, tanto para os grandes criadores locais como para os pequenos, a utilização da mão-de-obra escravizada foi importante para a manutenção e o funcionamento das fazendas, sítios e roças.

### 2.3. Estrutura e distribuição da propriedade escrava

Quando a vila de São Raimundo Nonato foi criada, em meados do século XIX, a posse de escravos estava restrita a um pequeno número de proprietários. Para esses senhores, possuir escravos era uma aquisição importante, para alguns, era o principal “bem” e a única força de trabalho. Na amostra de noventa e um inventários *post-mortem* datados entre 1836 e 1888, verificamos que 60,44% possuíam escravos, dos quais a maioria (58,18%) era pequenos proprietários, enquanto que aqueles possuíam mais de 10 escravos correspondiam a 14,54% dos inventários analisados, como pode ser visto na **tabela 3**.

---

<sup>152</sup> APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Câmara Municipal/Caixa 642. 20 de outubro de 1886.

<sup>153</sup> APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Câmara Municipal/Caixa 642. 20 de outubro de 1886.

<sup>154</sup> APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Câmara Municipal/Caixa 642. Ano de 1884.

**TABELA 3** – Posse escrava em São Raimundo Nonato, Piauí, 1836 a 1888.

Tamanho da escravaria	senhores		escravos	
	#	%	#	%
<b>Pequena (1-4)</b>	32	58,18	66	20,1
<b>Média (5 a 9)</b>	15	27,27	102	31,19
<b>Acima de 10</b>	8	14,54	159	48,62
<b>Total</b>	55		327	

Fonte: LABHIST - Inventários *post-mortem*, São Raimundo Nonato - PI, 1836 a 1888.

Nossas conclusões sobre a posse de escravos em São Raimundo Nonato são semelhantes ao verificado por Silva, uma vez que constatamos tal como a autora que a maioria dos senhores de São Raimundo Nonato possuía menos de cinco escravos e que “o maior número de escravos se encontrava sob posse de um menor número de proprietários”.<sup>155</sup> Entretanto, os dados dos inventários não permitem acompanhar de forma detalhada a média de escravos por propriedade, bem como a evolução na propriedade escrava na região. Porém, foi possível verificar que predominou uma média geral de 5,94 escravos por propriedade sendo que as maiores posses de escravos pertenciam aos inventários das décadas de 1840 e 1850, com poucas exceções.<sup>156</sup>

A estrutura de posse de escravos de São Raimundo Nonato possui semelhanças com outros municípios da província do Piauí, com poucas diferenças. Na freguesia de Piracuruca e Piripiri, ao norte da província do Piauí, Francisco Helton Oliveira Filho verificou que a estrutura de posse caracterizou-se “pela grande maioria de proprietários com um reduzido número de cativos”, com número médio de 3,1 escravos por senhor.<sup>157</sup> Nos municípios de Teresina e Oeiras, Falci e Marcondes verificaram que “o padrão de propriedade revelou um número de 4,4 para Oeiras e 5,2 para Teresina”.<sup>158</sup>

Brandão, ao estudar o Piauí colonial, constatou que “a prática de possuir escravos foi amplamente difundida” entre os habitantes do Piauí, independe da posição social. No período imperial, embora a população escrava da Província tenha diminuído a dispersão social da posse de escravo era uma característica verificada entre os proprietários.<sup>159</sup> Entres os inventários analisados para São Raimundo Nonato, verificou que os escravos estavam distribuídos por

<sup>155</sup> SILVA, 2013, p.44.

<sup>156</sup> LABHIST - Inventários *post-mortem*, São Raimundo Nonato - PI, 1836 a 1888.

<sup>157</sup> OLIVEIRA FILHO, Francisco Helton de Araujo. **Cativos do Sertão: A família escrava na freguesia de N. S. do Carmo de Piracuruca, Piauí - (1850-1888)**. 2016. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza, 2016.

<sup>158</sup> MARCONDES, Renato Leite; FALCI, Miridan Britto Knox. **Escravidão e reprodução no Piauí: Oeiras e Teresina (1875)**. Série economia. TD-E/26, FEA/USP – Ribeirão Preto – 2001, p. 12.

<sup>159</sup> BRANDÃO, 1999, p.151.



todas as faixas de fortunas, contudo, no grupo que possuía acima de 5:000\$000 réis verificaram maior concentração de escravos.<sup>160</sup>

Uma das maiores propriedades de escravos da região de São Raimundo Nonato pertencia a família do Capitão Francisco Xavier de Macêdo<sup>161</sup>, morador e proprietário da Fazenda Onça<sup>162</sup>, casado com Maria José de Santana Anna, pai de oito filhos (Gabriel Ribeiro de Macedo, José Antunes Piauhyllino, Manoel Jose Rubem, Anna Antunes, Maria, Raimundo, Maria José e Manoel). Em 1851, quando procedeu-se ao inventário dos bens deixados pelo seu falecimento, foram contabilizados trinta e oito escravos. Era uma posse diversificada, com escravos de variadas idades, desde os três meses aos cem anos. Inclusive com a presença de escravos de origem africana, que não era comum na região (como veremos no próximo capítulo).<sup>163</sup>

A família mantinha o funcionamento da fazenda com a mão-de-obra escrava, que era utilizada em diversas atividades, já que atuava em várias frentes econômicas. Para começar, eram grandes criadores de gado, o rebanho bovino chegava aproximadamente 1500 cabeças. Os cavalos, burros e jumentos, juntos, contabilizavam em torno de 340 animais, o maior rebanho de gado de todos os inventários. As evidências apontam que investiam na plantação de mandioca e outros produtos agrícolas, uma vez que foram arroladas roças de plantações e oficinas de fabricar farinha. Desenvolviam comércio e redes de negócios com as vilas de São Raimundo Nonato, Oeiras, Jaicós e, na província da Bahia, com Pilão Arcado e Feira de Santana. As dívidas ativas confirmam essa rede de relações, em torno de 28% do monte-mor (mais ou menos 16:000\$000 réis) era formado por dívidas, oriundas de várias pessoas.<sup>164</sup>

A quantidade de terra e a diversificação dos utensílios domésticos, ferramentas e objetos pessoais são indicadores de riqueza e status social.<sup>165</sup> O capitão Francisco era um grande proprietário de terra com posses nas fazendas Onça, Conceição, Tranqueira, Bom Jardim, Pedregulho, Tamanduá, Boa Vista, Mandacaru, Jurema e Bom Sucesso. Verificamos também

---

<sup>160</sup> LABHIST - Inventários *post-mortem*, São Raimundo Nonato - PI, 1836 a 1888.

<sup>161</sup> Conforme o registrado no monumento localizado na praça da Igreja Matriz de São Raimundo Nonato o Capitão Francisco Xavier de Macêdo (ou “Xavier da Onça”, como era conhecido) foi um dos mais antigos criadores de gado da região. Também pode ser conferido em: DIAS, William Palha. **São Raimundo Nonato, de Distrito Freguesia a Vila**. Teresina: William Palha Dias, 2001.

<sup>162</sup> Mais informações sobre a Fazenda Onça ver: NEGREIROS, Rômulo Macêdo Barreto de. **As Trilhas da Morte no Sertão das Pimenteiras – PI (1769-1815): caracterização e reconhecimento arqueológico de um Território**. Dissertação (mestrado em Arqueologia). Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, Recife-PE, 2012.

<sup>163</sup> LABHIST – Inventários *post-mortem*. Francisco Chavier de Macedo. Inventariante: Januária Maria da Conceição. São Raimundo Nonato – PI. Séc. XIX. Cx. 05. 1874.

<sup>164</sup> LABHIST – Inventários *post-mortem*. Francisco Chavier de Macedo. Inventariante: Januária Maria da Conceição. São Raimundo Nonato – PI. Séc. XIX. Cx. 05. 1874.

<sup>165</sup> BRANDÃO, 1995, p.212.

a presença de muitos objetos de ouro e prata (brincos, cordões, pulseiras, colares, esporas, fivelas, relicários, corações feitos de ouro, entre outros) e os móveis e utensílios domésticos eram diversificados com a presença de chaleiras, chocolateira, panelas de ferro, bacias de bronze, assadeiras de ferro, almofariz, tachos, colheres, garfos, caixas, baús de couro, mesa com gavetas, dentre outros, o que evidencia a sua abastada condição financeira se comparado às condições materiais de vida que aparecem na grande maioria dos inventários coligidos.

Todos os bens do capitão Francisco Xavier de Macêdo foram avaliados 55:550\$800 réis, a maior fortuna encontrada entre os inventários analisados<sup>166</sup>, sendo que os escravos representavam aproximadamente 14,04% dos bens arrolados, avaliados em torno de 7:800\$000 réis, valor significativo quando consideramos a diversidade de todos os bens arrolados. Visto por outro ângulo, possuir 38 escravos era uma força considerável de mão-de-obra que esteve diretamente responsável pela construção da fortuna do capitão.

Verificamos, por meio dos inventários, que, através da herança familiar, muitos moradores da região tornaram-se proprietários de escravos<sup>167</sup>, sobretudo com a proibição efetiva do tráfico atlântico, que provocou diminuição na oferta de escravos e, conseqüentemente, o aumento do preço. De certa forma, a aquisição de escravos através da herança familiar foi responsável por dois aspectos relacionados à escravidão em São Raimundo Nonato: as pequenas posses, sobretudo com um ou dois escravos, e a grande presença de escravos em condomínios, ou seja, escravos que pertenciam a “diversos senhores”.

Maria Joaquina de Jesus<sup>168</sup>, ao falecer no ano de 1850, deixou para ser repartido entre seus oito herdeiros 1:379\$480 réis valor pelo qual foi avaliado todos os seus bens. Os itens que compuseram a avaliação foram uma espora de prata, um almofariz, um taxo velho, um caldeirão de ferro, uma caixa velha, um par de estribos e uma rodinha de fiar; a criação resumia em uma égua, um poldro de dois anos e uma vaca nova; possuía também quatro escravos avaliados em 1:300\$000, portanto, correspondiam a 94,24% do valor total dos bens inventariados. Quando procedeu à partilha dos bens, os escravos foram divididos “em partes”, correspondendo ao valor de cada um, para que fosse distribuído entre todos os herdeiros. Possuir “partes” de um escravo

---

<sup>166</sup> LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Francisco Chavier de Macedo. Inventariante: Januária Maria da Conceição. São Raimundo Nonato – PI. Séc. XIX. Cx. 05. 1874.

<sup>167</sup> LABHIST - Inventários *post-mortem*, São Raimundo Nonato - PI, 1836 a 1888.

<sup>168</sup> LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Maria Joaquina de Jesus. Inventariante: Claro Dias Soares. São Raimundo Nonato – PI. Séc. XIX. Cx. 02. 1851.

foi uma situação verificada em outros inventários da região. Também constatada em outras documentações como nas matrículas, classificação<sup>169</sup> e livros de notas cartoriais.<sup>170</sup>

A análise da composição dos patrimônios individuais e familiares indica que o perfil dos proprietários de escravos em São Raimundo está intrinsecamente relacionado a maiores fortunas. Isso demonstra que em termos econômicos possuir escravos era uma aquisição importante, por isso constituía, juntamente com a posse de terra e o gado, um dos pilares da constituição das riquezas locais. Isso permite aventar que, em razão da pobreza da maior parte da população, havia uma concentração da grande riqueza entre as famílias mais abastadas, embora os dados dos inventários também permitam afirmar que a posse do escravo, em pequeno plantel, era mais ampla entre diversos grupos sociais.

Essa concentração de riqueza pode ser observada na tabela seguinte, na qual apresentamos os dados de fortunas em São Raimundo Nonato a partir dos inventários estudados. Com isso, registra-se que as famílias mais abastadas compreendem as fortunas entre 10 e 50:000\$000 (dez e cinquenta contos de réis), as quais somam 4,44% dos inventariados. A destacar que a única riqueza da faixa 6 é a do capitão Francisco Xavier de Macêdo. Os dados também apresentam que nas faixas 1 e 2 foi registrado maior número de fortunas, as quais somavam até 1:000\$000 (um conto de réis), totalizando 43,96% da amostra analisada. Na **tabela 04**, seguem tais dados.

**TABELA 4** – Distribuição dos inventários por faixa de fortuna. (1836-1888).

Classificação	Valor (em réis)		Número de inventários	
			#	%
<b>Fortunas pequenas</b>	Faixa 1	abaixo de 500\$000	20	21,98
	Faixa 2	500\$000 a 1:000\$000	20	21,98
<b>Fortunas médias</b>	Faixa 3	1:000\$001 a 5:000\$000	36	39,56
	Faixa 4	5:000\$001 a 10:000\$000	11	12,08
<b>Fortunas grandes</b>	Faixa 5	10:000\$001 a 50:000\$000	3	3,33
	Faixa 6	50:000\$001	1	1,11

**Fonte:** LABHIST - Inventários *post-mortem*, São Raimundo Nonato - PI, 1836 a 1888.

É importante destacar que as fortunas foram classificadas com base nas fontes utilizadas e localizadas dentro de um contexto e uma temporalidade específica: São Raimundo Nonato, século XIX. Eventualmente, se colocássemos os sujeitos estudados em outras regiões,

<sup>169</sup> APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. *Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação*. Documentos diversos/caixa 174. 15 de julho de 1874.

<sup>170</sup> LABHIST. *Livro de Notas de Tabela público*. São Raimundo Nonato. Livro n° 1 (1865 – 1869); LABHIST. *Livro de Notas de Tabela público*. São Raimundo Nonato. Livro n° 2 (1884 – 1888).

os seus níveis de riqueza poderiam ser classificados de maneira completamente diferente. Dessa forma, o padrão de riqueza varia conforme lugar e o tempo.

Os escravos eram importantes para a economia das famílias, porque um único escravo poderia realizar diversas atividades produtivas e até gerar renda por meio da realização de atividades para terceiros. Além disso, entre os inventários, os escravos eram um “bem” valioso, em termos monetários.<sup>171</sup> A título de exemplo, podemos comparar o valor de um escravo com o valor do gado vacum. Vejamos o caso dos bens arrolados no inventário de Maria Madalena<sup>172</sup>, que era casada com Miguel Pereira de Stª Anna. Quando ela faleceu, em 31 de março 1858, a família possuía uma posse de vinte e dois escravos e criava um rebanho de aproximadamente 526 cabeças de gado vacum e cerca de 65 de gado cavalariço:

Declarou o Inventariante e deu a descrever sessenta vacas paridas na fazenda Barrinhas, que os avaliadores derão o valor de quatorze mil reis cada uma e todas a oitocentos e quarenta mil reis que sai 840\$000.

Declarou mais o mesmo inventariante e deu a descrever uma escrava de nome Victoria, crioula, de idade vinte e nove anos, sadia, que os avaliadores derão o valor de oitocentos mil reis, que a margem sai 800\$000.<sup>173</sup>

Desse modo, a escrava Victoria tinha valor aproximado de sessenta vacas paridas, demonstrando que o valor de um escravo era alto em comparação à principal fonte de riqueza local: o gado. É relevante destacar que os escravos, naquele contexto, eram considerados mercadorias e que essa comparação é para fins de compreensão sobre o estudo e as ideias que se estão expondo. Diante disso, qual era o valor, em termos monetários, de um escravo em São Raimundo Nonato?

O valor dos escravos variou ao longo do tempo e de acordo com alguns fatores determinados por variáveis de sua pessoa, tais como a idade, o sexo, as condições físicas, a qualificação profissional, assim como outras externas, como a conjuntura econômica, a especulação, a distância entre o desembarque e o ponto de venda, como assinalou Kátia Mattoso.<sup>174</sup> A documentação analisada para São Raimundo Nonato limita a percepção da influência externa no valor dos escravos, uma vez que, nos livros de notas investigados, não foram encontradas escrituras de compra e venda de escravos suficientes para montar uma série quantificável. Desse modo, o que sabemos sobre o valor dos escravos remete aos inventários

<sup>171</sup> SILVA, 2013, p.47.

<sup>172</sup> LABHIST – Inventários post-mortem. Inventariado: Maria Madalena. Inventariante: Miguel Pereira de Stª Anna. São Raimundo Nonato – PI. Séc. XIX. Cx. 03. 1858.

<sup>173</sup> LABHIST – Inventários post-mortem. Inventariado: Maria Madalena. Inventariante: Miguel Pereira de Stª Anna. São Raimundo Nonato – PI. Séc. XIX. Cx. 03. 1858.

<sup>174</sup> MATTOSO, 1982, p.77-78.

*post-mortem*. Seria plausível pensar que, no processo de avaliação dos escravos arrolados nos inventários, os fatores primários dos escravos (idade, sexo, qualificação profissional, bom comportamento) fossem levados mais em consideração do que as influências externas – fatores secundários. Não significa, contudo, que elas não tivessem algum peso, até porque havia um preço de mercado que determinava um valor base, no entanto, um escravo em idade produtiva, do sexo masculino, sadio, que possuísse algum ofício teria valor mais alto em comparação a um escravo velho, sem especialidade.

Entre os inventários analisados, o escravo avaliado com valor mais alto foi Cornélio, cabra, 17 anos, solteiro que pertencia ao Tenente Coronel Jeronymo de Sousa e Nogueira Bozon e Lima e sua mulher Dona Francisca Adelina Lopes de Souza Lima, sendo avaliado em 1:300\$000.<sup>175</sup> Os escravos com valor igual ou acima de um conto de réis foram poucos, em geral, homens com média de idade de 22 anos, durante a década de 1870. Ao extremo, registra-se escravos como Benedicta, nação, "de idade de cem annos pouco mais, ou menos", avaliada em 5\$000 réis.<sup>176</sup>

Para alcançar o valor médio dos escravos nos inventários *post-mortem* de São Raimundo Nonato levamos em consideração os escravos em idade produtiva (13 a 50 anos), bem como o sexo e os períodos 1836 a 1850, 1851 a 1871 e 1872 a 1888.<sup>177</sup> Desse modo, para o primeiro período (1836 a 1850), o valor médio para as escravas era de 322\$272 mil réis e para os escravos de 323\$846 mil réis. No segundo período de 1851 a 1871, o preço médio para as escravas era de 441\$707 e os escravos, 426\$666 mil réis. Por fim, entre 1872 a 1888, nos últimos anos do período escravista, o valor médio das escravas era de 313\$333 e os escravos, de 809\$090 mil réis, como pode ser visto na **tabela 5**. Com exceção do último período, não houve disparidade entre o valor médio dos escravos do sexo masculino e feminino. Somente no último período, os preços dos escravos do sexo masculino chegaram aos valores mais altos.

---

<sup>175</sup> LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Jeronymo de Sousa e Nogueira Bozon e Lima e Francisca Adelina Lopes de Souza Lima. Inventariante: Sebastião Ribeiro Lima. São Raimundo Nonato – PI. SÉC. XIX. Cx. 06. 1877.

<sup>176</sup> LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Gil Gomes Pereira. Inventariante: Mariana do Rego Monteiro. São Raimundo Nonato – PI. SÉC. XIX. Cx. 01. 1849.

<sup>177</sup> Essas faixas temporais foram definidas com intuito de verificar como preços escravos comportou-se em três momentos distintos. O primeiro momento (1836 a 1850) refere-se ao momento anterior a proibição do tráfico atlântico de escravos. Já o segundo (1851 a 1871) logo após ao fim do tráfico de escravos, onde verificou aumento do preço dos escravos em todo o Brasil e a intensificação do tráfico interno de cativos. E por fim o terceiro momento (1872 a 1888), as últimas décadas do período escravista.

**TABELA 5** – Valor médio dos escravos em idade produtiva, por período e sexo, 1836-1888.

Período	Valor em réis	
	Feminino	Masculino
1836 – 1850	322\$272	323\$846
1851 – 1871	441\$707	426\$666
1872 - 1888	313\$333	809\$090

**Fonte:** LABHIST - Inventários post-mortem, São Raimundo Nonato - PI, 1836 a 1888.

Ao estabelecermos uma comparação do valor dos escravos de São Raimundo Nonato com outras regiões, é possível observar que o preço médio do escravo era similar a outros municípios do Piauí, bem como com outras regiões fora da Província. Em Oeiras, no Piauí, segundo Falci, entre 1813 e 1852, o preço médio de um escravo em idade produtiva, independente da profissão, era de 311\$000 réis. Entre 1869 a 1875, o valor médio era de 576\$000 réis.<sup>178</sup>

Em Feira de Santana, província da Bahia, onde os criadores de São Raimundo vendiam o gado, no ano de 1850, “podia-se comprar um escravo em idade produtiva para trabalhar na lavoura por, em média, 408\$333 réis, se fosse homem e 375\$000 réis, se mulher”. Na década de 1860, os escravos chegaram a 800 mil e um conto de réis. Em Campina Grande, na Parnaíba do Norte, "o preço médio de escravos do sexo masculino e sexo feminino, com idade entre 15 e 30 anos", era , respectivamente, 239\$000 e 233\$000 para o período entre 1785 e 1850, enquanto que, na fase entre 1851 a 1888, "o preço médio correspondeu a 774\$000 para os escravos e 636\$000 para as escravas".<sup>179</sup>

Conforme Barickman, a partir de 1825, em decorrência das pressões da Grã-Bretanha sobre o tráfico de africanos, os preços dos escravos na Bahia tiveram aumento substancial. Depois de 1850, com o fim do tráfico atlântico, “um escravo de enxada e foice que podia ser comprado por menos de Rs.480\$000 no início da década de 1850 era vendido por 1:075\$000 em 1858. O preço dos escravos continuou em ascendência até início da década de 1880, quando os preços estabilizaram e começaram a cair. Ao fim do regime escravista, em 1888, o preço dos escravos estava bem baixo.<sup>180</sup>

Ao falecer, em 18 de julho de 1854, todos os bens do professor efetivo<sup>181</sup> e alferes João Paulo da Silveira<sup>182</sup>, morador da vila de São Raimundo, foram avaliados em 2:136\$120 réis.

<sup>178</sup> FALCI, 1995, p. 137.

<sup>179</sup> LIMA M, 2008, p.176.

<sup>180</sup> BARICKMAN, 2003, p.231.

<sup>181</sup> PIAUÍ (Província). Relatório Presidente da Província do Piauí Dr. Jozé Antonio Saraiva. – Oeiras: Typ. Saquarema. 3 de julho de 1851. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 maio 2016.

<sup>182</sup> LABHIST – Inventários post-mortem. Inventariado: João Paulo da Silveira. Inventariante: Dorotheia Joaquina da Silveira. São Raimundo Nonato – PI. Séc. XIX. Cx. 02. 1854.

Além das atividades relacionadas aos cargos que ocupava, ele também era criador de gado. Na fazenda Barreira (propriedade sua) e na fazenda Sant'Anna (termo de Oeiras) e Jenipapo de propriedade do padre Francisco de Paula de Silveira, possuía 70 cabeças de gado vacum, 16 animais cavalares e 76 cabras, tudo avaliado em 732\$560 réis, que correspondiam a 34,29% dos bens. O professor dispunha da força de trabalho de dois escravos jovens, cada um avaliado por 500\$000 réis, correspondendo a 46,8% do valor dos bens. Dessa forma, os dois escravos eram bem mais valiosos que todo o rebanho que o professor possuía. É plausível aceitar que embora a posse de dois escravos não eximisse o professor do trabalho pesado, possibilitou-lhe que desenvolvesse outras atividades, como Delegado<sup>183</sup> e Juiz Municipal e Órfãos.<sup>184</sup>

Para Barickman, a posse de um ou dois escravos não provocaria mudanças fundamentais na vida desses pequenos escravistas. “A posse de dois ou três escravos não libertava um lavrador e sua família do trabalho de casa e da roça no máximo, reduzia as horas que tinham que dedicar a esse trabalho e permitia que a família evitasse os serviços pesados”. Contudo, “possibilitava o aumento da produção tanto para o consumo doméstico com para venda” o que garantia a “família maior grau de segurança econômico”.<sup>185</sup> Embora o autor refira-se ao contexto específico do Recôncavo baiano, demonstra o porquê muitos indivíduos buscavam adquirir escravos.

Ao utilizar o trabalho escravo nas atividades das roças e currais, os senhores e outros membros da família poderiam dedicar-se a outras atividades econômica. De maneira semelhante, por exemplo para os funcionários de cargos públicos, a posse um escravo poderia permitir que o senhor investisse na criação do gado ou no cultivo de algum produto agrícola. Em uma região de condições econômica limitadas, diversificar atividades produtivas foi o caminho para acumular riquezas. Desse modo, as famílias mais ricas da região eram aquelas que conseguiram diversificar as atividades produtivas (e os escravos foram fundamentais para isso) e ter o controle dos poderes locais, através de cargos públicos e da aquisição de patentes da Guarda Nacional. Nesse contexto, a herança material e imaterial tem importante função na manutenção dos poderes locais e do status social.

---

<sup>183</sup> APPI - Séries municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. 3 de setembro 1850.

<sup>184</sup> LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Maria Joaquina de Jesus. Inventariante: Claro Dias Soares. São Raimundo Nonato – PI. Séc. XIX. Cx. 02. 1851.

<sup>185</sup> BARICKMAN, 2003, p.252. 1

## CAPÍTULO II

### TRABALHADORES ESCRAVIZADOS NO SERTÃO PECUARISTA: PERFIL POPULACIONAL, FAMÍLIA E SOCIABILIDADE.

Objetivamos no presente capítulo responder quem eram os trabalhadores escravizados de São Raimundo Nonato, na segunda metade do século XIX, com intuito de caracterizar a população escravizada conforme origem geográfica, perfil etário, estado conjugal e composição sexual. Também discutimos sobre os usos da mão-de-obra escravizada, destacando as ocupações e as principais atividades desenvolvidas. Além disso, são abordados o aspecto da vida familiar e os laços de sociabilidade construídos pelos cativos.

#### 3.1. Gêneses e perfil populacional

Na metade do século XIX, o sistema escravista no Brasil estava em transformação. O fim do tráfico atlântico de escravos “redefiniu o mercado de mão-de-obra escrava no Brasil”, como afirmou Barickman. Os interessados em adquirir escravos depararam-se com a diminuição da oferta e altos preços dos cativos. As Províncias do Norte tornaram-se fornecedoras de escravos para o Sudeste, que, no mesmo período, passava por uma expansão econômica com as lavouras do café, produto que ganhava os mercados europeus.<sup>186</sup> O crescimento do tráfico interprovincial fez com que muitos pequenos proprietários vendessem os seus escravos para compradores que adentravam os sertões. No sertão “pecuarista e policultor”<sup>187</sup> de economia frágil e com poucos recursos para comprar novos escravos, os pequenos proprietários dependiam cada vez mais da reprodução endógena de sua escravaria para manutenção da posse. Conseqüentemente, diminuía a presença de cativos africanos na região e aumentava a de crioulos, escravos nascidos no Brasil.<sup>188</sup>

---

<sup>186</sup> BARICKMAN, B.J., 2003, p.229, p.230.

<sup>187</sup> Acerca do termo Cf. NEVES, 2012.

<sup>188</sup> Sobre o tráfico interno de escravo ver: NEVES, Erivaldo Fagundes. “Sampuleiros e traficantes: comércio de escravos do Alto Sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista”. *Afro-Ásia*, nº 24 (2000), pp. 97-128; SLENES, Robert W. **Na Senzala, uma flor - Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX**. 2. ed. Campinas - SP: Editora da Unicamp, 2011. (Histórias do Brasil); SLENES, Robert W. **Senhores e subalterno no Oeste paulista**. IN: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). **História da vida privada no Brasil: Império**. - São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.233-290; PIRES, Maria de Fátima Novais. **Fios da Vida: tráfico interprovincial e alforrias nos sertões de sima - BA (1860-1920)**. São Paulo: Annablume, 2009; TEIXEIRA, Luana. **Comércio interprovincial de escravos em Alagoas no Segundo Reinado**. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Recife/PE, 2016.



Em São Raimundo Nonato, podemos observar esse processo a partir da propriedade do capitão da Guarda Nacional, Felipe Rodrigues Coêlho, exemplo típico da dependência da reprodução natural para manutenção da posse de escravos. Por quase duas décadas, foi possível acompanhar algumas transformações pelas quais passou a família do capitão e observar como isso repercutiu em alterações em sua posse de escravos.

Na matrícula de 1872, o capitão Felipe Rodrigues Coêlho registrou que possuía em sua propriedade dezesseis escravos, a descrever: Luiza, Anna, Roza, Antonio, Clemencia, Justina, José, Umbelina, Maria, Joaquim, Tiburcio, Francisco, Iria, Joanna, Disideria e Thomas. Sendo que doze eram nascidos em sua propriedade – **ver tabela 6** – filhos das suas escravas Luiza (Joanna, Clemencia, Roza, Maria, Joaquim e Iria), Anna (Antonio, Justina, José, Umbelina, Disideria e Thomas) e Roza (Tiburcio e Francisco).

O capitão Felipe Rodrigues Coêlho era casado com Domeciana Mendes de Souza e o casal tinha dois filhos, Alexandrino Rodrigues de Souza e Anna Joaquina da Conceição (casada com Theotônio Rodrigues de Sousa). Como a maioria das famílias da região, vivia da criação do gado (vacum e cavalari) e da lavoura. Quando o capitão Felipe faleceu, em 25 de setembro de 1878, a sua mulher Domeciana declarou que a família possuía um rebanho de 132 cabeças de gado vacum e 78 cabeças de cavalares e roças de plantação. Os serviços da família eram divididos entre as suas duas principais propriedades, Pedra Branca e o sítio Baixa Verde, localizadas na Fazenda Curral de Campos. Na Pedra Branca, ficava a casa de residência da família e tinha três casas menores, todas feitas de taipa e cobertas de telhas, além de quatro currais, um cercado e uma roça. No Sítio Baixa Verde, havia uma pequena casa coberta de telha, com uma porta, uma "roça grande (com) plantação" e dois currais. Nessas duas propriedades, os escravos trabalhavam nos serviços da roça, labutavam com o gado e davam conta dos afazeres domésticos.

A situação econômica da família era estável, eles possuíam terras, uma estrutura produtiva razoável e tinham mão-de-obra. Em 20 de novembro de 1878, quando teve abertura a partilha amigável dos bens deixados pelo capitão Felipe, foi computado um monte-mor de 9:599\$602 réis, composto por posses de terra nas fazendas Cavaleiros, Conceição, Curral Novo, Porções, Lages, Boa Vista e na fazenda Serra Branca, termo de Jaicós. Além das casas, estruturas de criação do gado e de plantação, algumas dívidas ativas, móveis e ferramentas foram consignados. Porém, o principal bem da família era os doze escravos que foram avaliados em 5:500\$000 réis e que correspondiam a 57,29% do monte-mor.<sup>189</sup>

---

<sup>189</sup> LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Felipe Rodrigues Coêlho. Inventariante: Domeciana Mendes de Souza. São Raimundo Nonato – PI. Séc. XIX. Cx. 06. 1879.

**TABELA 6** – Relação dos escravos pertencentes a Felipe Rodrigues Coêlho – matrícula de 1872.

<b>Nome</b>	<b>Cor</b>	<b>Idade</b>	<b>Estado</b>	<b>Naturalidade</b>	<b>Filiação</b>	<b>Profissão</b>
<b>Luiza</b>	Criola	40	Solteira	Piauhy	Clemencia	Cozinheira
<b>Anna</b>	Cabra	30	Solteira	Piauhy	Luciana	Roceira
<b>Roza</b>	Criola	25	Solteira	Piauhy	Luiza	Costureira
<b>Antonio</b>	Cabra	14	Solteiro	Piauhy	Anna	Vaqueiro
<b>Clemencia</b>	Cabra	14	Solteira	Piauhy	Luiza	Roceira
<b>Justina</b>	Cabra	14	Solteira	Piauhy	Anna	Cozinheira
<b>José</b>	Cabra	12	Solteiro	Piauhy	Anna	Roceiro
<b>Umbelina</b>	Criola	12	Solteira	Piauhy	Anna	Roceira
<b>Maria</b>	Criola	11	Solteira	Piauhy	Luiza	Roceira
<b>Joaquim</b>	Criolo	10	Solteiro	Piauhy	Luiza	Roceiro
<b>Tiburcio</b>	Criolo	10	Solteiro	Piauhy	Roza	Roceiro
<b>Francisco</b>	Criolo	9	Solteiro	Piauhy	Roza	Roceiro
<b>Iria</b>	Criola	8	Solteira	Piauhy	Luiza	Sem ofício
<b>Joanna</b>	Criola	7	Solteira	Piauhy	Luiza	Sem ofício
<b>Disideria</b>	Cabra	6	Solteira	Piauhy	Anna	Sem ofício
<b>Thomas</b>	Cabra	9 meses	Solteira	Piauhy	Anna	Sem ofício

**Fonte:** LABHIST – Inventários *post-mortem*. Felipe Rodrigues Coêlho. Subsérie: séc. XIX - Cx. 06. 1879.

Entre a matrícula de 1872 e a morte do capitão Felipe, em 1878, a quantidade de escravos da família reduziu de 16 para 12. Os escravos Francisco, Joaquim, Maria, Tiburcio e Umbelina não foram arrolados no inventário, infelizmente não foi possível verificar qual destino tomaram. Existe, todavia, a possibilidade de alforrias, visto que, entre as dívidas ativas registradas no inventário, verificamos que alguns escravos deviam valores que poderiam ser decorrentes de negociações pela liberdade. Além disso, é admissível a venda para proprietários locais, como fez, em 1869, quando vendeu a Carlos Ferreira de Oliveira a escrava Bernarda, crioula, com idade de 11 anos pelo valor de 300\$000<sup>190</sup>, bem como para fora do município, uma vez que, no período, alguns proprietários locais haviam vendido escravos para traficantes que passavam pela região. Esse tipo de transação está presente em outras fontes, tais como na evidência do negócio feito por Pedro José da Silva, proprietário e morador da fazenda Boavista, em 1875, quando vendeu um dos seus escravos para fora da Província.<sup>191</sup> De maneira semelhante, no final da década, Domethildes de França Ramos, residente em Pedra Branca, vendeu a sua escrava Joanna e os seus dois filhos para o senhor Maseofino de Tal, um comprador de escravos que passava pela região em direção à província da Bahia.<sup>192</sup> Como não registraram juntamente ao responsável pela matrícula a transferência de domínio de escravos

<sup>190</sup> LABHIST. *Livro de Notas de Tabelião público (incompleto)*. São Raimundo Nonato. 1865-1869.

<sup>191</sup> APPI – Séries Municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. Ano de 1878.

<sup>192</sup> APPI – Séries Municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. 12 de março de 1880.

para fora do município, conforme determinava o art.21 do Decreto nº 4.835, de primeiro de dezembro de 1871<sup>193</sup>, tanto Pedro José da Silva como Domethildes de França Ramos foram multados pela Coletoria de Rendas de São Raimundo Nonato no valor de 30\$000. É crível que outros proprietários tenham feito o mesmo, em negócios com compradores de escravos que transitavam pelo sertão; e mesmo, que não tenham sido multados.

Com os altos preços que os escravos atingiram naquele período, sobretudo, em decorrência da intensificação do tráfico interprovincial, “vender escravos foi um bom negócio e não faltavam negociantes dispostos a comprá-los para enviá-los ao sul.”<sup>194</sup> No período, São Raimundo Nonato era castigada pelos efeitos da “Grande Seca” (1877-1880), que atingia os sertões nordestinos (como pode ser visto no primeiro e terceiro capítulo deste texto), vender algum escravo era uma das poucas alternativas viáveis para os proprietários locais obterem alguns recursos.<sup>195</sup>

No ato da partilha dos bens do capitão Felipe Rodrigues Coêlho, os escravos Antonio, José, Justina e Iria foram utilizados para pagar parte das dívidas que a família possuía. Os escravos Pedro (que não constava na matrícula de 1872) e Joana ficaram para o seu filho Alexandrino Rodrigues de Souza e a escrava Clemencia foi destinada para a sua filha Anna Joaquina da Conceição e marido dela, Theotonio Rodrigues de Sousa. Para a viúva Domeciana, ficaram os escravos Anna, Luiza, Rosa, Desideria e Thomas. Na matrícula de 1886, dona Domeciana ainda possuía os cinco escravos, sendo que Anna e Thomas trabalhavam nos serviços da roça, e Luiza, Rosa e Desideria foram matriculadas como cozinheiras. Já o seu filho, Alexandrino, possuía apenas um dos dois escravos que apareceram em 1878, Joana (cozinheira). Na matrícula de 1886, também não foram encontrados escravos matriculados pertencentes a Anna Joaquina da Conceição e Theotonio Rodrigues de Sousa, nem registro de venda ou carta de liberdade da escrava Clemencia.<sup>196</sup>

O caso do Capitão Felipe e Dona Domeciana é excepcional, no referente às evidências que permitem traçar a evolução e o uso da mão de obra escravizada. Embora a documentação apresente limitações, pois os inventários trazem pouquíssimas informações sobre ocupações, filiação, estado civil dos escravos da região de São Raimundo Nonato, tendo em vista que os

---

<sup>193</sup> BRASIL (Império). Decreto nº 4.835, de 1º de dezembro de 1871. Aprova o Regulamento para a matrícula especial dos escravos e dos filhos livres de mulher escrava. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/historicos/dim/dim4835.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/dim4835.htm). Acesso em: 06 de novembro de 2017.

<sup>194</sup> TEIXEIRA, 2016, p. 38-39.

<sup>195</sup> NEVES, 2000.

<sup>196</sup> LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Felipe Rodrigues Coêlho. Inventariante: Domeciana Mendes de Souza. São Raimundo Nonato – PI. Séc. XIX. Cx. 06. 1879; APPI – Série Municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. “*Matrícula Geral de Escravos do Município de São Raymundo Nonnato*”. Coletoria/Caixa: 641. Ano de 1886/7.

escrivães, juízes e avaliadores registravam apenas características associadas ao valor do escravo, como idade e aptidão para o trabalho, é possível, dentro desse quadro, perceber a composição e mobilidade no uso da escravaria.<sup>197</sup> No caso específico da atividade exercida ou profissão, a falta de registro pode ser explicada tanto por aspectos burocráticos do regime escravista, uma vez que o registro da profissão dos escravos passou a ser obrigatório somente a partir de 1871, como pela natureza das funções exercidas pelos escravizados, visto que a maioria dos escravos da região exercia múltiplas tarefas de acordo com as necessidades dos seus senhores.

No decorrer das duas décadas, foi possível acompanhar a propriedade de escravos da família do capitão Felipe e Domeciana e observar que a reprodução endógena foi diretamente responsável por manter a posse de escravos da família, o que garantiu que seus filhos e genros herdassem-nos como propriedade. De modo semelhante, muitos outros senhores da região de São Raimundo Nonato, a partir da metade do século XIX, tiveram, na reprodução natural dos cativos, instrumento demográfico e econômico de continuidade de sua escravaria. A esse respeito, Silva comenta que

A partir da análise de um conjunto de fontes, identificamos que a reprodução natural entre a população escrava de São Raimundo Nonato pode ter sido utilizada como um mecanismo para a manutenção da posse escrava, visto que a partir da proibição do tráfico atlântico ocorreu a intensificação do tráfico interprovincial e, conseqüentemente, o aumento da venda de escravos das regiões de economia de subsistência para áreas voltadas para a agricultura exportadora.<sup>198</sup>

Isso também aparece manifesto, entre outras características, na proporção de escravos crioulos (nascidos no Brasil), no equilíbrio das razões de masculinidade e no percentual de crianças entre a população escravizada – fatores que constituem indicadores do nível de dependência do tráfico atlântico para manutenção da propriedade escrava no Brasil.<sup>199</sup>

Ao analisarmos a composição da população escravizada de São Raimundo Nonato, verificamos que os escravos de origem africana constituíam uma parcela bastante reduzida. Isso é o que mostra os mapas estatísticos de população da região. O mapa de 1855 apontava que 15% da população cativa era de origem africana.<sup>200</sup> Dez anos depois, o mesmo documento

---

<sup>197</sup> Situação semelhante foi relatada por Erivaldo Fagundes Neves em “Escravidão, pecuária e policultura: Alto Sertão da Bahia, século XIX”, onde poucos inventários indicavam a profissão dos escravos. Cf.: NEVES, 2012, p.87.

<sup>198</sup> SILVA, 2013, p.16.

<sup>199</sup> Cf. ALMEIDA, 2012, p.77.

<sup>200</sup> APPI – Série Municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. “*Mappa estatístico da População do Município de São Raymundo Nonnato*”. Delegacia/Caixa: 174. 26 de maio de 1855.

revelava que o percentual de escravos africanos havia reduzido para 3% – um possível reflexo dos quinze anos da lei de 28 de setembro de 1850, conhecida como Eusébio de Queiroz, que extinguiu o tráfico negreiro com a África.<sup>201</sup> Já a matrícula de escravos de 1872 registra apenas três africanos e, em 1886, não há registro. Como nem todos os senhores matriculavam os seus escravos pelos mais variados motivos, é crível aceitar que havia mais escravos africanos naquela sociedade, mas mesmo levando isso em conta, o percentual é tão baixo que não seria suficiente para mudar o quadro populacional. Por isso, podemos afirmar que, em meados do século XIX, quando foi criada a vila de São Raimundo Nonato, a maioria dos escravos do município era crioulos, ou seja, nascido no Brasil.

As informações referentes aos inventários *post-mortem*, como pode ser observado na **tabela 7**, demonstram que os escravos de origem africana correspondiam aproximadamente a 4,19% do total de escravos arrolados nos inventários, enquanto isso, os crioulos, cabras, mulatos, pardos, acabocladados, designações que apontam para o fato de terem nascido no Brasil, correspondiam a 81,35% e os pretos 2,75%. Existe a possibilidade de alguns dos escravos classificados como “pretos” serem de origem africana, como aponta a literatura acerca do tema.<sup>202</sup> Visto dessa maneira, o percentual de escravos africanos entre a população cativa de São Raimundo Nonato seria maior que os dados apresentados anteriormente, contudo valores que não mudariam o fato de a maioria dos escravos da região ter nascido no Brasil.

Ivana Stolze Lima destaca que havia uma grande variedade de expressões utilizadas pelos funcionários (escrivães, delegados, padres, juízes, entre outros) para classificar a população escrava segundo a “cor”, de maneira que os termos utilizados poderiam variar conforme o período e o local. Por isso, as classificações étnico/raciais são complexas e com múltiplos significados, não sendo entendido no sentido restrito ao atributo físico – a cor da pele – vai além e diz respeito a questões de ordem social e política.<sup>203</sup>

Em geral, os escravos de origem africana eram homens, com média de quarenta e oito anos, isto para as décadas anteriores a 1860, daí em diante ocorre o envelhecimento dessa população.<sup>204</sup> A documentação analisada não especifica a nação, o que nos permitiria inferir de quais regiões da África teriam vindo esses escravizados, aparece apenas os termos “africano”

<sup>201</sup> APPI – Série Municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. “*Mappa estatístico da População do Município de São Raymundo Nonnato*”. Delegacia/Caixa: 174. 26 de maio de 1855; PIAUÍ (Província). Relatório com que o Exm. Snr. Dr. Polidoro Cezar Burlamaque Presidente da Província do Piahy passou a Administração da mesma ao Exm. Snr. Dr. José Manoel de Freitas segundo vice-presidente. Maranhão: Typ.de B.de Mattos, rua da Paz, 7. 1868. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 maio 2016.

<sup>202</sup> Discussão que pode ser vista nos estudos de: ALMEIDA, 2012; AMARAL, 2012. CASTRO, 1997; IRFFI, 2016.

<sup>203</sup> LIMA, Ivana Stolze. **Cores, marcas e falas: sentido da mestiçagem no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

<sup>204</sup> LABHIST - Inventários *post-mortem*, São Raimundo Nonato - PI, 1836 a 1888.

“nação” e/ou “de nação”, termos vagos no sentido de identificar a procedência. Em outras regiões do Piauí, entretanto, a documentação mais detalhada possibilitou identificar a origem dos escravos africanos, como foi o caso de Campo Maior, analisado por Brandão, que encontrou uma grande predominância de Angolas, seguidos pelos Minas, Benguelas, Guinés e Congos. Havia, em número menor, Moçambiques, Rebolos e Cassangue.<sup>205</sup> Nos inventários investigados por Falci para Oeiras, entre os escravos mais velhos, assim como Campo Maior<sup>206</sup>, predominou também os de origem angolense.<sup>207</sup>

**TABELA 7** – Composição da população cativa de São Raimundo Nonato, segundo qualidade/origem, 1836-1888.

Cor/origem	Quantidade	%
Acaboclado	1	0,30
Africanos	12	3,67
Nação	5	1,52
Cabra	100	30,58
Crioulo	128	39,14
Mulato	33	10,09
Pardo	4	1,22
Preto	9	2,75
Sem informação	35	10,70
<b>Total</b>	<b>327</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** LABHIST - Inventários *post-mortem*, São Raimundo Nonato - PI, 1836 a 1888.

Conforme Falci, o tráfico trouxe para o Piauí africanos das mais variadas origens. Essa variedade de composição étnica remete aos três principais eixos de importação de escravos para capitania/província. Havia uma rede de mercadores que saía da Bahia e Pernambuco, cortava o sertão em direção ao sul do Maranhão, região de Aldeias Altas, atual Caxias. Outros partiam de São Luiz do Maranhão e cruzavam o Piauí de oeste a leste. O terceiro eixo comercializador encontrava-se no litoral do Piauí, no Delta do Parnaíba. A localização do Piauí entre o Maranhão e a Bahia e Pernambuco favoreceu para que a região fosse área de atuação de distintas companhias de comércio, conseqüentemente, o escravo que vinha para a região dependia da região da África que essas companhias atuavam. Ademais, faz-se relevante a afirmação de Falci: “a história do tráfico para o Piauí está ainda para ser feita”, mesmo depois de alguns anos ainda é atual.<sup>208</sup> Embora as pesquisas sobre escravidão tenham avançado nessas últimas

<sup>205</sup> BRANDÃO, 1999, p.18.

<sup>206</sup> FALCI, 1995, p.40.

<sup>207</sup> Maria Inês Côrtes de Oliveira afirma que, durante os séculos XVII, XVIII e até mesmo no XIX, Angola foi “um dos mais ricos mananciais de cativos para a América portuguesa e espanhola, liderando o tráfico na África meridional”. O predomínio de escravos provenientes da África Centro-ocidental entre a população do Piauí demonstra que a região recebeu muitos escravos originários do Ciclo de Angola. Cf. OLIVEIRA, MARIA Inês Côrtes. Quem eram os "Negros da Guiné"? A origem dos africanos na Bahia. *Afro Ásia*, n19/20 (1997), p.37-73.

<sup>208</sup> FALCI, Op.Cit., p.39.

décadas, pouco se conhece sobre o tráfico de africanos para a região, bem como sobre o tráfico interprovincial e intraprovincial de escravos.

Lado a lado com a história, a literatura nos apresenta a presença de escravos africanos entre a população piauiense, tal como é retratada na obra oitocentista **Ataliba, O Vaqueiro**, romance de Francisco Gil Castelo Branco<sup>209</sup>, qual o personagem Cassange era um escravo de origem africana que veio ainda moleque para o Brasil. Da sua região de origem, carregava o nome<sup>210</sup>. Na fazenda Morro, situada no extremo da província do Piauí com Ceará, nas terras da vila de Marvão (hoje, município de Castelo do Piauí), local onde se passa o romance, Cassange tinha como profissão "fábrica", ou seja, era ajudante de vaqueiro. Auxiliava Ataliba, personagem principal do drama, na labuta com o gado e, apesar da idade avançada – “Cassange era octogenário” – era um sujeito bem-disposto. O autor descreve o africano da seguinte maneira:

Cassange era uma figura exótica, repetimo-lo. Pequeno e esguio, tinha uma cabeça grande, encarapinhada de cabelos brancos-cinza, que lhe descia pelo rosto alongado, abastecendo-lhe a barba de judeu agiota. Espessa sobranceiras escondiam-lhe os olhos de rato, e a larga boca ocultava dentes alvíssimos; o mais era vulgar [...].<sup>211</sup>

No Piauí da década de 1870, período no qual se passa e foi escrito o romance, a presença de escravos de origem africana, tal como Cassange, era reduzida, e talvez por isso o autor tome o africano como figura “exótica” não só no sentido de ser estrangeiro, mas também no sentido de ser raro, uma vez que africanos não eram comuns entre a escravaria, sendo que aqueles que existiam eram na maioria em idade avançada, assim como o personagem em questão.

De acordo com Falci, durante todo o século XIX, os cativos africanos nunca foram em maior número do que os crioulos e/ ou mestiços. A autora mostra que a redução do porcentual

---

<sup>209</sup> Inicialmente, **Ataliba, O vaqueiro** foi publicado em formato de folhetim no jornal **Diário de Notícias**, na cidade do Rio de Janeiro, durante o ano de 1878. Em 1880, o autor publicou em formato de livro pela Tipografia Cosmopolita, também no Rio de Janeiro. Ao centrar a narrativa em personagens das classes subalternas, como agregados, vaqueiros, escravos e trabalhadores braçais, Gil Castelo Branco revela cenários de um Piauí oitocentista pouco conhecido, regiões mais afastadas do centro dos negócios e da vida política da província. Descreve os costumes, linguajar, rituais, as teias de relações sociais, a vida doméstica e como a chegada das secas afeta o cotidiano sertanejo, sobretudo das camadas mais pobres, que não possuíam condições financeiras para resistir. MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios; RÊGO, Maria do p. Socorro N.N. do. “Ataliba, o vaqueiro: folhetim da seca”. IN: BRANCO, Francisco Gil Castelo. **Ataliba, o vaqueiro**. 12. ed. Teresina: Fundação Quixote, 2016, p.17 – 26.)

<sup>210</sup> Cassange (ou Kasange) era um importante povoado situado no interior da Angola. Cf. SLENES, Robert. Malungu ngoma vem! A África coberta e descoberta do Brasil. *Revista da USP*, n°2, dez-jan-fev, 1991-1992. Ver também: MATTOS, Regiane Augusto de. **De cassange, mina, benguela a gentio da Guiné: grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo (1800-1850)**. – São Paulo: Serviço de Comunicação Social. FFLCH/USP, 2009.

<sup>211</sup> BRANCO, Francisco Gil Castelo. **Ataliba, o vaqueiro**. 12. ed. Teresina: Fundação Quixote, 2016, p.51.

de escravos africanos por propriedade, no Piauí, é recorrente da segunda metade do século XVIII, quando a composição da população escrava começou a modificar-se, sendo que, no início do século XIX, predominavam os escravos nascidos no Brasil.<sup>212</sup> Talvez, por isso, Cassange seja descrito como uma “figura exótica”, ou seja, um sujeito que não era comum. A descrição de alguns aspectos físicos diferenciados do personagem serve para enfatizar isso.

O quadro da população escrava de São Raimundo Nonato, no XIX, é condizente, portanto, com o de toda a Província do Piauí, onde o processo de criouliização demográfica<sup>213</sup> ocorreu bem antes da promulgação da lei de quatro de setembro de 1850. Em “[...]várias regiões, sejam ao norte, litoral, como é Parnaíba, sejam nos sertões, como no caso de Oeiras”, os percentuais de africanos passaram a ser muito baixos no decorrer desse século.<sup>214</sup>

No norte do Piauí, especificamente em Piracuruca, de acordo com estudo desenvolvido por Francisco Helton de Araujo Oliveira Filho, a maioria da população escrava do município era formada por nascidos no Brasil. No ano de 1856, havia, em Piracuruca, 899 escravos crioulos e 53 escravos africanos. O autor ressalta que “no censo de 1872, quase a totalidade era de crioulos. Praticamente, toda a população escrava era de nacionalidade brasileira, constando apenas 2 estrangeiros, certamente escravos africanos”.<sup>215</sup>

Também na nova capital do Piauí, Teresina, no censo de 1872, foi registrada “a existência de 24 escravizados africanos, sendo dezesseis homens e oito mulheres”, conforme estudo de Genimar Carvalho. Naquele ano, a população escrava da capital era de aproximadamente 3.073. Além disso, do total de cativos das duas paróquias da capital (paróquia de N. S. do Amparo e de N. S. das Dores), mais de 92,8% eram originários na província do Piauí. Dessa forma, registrou-se, em Teresina, uma população escrava predominantemente crioula e nascida no Piauí, como os outros estudos demonstraram.<sup>216</sup>

Esse quadro da província possui semelhanças com outras regiões do Brasil. No alto sertão baiano, na amostra analisada por Neves, entre os anos de 1768 a 1883, constatou que os

---

<sup>212</sup> FALCI, 1995.

<sup>213</sup> Luis Nicolau Parés esclarece que “o processo de criouliização demográfica diz respeito ao crescimento da população negra não-africana” e está relacionado ao “fenômeno de hibridação étnica e cultural resultante do encontro de variados grupos africanos e europeus”. O conceito possui uma dupla vertente, por um lado, a criouliização cultural - ou seja, o processo de transformação a que estiveram sujeitas as culturas africanas no Brasil. Por outro lado, a criouliização demográfica - que diz respeito ao “crescimento da população crioula” – “crioulo entendido como indivíduo negro de ascendência africana nascido no Brasil”. Para esta pesquisa, apropriamos da segunda acepção. No demais, a “criouliização vai além de um mero processo gradual” e aponta para um modelo “oscilatório ou pendular”. Na prática, a criouliização demográfica não obedece a uma linha progressiva de eventos, ocorrendo de maneiras diferentes, com variantes de espaço e tempo. Cf. PARÉS, Luis Nicolau. “O processo de criouliização no Recôncavo baiano (1750-1800)”. *Afro-Ásia*, nº 33 (2005), p. 87-132.

<sup>214</sup> FALCI, Op. Cit, p.42.

<sup>215</sup> Cf. OLIVEIRA FILHO, 2016. p.79 e OLIVEIRA FILHO, 2015.

<sup>216</sup> CARVALHO, 2014.



escravos nascidos no Brasil correspondiam a 76% e os africanos a 12%, os outros 12% não possuíam identificação de origem.<sup>217</sup> Ao estudar a população escrava em Rio de Contas, Kátia Lorena Novais Almeida constatou que “na primeira metade do Setecentos, a exemplo das demais áreas da capitania da Bahia era, na sua maioria, nascida na África”. Todavia, “em meados do século XVIII, o perfil populacional demográfico dos escravos começou a transformar”, visto que o número de escravos nascidos no Brasil principiou a superar os de origem africana. Desse modo, na segunda metade do XVIII, Rio de Contas, “já não dependiam principalmente do tráfico transatlântico para repor mão-de-obra escrava”.<sup>218</sup>

Na província da Paraíba do Norte havia um padrão similar, pois de acordo com o estudo de Luciano Mendonça de Lima, em Campina Grande, a razão de africanidade entre a população cativa era relativamente baixa. Naquela região, afirma o autor, "o processo de crioulistização já era uma realidade e há muito havia deitado raízes no contexto demográfico da escravaria local". No período entre 1785 a 1859, "a razão de africanidade da população local era de 29,3%, enquanto entre 1851 e 1888 esse número caiu para apenas 2,6%".<sup>219</sup>

Segundo Barickman, nas regiões que havia grande dependência do tráfico negreiro, as “populações escrava costumavam apresentar duas características”,

[...] primeiro, os africanos, em vez de crioulos, compunham, se não a maioria, pelo menos grande parte da população escrava. Segundo, os homens eram mais numerosos que as mulheres. Esta segunda característica resultava diretamente da primeira, pois cativos do sexo masculino eram exportados da África em quantidades muito maiores que mulheres. As duas características, por sua vez, contribuía para criar taxas negativas de crescimento natural entre as populações escravas.<sup>220</sup>

Em contrapartida, em municípios que não havia grande dependência do tráfico, como São Raimundo Nonato e os demais municípios e regiões mencionados, ocorria o contrário, os crioulos eram maioria da população e os africanos apresentavam-se em número reduzido, o que, como consequência, implica a composição demográfica da população, uma vez que existia maior equilíbrio entre a proporção de homens e mulheres. Eis outro fator que se relaciona diretamente com a predisposição da população para reprodução, a disponibilidade para reproduzirem-se. Em regiões onde havia déficit de mulheres, as taxas de natalidade também eram reduzidas, todavia, em regiões como São Raimundo Nonato, que apresentou equilíbrio

---

<sup>217</sup> NEVES, 2008, p.276.

<sup>218</sup> ALMEIDA, 2006, 2012.

<sup>219</sup> LIMA M., 2008, p.134 e p. 218.

<sup>220</sup> BARICKMAN, 2003, p.253.

entre a quantidade de escravos do sexo masculino e feminino, houve maior predisposição para a reprodução endógena.

Em São Raimundo Nonato, houve equilíbrio entre o número de escravos do sexo masculino e feminino, com algumas pequenas oscilações. Entre os anos de 1836 a 1850, 49,06% eram mulheres e 50,94% eram homens; entre 1851 a 1871, as mulheres correspondiam a 50,24% e os homens, 49,76%; e, por fim, entre 1872 e 1888, 48,89% eram mulheres e 51,11% eram homens. Em suma, os dados extraídos dos inventários revelam uma razão de masculinidade de 98 (ou seja, para cada 100 mulheres havia 98 homens). No censo de 1872 e na matrícula de 1886, notamos uma superioridade do sexo feminino. No Censo de 1872, as mulheres correspondiam a 56,65% dos escravos, ou seja, dos 526 cativos registrados, no município de São Raimundo Nonato, 298 eram mulheres. Na matrícula de 1886, percebemos o mesmo padrão visto que, dos 209 escravos matriculados, 116 eram mulheres, correspondendo a 55,5% dos escravos. No censo de 1872 e matrícula de 1886, a razão de masculinidade é, respectivamente, 76 e 80. Desse modo, havia, em São Raimundo Nonato, para o período estudado, equilíbrio entre homens e mulheres, com superioridade feminina para o final do período escravista, isto para todas as faixas de idade.<sup>221</sup>

De certo, as condições econômicas locais influenciaram na proporção de mulheres na população cativa de São Raimundo Nonato. Conforme Amaral, a “pouca diferença no número de homens e mulheres pode ser um indicativo das possibilidades econômicas dos senhores de engenhos e de uma outra estratégia de reposição da mão de obra”. Isto significava que aqueles senhores que não possuíam grandes fortunas e poder de aquisição de escravos homens, uma vez que esses eram mais caros, investiam na compra de mulheres. Como foi visto no primeiro capítulo, predominaram, em São Raimundo Nonato, pequenos proprietários que não dispunham de grandes fortunas, com poder aquisitivo limitado, talvez sem ter condições para aquisição de homens, eles investiam na compra de mulheres.<sup>222</sup>

A estrutura etária da população escravizada de São Raimundo Nonato possuía predisposição para a reprodução natural, posto que mais da metade dos cativos estava no período fértil, quer dizer entre 13 a 49 anos. A presença de uma proporção significativa de crianças e a reduzida presença de idosos reforçam a hipótese. A população jovem (de zero a 12)

---

<sup>221</sup> LABHIST - Inventários *post-mortem*, São Raimundo Nonato - PI, 1836 a 1888; BRAZIL. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento Geral do Império de 1872**. Rio de Janeiro. Typ. G. Leuzinger. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>>. Acesso em: 28 de março de 2017; APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. “*Resumo geral dos escravos matriculados no Município de São Raymundo Nonnato*”. Coletoria/Caixa: 641. 11 de abril 1887.

<sup>222</sup> AMARAL, 2012, p.45.

correspondia ao percentual de 35,6% dos escravos, enquanto que a população em idade adulta (13 a 49) representava 46,3% e os idosos (acima de 50), 9,8% – **ver tabela 8.**

**TABELA 8** – Distribuição etária da população escrava por período – inventários.

Períodos	0-12 anos	13-49 anos	Acima de 50 anos
1836 – 1850	31	44	10
1851 – 1871	83	94	20
1872 - 1888	13	27	5
<b>Total*</b>	127 (35,6%)	165 (46,3%)	35 (9,8%)

**Fonte:** LABHIST - Inventários *post-mortem*, São Raimundo Nonato - PI, 1836 a 1888.

\*Os dados correspondem aos escravos que possuíam indicação de idade. Nesse sentido, cerca de 8,56% dos escravos não foi registrado a idade.

O censo de 1872 confirma o mesmo padrão populacional registrado nos inventários. Os dados demonstraram que a população jovem (0 a 12) correspondia a 35,17%, ou seja, cerca de um terço da população escrava possuía idade abaixo dos treze anos. Mais da metade da população, 53,8%, era de adultos. E os idosos correspondiam 11,02% dos escravos recenseados, conforme pode ser observado nos dados da **tabela 9.**

**TABELA 9** – Distribuição etária da população escrava no censo 1872, por sexo.

	0-12 anos	13-50 anos	Acima de 51 anos
<b>Mulheres</b>	116	161	21
<b>Homens</b>	69	122	37
<b>Total</b>	185 (35,17%)	283 (53,8%)	58 (11,02%)

**Fonte:** Recenseamento Geral do Império de 1872.

Desse modo, podemos afirmar, com certa segurança, que, no início da década de 1870, aproximadamente 80,6% da população escrava de São Raimundo Nonato tinha nascido na província do Piauí<sup>223</sup> e, provavelmente, muitos desses escravos nasceram nessa freguesia. Tais dados servem para reforçar que os senhores dependiam da reprodução endógena para sustentar suas posses de escravo. No entanto, a quantidade de escravos nascidos na região não foi suficiente para aumentar o quadro populacional, uma vez que a população cativa estava em declínio desde antes da lei do Ventre Livre, de 1871. Ao fim do regime escravista, havia pouco mais de 200 escravos no município, como foi visto no primeiro capítulo.

Por fim, a quantidade de crioulos entre a população escrava de São Raimundo Nonato sugere que a reprodução natural foi responsável pela manutenção da posse de escravos e aponta

<sup>223</sup> BRAZIL. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento Geral do Império de 1872.** Rio de Janeiro. Typ. G. Leuzinger. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>>. Acesso em: 28 de março de 2017.

para a ampla formação de arranjos familiares. Essa experiência de tessitura de laços de parentescos, de redes de sociabilidades e solidariedades revela afetos construídos no cotidiano da escravidão, tema da última seção.

### 3.2. Nos serviços da roça, labutas com o gado e afazeres domésticos.

As condições e os ritmos de trabalho “dos escravos variam no tempo e espaço, obedecendo a dinâmica histórica próprias”. Desse modo, fatores como “dimensões da propriedade, tipo de atividade, tamanho dos plantéis, técnicas empregadas, conjunturas históricas, personalidade dos senhoriais e outros mais eram determinantes na organização do trabalho”.<sup>224</sup> Na região de São Raimundo Nonato, como foi visto no capítulo anterior, predominaram pequenas propriedades que mesclavam a criação do gado com a produção agrícola. A utilização de mão-de-obra escrava, embora estivesse disseminada entre todas as camadas sociais, estava reduzida à parcela pequena dos criadores e produtores locais. Ainda mais reduzida era a quantidade de proprietários que tinha posses acima de dez escravos. Entre eles, estava o coronel Jose Antunes Piauhyllino de Macedo.

Na fazenda São Victor, o coronel da Guarda Nacional, Jose Antunes Piauhyllino de Macedo, dispunha de 21 trabalhadores escravizados – sem contar os menores de doze anos que não foram listados nessa classificação. Vicente (mulato, 24 anos), Aureliano (crioulo, 24 anos) e Appolinario (crioulo, 21 anos) eram vaqueiros; Joaquim (cabra, 17 anos), Victoria (crioula, 34 anos), Antonio (cabra, 40 anos), Antonia (mulata, 42 anos), Benedicto (preto, 40 anos) e Marcos (preto, 40 anos) trabalhavam na lavoura; Marinha (mulata, 34 anos) era costureira; Florencia (cabra, 15 anos), Felismina (cabra, 16 anos), Maria (cabra, 18 anos), Maria Francisca (cabra, 18 anos), Crescencia (crioula, 40 anos), Izabel (cabra, 35 anos) eram fiadeiras; Thomazia (crioula, 33 anos) gomadeira; Pedro (mulato, 25 anos) tinha ofício de sapateiro; Victalino (mulato, 16 anos) foi classificado como “sem officio”; Clara (crioula, 14 anos) e Salustiana (cabra, 15 anos) eram aprendizes – como pode ser visto na **tabela 10**. Na classificação dos escravos do município de São Raimundo Nonato do ano 1874, o coronel Zé Antunes (como era conhecido)<sup>225</sup> possuía umas das maiores posses de escravos da região.

Como o coronel faleceu já no século XX, não foi possível obter detalhes da sua vida material, entretanto, quando o seu pai Capitão Francisco Chavier de Macedo (citado no primeiro

---

<sup>224</sup> LIMA M., 2008, p.180.

<sup>225</sup> Cf. DIAS, William Palha. **São Raimundo Nonato, de Distrito-Freguesia a Vila**. 1ª ed. - Teresina, 2001.

capítulo) faleceu, ele herdou o valor de 3:000\$000 réis em terras, gados e escravos<sup>226</sup>, embora, na época, não fosse uma grande fortuna, para as condições locais, era valor suficiente para começar estruturar um grande patrimônio. De fato, o coronel “Zé Antunes” tornou-se um grande proprietário local e conhecido líder político, sendo uma figura reconhecida das páginas dos processos de inventários, correspondências e outros documentos administrativos (citado em várias ocasiões neste texto), assim como das páginas dos jornais da capital<sup>227</sup>, porque assumiu vários cargos públicos na vila – Vereador, Promotor Público, Juiz Municipal e Órfãos, entre outros.<sup>228</sup>

**TABELA 10** – Relação das (dos) escravas (os) pertencentes ao coronel Jose Antunes Piauhylino de Macedo, em 1874.

Nome	Idade	Atividade desenvolvida
Appolinario	21	vaqueiro
Aureliano	24	vaqueiro
Vicente	24	vaqueiro
Victalino	16	sem officio
Pedro	25	sapateiro
Antonia	42	lavradora
Joaquim	17	lavoura
Victoria	34	lavoura
Antonio	40	lavoura
Benedicto	40	lavoura
Marcos	40	lavoura
Thomazia	33	gomadeira
Izabel	35	fiadeira
Florencia	15	feadeira
Felismina	16	feadeira
Maria	18	feadeira
Maria Francisca	18	feadeira
Crescencia	40	feadeira
Marinha	34	costureira
Clara	14	aprendiz
Salustiana	15	aprendiz

**Fonte:** APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação. Documentos diversos/caixa 174. 15 de julho de 1874.

<sup>226</sup> LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Francisco Chavier de Macedo. Inventariante: Januária Maria da Conceição. São Raimundo Nonato – PI. Séc. XIX. Cx. 05. 1874.

<sup>227</sup> Hemeroteca da Biblioteca Nacional. **Jornal A Imprensa: Periódico Político (PI)** - Ano de 1886; Hemeroteca da Biblioteca Nacional. **Jornal A Opinião Conservadora (PI)** - 1874 a 1876 - Ano 1876\Edição 00122 (2); Hemeroteca da Biblioteca Nacional. **Jornal A Época: Órgão Conservador (PI)** - 1878 a 1884 - Ano 1879\Edição 00040.

<sup>228</sup> LABHIST - Inventários *post-mortem*, São Raimundo Nonato - PI, 1836 a 1888; APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. 9 de setembro 1872.

Ao observarmos o uso do trabalho escravizado na propriedade do coronel “Zé Antunes”, fica claro que os cativos trabalhavam nos serviços da roça, na criação do gado e desenvolviam serviço domésticos. Esse aspecto pode ser observado para outros proprietários da região com diferenças conforme o tamanho da posse de escravos. Vejamos outro exemplo, no caso de um pequeno escravista.

Nas terras da fazenda Curral Novo, o casal Bartholomeu Pereira Rego e Angela da Costa Humildes dispunha da mão-de-obra de três escravos: João (cabra, 20 anos), Faustinho (cabra, 35 anos) e Teresa (crioula, 50 anos), todos registrados como "sem ofício". A ausência de animais da descrição dos bens e a presença de ferramentas como enxadas e machados indicam que a família provavelmente vivia somente da agricultura. Em 1854, quando Bartholomeu Pereira Rego faleceu e procedeu ao inventário dos seus bens, os três escravos eram o bem mais valioso da família, correspondiam aproximadamente a 72,27% da soma total dos bens.<sup>229</sup> Na classificação de 1874, a viúva Angela da Costa Humildes deu matrícula ao escravo João que foi registrado como trabalhador da lavoura.<sup>230</sup>

Os exemplos citados mostram situações opostas em relação ao uso do trabalho escravizado. De um lado, um grande proprietário de escravo da região, que representa aqueles senhores que possuíam acima de 10 escravos. Do outro, a situação da grande maioria dos proprietários de escravos da região, que possuía menos de quatro cativos. Entre os maiores proprietários, observamos a presença de escravos com algum ofício - como sapateiros, costureiras, fiadeira, tecelona, carapina. Já os pequenos proprietários, com limitada mão-de-obra destinaram os seus escravos para agricultura, criação dos animais e atividades que garantissem a sobrevivência das famílias. Neste sentido, a pouca especialização dos escravos e o elevado número de escravos sem ofício são sintomas sobre como o trabalho escravizado era organizado na região.

A pouca especialização foi uma característica marcante da escravaria de São Raimundo Nonato. No mapa de 1865, os escravos que desenvolviam alguma atividade especializada eram 1,13% do total da população cativa.<sup>231</sup> O censo de 1872 registrou uma proporção bem maior, cerca de 14,8% desenvolviam algum ofício como carpinteiros,

---

<sup>229</sup> LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Bartholomeu Pereira Rego. Inventariante: Angela da Costa dos Humildes. São Raimundo Nonato – PI. Séc. XIX. Cx. 02. 1854.

<sup>230</sup> APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. *Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação*. Documentos diversos/caixa 174. 15 de julho de 1874.

<sup>231</sup> PIAUÍ (Província). Relatório Presidente da Província Dr. Polidoro Cezar Burlamaque. – Maranhão: Typ.de B.de Mattos, rua da Paz, 7. 1868. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

sapateiros, pedreiros, costureiras, entre outros.<sup>232</sup> De acordo com Falci, para o Piauí, os escravos com profissões especializadas eram numericamente poucos, elencando alguns motivos para isso:

A ‘especialização’ do escravo era rara porque exigia um aprendizado demorado e uma aptidão específica. Exigia ainda um interesse por parte do senhor em liberar por horas contínuas a dedicação do escravo àquele trabalho. Poderia significar, também, a perda daquele escravo pois ele, fugindo, viveria do seu trabalho sendo até confundido com forro [...].<sup>233</sup>

Os escravos que tinham algum ofício e/ou qualificação possuíam, em geral, valor mais alto que os do serviço da roça e/ou da casa, por isso não era acessível a qualquer proprietário<sup>234</sup>. Por isso “o número e a variedade de escravos qualificados dependiam do tamanho e da prosperidade da fazenda, da diversidade de sua produção e dos confortos que a família quisesse ter”.<sup>235</sup>

A quantidade de escravos classificados como “sem ofício” que aparecem nos dados também chama a atenção, pois tanto para os dados dos mapas de 1855 e 1865 como para o censo de 1872, os percentuais são significativos. Nos mapas de 1855 e 1865, respectivamente, os escravos “sem ofício” representam 38,2% e 66,9%.<sup>236</sup> No censo de 1872, 19,7% dos escravos foram listados entre aqueles que não tinha um ofício definido<sup>237</sup> (ver tabela 11).

**TABELA 11** – Profissões dos escravos da freguesia de São Raimundo Nonato - Censo de 1872.

Profissões	Homens	Mulheres	Total	
			#	%
Costureira	0	73	73	13,8
Operário em Metais	2	0	2	0,3
Operário em Madeira	1	0	1	0,1
Operário em Edificações	1	0	1	0,1
Operário em Calçados	1	0	1	0,1
Lavradores	146	136	282	53,6
Criados e Jornaleiros	13	8	21	3,9
Serviço domésticos	0	41	41	7,7
S/profissão	64	40	104	19,7

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872.

<sup>232</sup> BRASIL (Império). Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento Geral do Império de 1872**. Rio de Janeiro. Typ. G. Leuzinger. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>>. Acesso em: 28 de março de 2017.

<sup>233</sup> FALCI, 1995, p.135.

<sup>234</sup> FALCI, Op.Cit.

<sup>235</sup> GRAHAM, 2005, p. 43.

<sup>236</sup> APPI – Série Municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. “*Mapa estatístico da População do Município de São Raymundo Nonnato*”. Delegacia/Caixa: 174. 26 de maio de 1855; PIAUÍ (Província). Relatório Presidente da Província Dr. Polidoro Cezar Burlamaque. – Maranhão: Typ.de B.de Mattos, rua da Paz, 7. 1868. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

<sup>237</sup> BRASIL (Império). Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento Geral do Império de 1872**. Rio de Janeiro. Typ. G. Leuzinger. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>>. Acesso em: 28 de março de 2017.

As explicações estão relacionadas à maneira como os senhores utilizavam o trabalho dos seus escravos. Nas fazendas de gado e nas pequenas propriedades de lavoura e criação do gado, os escravos eram empregados nas mais variadas tarefas, uma vez que a maioria das propriedades da região, sobretudo as maiores, mantinha uma variedade de atividades econômicas.

No caso do censo de 1872, a quantidade de escravos “sem ofício” está relacionada, em partes, à estrutura etária da população, posto que aproximadamente um terço da população escrava de São Raimundo Nonato era composta por crianças entre zero a 12 anos e, nessa faixa de idade, os escravos eram, com frequência, classificados como sem profissão. Isto não significa que estavam afastados do labor, visto que o aprendizado dos escravos tinha início por volta dos cinco para oito anos para ambos os sexos. As crianças, conforme Falci, trabalhavam nas mais variadas atividades, ajudavam plantar, capinar, cortavam lenha, buscavam água nas fontes, eram “meninos-de-recado”, “pequenas rendeiras”, “cobaias do exercício médico-sanitário”, trabalhavam na lida do gado, acompanhavam viajantes, cuidavam de outras crianças etc.<sup>238</sup>

Os serviços da roça eram comuns para homens e mulheres, posto que, entre os escravos sertanejos adultos, as atividades ligadas à agricultura concentravam a maior parte deles. Os dados estatísticos confirmam a afirmação, visto que nos mapas de 1855 e 1865, no que diz respeito à ocupação, 42,3% e 20,8% dos escravos desenvolviam atividades agrícolas.<sup>239</sup> O censo de 1872 e a Classificação de 1874 trazem informações mais detalhadas sobre a profissão dos escravos, tais como a divisão por sexo que os dados anteriores não possuíam. Para ambos os sexos, predominavam os serviços da roça, ou seja, 53,6% e 43,38% dos escravos recenseados eram lavradores. As **tabelas 11 e 12** trazem informações referentes às profissões dos escravos em consonância com o censo de 1872 e a Classificação de 1874.

Os trabalhadores escravizados eram responsáveis por várias etapas do cultivo, desde a limpeza da terra para plantar até a colheita e o beneficiamento. O ciclo produtivo iniciava, quase sempre, no começo do mês de setembro, época de limpar os terrenos para o próximo plantio. A abertura de novas roças era um processo demorado, trabalho pesado e perigoso. Uma vez escolhido o local começava a derrubada da caatinga, seguida da queimada e da construção das

---

<sup>238</sup> FALCI, 1995, p.122-123.

<sup>239</sup> APPI – Série Municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. “*Mappa estatístico da População do Município de São Raymundo Nonnato*”. Delegacia/Caixa: 174. 26 de maio de 1855; PIAUÍ (Província). Relatório Presidente da Província Dr. Polidoro Cezar Burlamaque. – Maranhão: Typ.de B.de Mattos, rua da Paz, 7. 1868. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.



cercas. Entre os inventários analisados, foram arrolados, com frequência, bens como machados, foices, cavadores, alavancas, etc, instrumentos utilizados para a derrubada das árvores e a construção dos cercados.<sup>240</sup> Quando chegavam as primeiras chuvas, entre o final de outubro e o começo de novembro – para os períodos que as chuvas são regulares - era momento de fazer as plantações do feijão, milho, arroz, fumo, mandioca e outras culturas. Entre o cultivo e o período da colheita, eram feitas várias capinas. A partir do final de dezembro, começava o período da colheita e o processamento dos grãos, que estendia até final de abril. O inverno, como é conhecida a estação chuvosa naquele sertão, era época de abundância de alimentos, visto que as roças produziam variedades de legumes, grãos, frutas.

No meio do ano, era o período das farinhadas, a mandioca era colhida nas roças e levada para as casas-de-farinha, onde era beneficiada e transformada em farinha e tapioca. As casas-de-farinha eram construções rústicas, sem paredes, coberta por palha ou telhas, sustentadas de madeira nos quatro cantos e quase sempre anexas à casa de moradia. Abrigava os equipamentos para o processamento da mandioca como a roda, os “bulintes” para ralar e triturar as raízes, cochos para depositar o líquido da mandioca ralada (chamado de mampueira ou manipueira), prensa, forno para secar a massa e transformar em farinha.<sup>241</sup>

Quando trabalhamos com os inventários percebemos que os equipamentos de produção de farinha, por mais rústicos e velhos que fossem, são itens que aparecem como geradores de riqueza, contudo, registrou poucas “oficinas de farinha” ou “casas de farinha”, as quais também foram caracterizadas com poucos equipamentos. Dos noventa inventários analisados entre 1836 a 1888, foram inventariadas apenas cinco casas de farinha, quantidade muito pequena, quando consideramos a importância da farinha para a população local.<sup>242</sup> Isso, entretanto, aponta para outras inferências, tais como o uso coletivo deste equipamento, pois para superar a dificuldade, ou mesmo como poderia determinar o uso costumeiro, o compartilhamento dos equipamentos de produzir farinha poderia ocorrer entre parentes e vizinhos<sup>243</sup>.

Montar uma casa-de-farinha “não era um investimento barato, por isso era inacessível às pequenas fazendas”.<sup>244</sup> O valor variava conforme o tamanho e quantidade de equipamentos,

---

<sup>240</sup> LABHIST - Inventários *post-mortem*, São Raimundo Nonato - PI, 1836 a 1888.

<sup>241</sup> Sobre o processo de fabricar farinha ver: LIMA, 2005; BARICKMAN, 2003.

<sup>242</sup> LABHIST - Inventários *post-mortem*, São Raimundo Nonato - PI, 1836 a 1888.

<sup>243</sup> Alex Andrade Costa verificou que essa era uma prática comum entre moradores da baía de Camamú, região estudada pelo autor. Cf. COSTA, Alex Andrade. **TRAMAS E CONTENDAS: Escravos, forros e livres constituindo economias e forjando liberdades na baía de Camamú, 1800 -1850.** Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador - BA, 2016.

<sup>244</sup> LIMA, Op.Cit., p.76.

considerado o estado de conservação dos bens, nas avaliações dos bens dos inventários verificamos casas de farinha avaliadas em 20\$000 até 50\$000 réis<sup>245</sup>. Por isso, a ausência de mais equipamentos é entendida como consequência da falta de recursos dos proprietários locais para investimento e melhoramento da produção e se coaduna com os relatórios das autoridades provinciais já referido, nos quais a narrativa indica para a precariedade dessa produção.

Apesar da falta de equipamentos e dificuldades para o transporte da produção para as feiras locais e principalmente para mercados mais distantes (como Remanso, província da Bahia), a mandioca era um dos principais produtos cultivados da região, se não o principal. De certo, está relacionado a adaptação da planta ao clima e solo da região, mais também ao processo de cultivo e produção da farinha e a tapioca, produtos de relevância nesta região.

Barickman sugere que “num terreno já limpo, um roceiro que trabalhasse com único escravo robusto podia, em um mês, preparar e plantar dez mil covas de mandioca, os quais podiam lhe render até quatrocentos alqueires de farinha”.<sup>246</sup> Embora o autor refira-se ao contexto do Recôncavo baiano, cuja a maneira de produzir é diferente de São Raimundo Nonato, faz-se plausível que, com um único trabalhador escravizado, um lavrador pudesse cultivar um “roçado de mandioca” com produção de farinha suficiente para o consumo interno da família – indispensável para sobrevivência – e para ser comercializada. Até porque depois do plantio, a mandioca necessita de poucas capinas e praticamente “desenvolve-se sem nenhuma interferência dos trabalhadores”, assim como o processo de produção da farinha, embora fosse trabalhoso, consiste numa atividade que envolvia todos os trabalhadores da propriedade, membros da família, até mesmo parentes e vizinhos, que participavam da farinha.<sup>247</sup> Ao fim da colheita da mandioca, começava a preparação para o plantio do próximo ano. Os trabalhadores escravizados (homens e mulheres) participavam de todas essas etapas e serviços da roça.

Os escravos que trabalhavam na pecuária representavam um porcentual pequeno em comparação com os destinados aos serviços da roça. Recorremos novamente às informações estatísticas dos mapas de 1855 e 1865, respectivamente, observando que os escravos que tinham funções relacionados à criação do gado correspondiam 19,3% e 11,1%. Apesar do censo de 1872 não trazer informações referentes aos escravos que tinham profissões ligadas à criação do gado, não implica a ausência da utilização de mão-de-obra escravizada nessa atividade. É provável que essa falta esteja relacionada às categorias de análise utilizada pelo censo, visto

---

<sup>245</sup> LABHIST - Inventários *post-mortem*, São Raimundo Nonato - PI, 1836 a 1888.

<sup>246</sup> BARICKMAN, 2003.

<sup>247</sup> LIMA, 2005, p.75.

que, na Classificação de 1874, verificamos a presença de vaqueiros, como pode ser observado na **tabela 12**.

**TABELA 12** – Profissão escravos município de São Raimundo Nonato, 1874.

<b>Profissões</b>	<b>#</b>	<b>%</b>
Lavradores	177	43,38
Cozinheira	125	30,64
Vaqueiro	35	8,57
Costureira	22	5,39
Sem ofício	16	3,92
Fiandeira	10	2,45
Gomadeira	10	2,45
Rendeiras	3	0,73
Aprediz	2	0,49
Sapateiro	2	0,49
Serviços domésticos	2	0,49
Carapina	1	0,24
Ferreiro	1	0,24
Pagem	1	0,24
Tecelona	1	0,24
<b>Total geral</b>	<b>408</b>	

**Fonte:** APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. *Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação*. Documentos diversos/caixa 174. 15 de julho de 1874.

A criação do gado exigia menor quantidade de trabalhador do que a agricultura. Um único homem poderia cuidar de uma quantidade significativa de animais<sup>248</sup>, isto porque o gado era criado solto, apenas em algumas épocas do ano, o (s) vaqueiro (s) da propriedade reunia (m) o gado para ferrar, separar o que seria vendido e/ou abatido e, em casos mais excepcionais, curar doenças que algum animal apresentasse, de modo que, na maioria do tempo, o gado exigia poucos cuidados. Neves faz uma estimativa de uma média de 86 reses por escravo, caso fosse o único vaqueiro da propriedade<sup>249</sup>, porém, havia a prática dos vaqueiros das fazendas vizinhas ajudarem em momentos que demandavam maior número de pessoas como o ato de ferrar o gado ou a separação dos animais para serem vendidos.<sup>250</sup> Logo, a presença de um único escravo vaqueiro tinha fundamental importância para o funcionamento da fazenda de criar.

A prática dos criadores da região, sobretudo, os maiores, dividiram os seus gados em pequenos rebanhos e distribuí por diversos locais (propriedades), que é verificada através dos inventários *post-mortem*, ajuda compreender porque os escravos eram destinados em maior número aos trabalhos agrícolas. A fragmentação do rebanho consistia numa estratégia para suprir dificuldade em torno da produção, como, por exemplo, a falta de água, pastagem e

<sup>248</sup> Cf. NEVES, 2008; LIMA, 2016.

<sup>249</sup> NEVES, 2016, p.264.

<sup>250</sup> FALCI, 1995, p.160.

trabalhadores. Por exemplo, Raimundo Martins Xavier de Macêdo, morador na fazenda Tanque, criava um rebanho de aproximadamente 384 cabeças de gado que estavam distribuídas da seguinte maneira: 299 cabeças na fazenda Caiçara; 40, na fazenda Tranqueira; 25, na fazenda Conceição e 20, na fazenda Tanque.<sup>251</sup> Encontramos, entre os inventários, outros exemplos semelhantes<sup>252</sup>, como o Capitão Felipe Rodrigues Coêlho<sup>253</sup>(citado anteriormente) que possuía gados distribuídos na Fazenda Curral de Campo (84 cabeças), no sítio Baixa Verde (25 cabeças) e sítio Tanque Novo (33 cabeças), no total de 132 cabeças de gado vacum.

Os animais eram entregues a vaqueiros<sup>254</sup> de confiança que eram responsáveis por todos os cuidados com o rebanho. O arranjo entre fazendeiro e vaqueiros, embora variasse conforme o tipo de serviço desenvolvido, a propriedade e a região, em geral era feito através do sistema de “quarta”, “tirado na sorte” ou “giz”<sup>255</sup>. Com “quatro ou cinco anos de serviço, “começava o vaqueiro a ser pago; de quatro crias cabia-lhe uma”.<sup>256</sup> Erivaldo Fagundes Neves explica como funcionava esse sistema:

Denominava-se sistema ‘de quarta’, porque o administrador da fazenda, e na ausência deste, o vaqueiro, recebia ‘de quatro um’ ou um quarto dos bezerros que se ferravam a cada ano; de ‘sorte’, porque o fazendeiro compartilha a sorte com o administrador da fazenda ou com o vaqueiro, sobre os bezerros que nascessem e sobrevivessem; e de ‘de giz’, porque ao se ferrarem os bezerros, faziam-se a partilha com o registro de um traço de giz vertical numa lousa ou laje comum, com a distinção, de quatro em quatro, do que cabia ao administrador ou vaqueiro, e as indicações, por uma seta para cima ou para baixo, que distinguia os machos das fêmeas [...].<sup>257</sup>

Encontramos alguns indícios sobre o sistema de quartas no inventário de Custódio Ribeiro Antunes, no qual o inventariante descreve: "Vinte seis bezerros tirados de sorte das

<sup>251</sup> LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Jesuina Angelica de Macêdo. Inventariante: Raimundo Martins Xavier de Macêdo. São Raimundo Nonato – PI. Séc. XIX. Cx. 03. 1888.

<sup>252</sup> LABHIST - Inventários *post-mortem*, São Raimundo Nonato - PI, 1836 a 1888.

<sup>253</sup> LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Felipe Rodrigues Coêlho. Inventariante: Domeciana Mendes de Souza. São Raimundo Nonato – PI. Séc. XIX. Cx. 06. 1879.

<sup>254</sup> Sobre o vaqueiro no Piauí ver: TAPETY, Audrey Freitas. **“O vaqueiro no Piauí”: representações e práticas socioculturais (1960 a 2000)**. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Piauí, Teresina – PI, 2007. NUNES, Odilon. **Pesquisa para a História do Piauí vol.1**. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975; NUNES, Odilon. **Súmula de História do Piauí**. 2ª. ed.- Teresina: Academia Piauiense de Letras- convênio com o Banco do Nordeste, 2001; BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **O vaqueiro: símbolo da liberdade e mantedor da ordem**. In: **História, cultura e sentimentos: outras histórias do Brasil**. Organizador: Antônio Torres Montenegro. Recife: Editora universitária UFPE, 2008; BRANCO, R.P. Castello. **A civilização do couro**. Teresina - D.E.I.P, 1942; DIAS, Claudete Maria Miranda. **Balaios e bem-te-vis: a guerrilha sertaneja**. – 3ª ed. rev. atual. – Teresina: EDUFPI, 2014.

<sup>255</sup> NEVES, 2012, p.79.

<sup>256</sup> ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. (Biblioteca básica brasileira).

<sup>257</sup> NEVES, Op.Cit., p.108.

Fazendas a saber: na fazenda Papagaio do Capitão Joaquim Ribeiro Antunes na Província da Bahia, e da Fazenda Macacos de Raimundo Ribeiro Antunes neste município”.<sup>258</sup>

No contexto das fazendas de criar gado no Piauí (do século XVIII e XIX), Lima distinguiu duas subcategorias distintas entre os vaqueiros: o trabalhador e o preposto. A “primeira, vaqueiro trabalhador, surgiu em razão da labuta diária nos diferentes serviços exigidos pela pecuária. Este trabalhador era em geral considerado desqualificado, que podia ser facilmente substituído”. Entre eles, estavam os vaqueiros cabeça-de-campo, vaqueiros guias, tangedores e peadores. O vaqueiro preposto era o homem de confiança do fazendeiro, normalmente livre e parente do proprietário, responsável pela administração e controle social da fazenda. A sua posição possibilitava melhores condições materiais e prestígio social.<sup>259</sup>

O escravo, quase sempre, trabalhava como “fábrica”, termo utilizado para qualificar os escravos ajudantes de vaqueiro. No romance **Ataliba, O vaqueiro**, Cassange era “fábrica”, auxiliava Ataliba – vaqueiro da fazenda – na labuta com o gado. Ataliba e Cassange tinham funções similares no cuidado com o rebanho.<sup>260</sup> Vejamos um trecho do romance que descreve o cotidiano do trabalho no período em que a seca atingiu a fazenda.

Ataliba e Cassange não paravam um instante, não despiam mais suas vestes de couro e percorriam os recantos da fazenda em labuta incessante. Ora procuravam tirar a pele dos animais que morriam, ora tentavam levantar pela cauda a rês que perdia as forças e tocá-la para junto de alguma sombra, o que rareava já na mata desnudada. Mas este trabalho tornou-se infrutífero em consequência da enorme mortandade que, de dia para dia, de hora para hora, de momento para momento, recrudescia de um modo aterrador. O vaqueiro então deliberou remover todo o gado para o lado da casa de Deodata, visto conservar-se ali o riacho mais abundante de águas e na maior profundidade dele; à curta distância da cabana, entre touceiras de mandacarus ou cordas. Ataliba e Cassange começaram a alarga-lo, preparando um tanque, um reservatório que pudesse suprir d’água as extremas necessidades, se por ventura progredisse o mal [...].<sup>261</sup>

Se considerar que a história não passa tão distante das livres linhas da literatura, e as narrativas e demais fontes não apresentam cenário tão distante, é possível perceber, através da romântica versão do vaqueiro Ataliba e seu ajudante, Cassange, segurando cauda a cauda as reses que se esfaleciam, a lida diária do vaqueiro nos sertões.

<sup>258</sup> LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Custódio Ribeiro Antunes. Inventariante: desconhecido. São Raimundo Nonato – PI. Séc. XIX. 05. 1870.

<sup>259</sup> LIMA, 2016, p. 112 e 113.

<sup>260</sup> BRANCO, 2016.

<sup>261</sup> BRANCO, 2016, p.67.

Nas fazendas de criar, os escravos vaqueiros exerciam as mais variadas atividades relacionadas a cuidar do gado. Funções semelhantes a qualquer outro vaqueiro, que exigia habilidades específicas e um período de aprendizagem, pois demandava conhecimento sobre os animais e a caatinga. Embora a labuta com o gado não tivesse uma rotina fixa, pois, o trabalho adequava-se com a necessidade imediata do rebanho, exigia vigilância permanente e adequação constante às mudanças do rebanho e do clima.<sup>262</sup>

A preferência de homens livre para a função de vaqueiro principal da propriedade não excluía a possibilidade de escravos exercerem tal função, mormente em fazendas com produção menor. Cientes que a maioria das estruturas produtivas locais criava pequenos rebanhos, é plausível pensar que alguns senhores empregassem apenas o escravo como vaqueiro na propriedade e que senhor e escravo trabalhassem lado a lado na labuta com o gado. Contudo, a documentação analisada limita analisar o trabalho livre nas fazendas e outras propriedades da região em estudo, é admissível, porém, que a maioria dos proprietários locais utilizassem o trabalho da própria familiar, bem como de pessoas livres pobres que habitavam a região.

A função de vaqueiro era exclusiva dos escravos homens, conquanto isto não significa que as mulheres não exercessem atividades na lida com o gado, mas que a “profissão de vaqueiro” era masculina. Lima destaca que, nos criatórios piauiense, as mulheres escravizadas trabalharam nas mais variadas funções, como na “montagem e manutenção da infra-estrutura (sic) indispensável ao pastoreio”, “foram curraleiras, amansadoras de animais”, cuidaram de animais de pequeno porte (cabras, porcos, galinhas e ovelhas), entre outras.<sup>263</sup>

As atividades da roça e da criação do gado não eram, contudo, a única ocupação desses escravos. Nas casas, fazendas, sítios, roças, os escravos desempenhavam as mais diversas atividades domésticas, como cozinhar, limpar a casa, varrer os terreiros, lavar e passar roupa, buscar água nas fontes, cuidar das crias dos senhores, buscar lenha etc.<sup>264</sup> Embora os homens escravizados realizassem serviços domésticos, esses foram mais comuns entre as mulheres. De acordo com Malherme e Lima:

[...] a ocupação de fiandeira ou roceira iniciava as meninas no mundo do trabalho. A prática resultava do convívio das crianças com as mais velhas, que provavelmente exerciam a função social de cuidar dos menores enquanto ocupavam-se das tarefas no processo produtivo. Ainda aos seis ou sete anos as meninas estavam na idade de trabalho produtivo. Dentre as muitas labutas, partilhavam, ao lado dos homens, tarefas nos campos de criatório, na

---

<sup>262</sup> FALCI, 1995; FREIRE, 2012, p.109.

<sup>263</sup> LIMA, 2005, p.80 – 84.

<sup>264</sup> GRAHAM, 2005, p. 44.

construção de vaquejadores e aguadas, e eram peadoras e amansadoras de animais. Eram também as preferidas para os serviços domésticos.<sup>265</sup>

No censo de 1872, foram recenseadas 73 escravas que tinham como profissão costureira, representando aproximadamente 13,8% do quadro da população escrava.<sup>266</sup> Essas eram responsáveis por coser as roupas utilizadas pelas famílias do seu senhor, a sua própria família, companheiros de cativo e outras pessoas. Possuir uma escrava costureira em uma sociedade na qual a maior parte das roupas utilizadas eram fabricadas localmente era uma possibilidade de ganho para o senhor. Por parte da escrava, havia a possibilidade de acumular algum pecúlio.

Em 1872, José Antunes Piauhyllino de Macêdo em correspondência ao presidente da província do Piauí informou que o algodão produzido na vila era utilizado quase que exclusivamente para fazer tecidos, fabricando redes, grossos panos, calças e paletós.<sup>267</sup> O próprio José Antunes Piauhyllino de Macêdo possuía em sua propriedade a escrava Luzia que era costureira e gomadeira; Agostinha, tecelona e gomadeira e Anna, costureira.<sup>268</sup>

Ainda neste sentido, é importante destacar que “numa sociedade pobre, onde os níveis do consumo eram restritos, quase tudo que se processava era fabricado em casa: o tamborete, a mesa de refeições, a rede de dormir, etc. E assim um escravo deveria entender um pouco de tudo, principalmente quando seu senhor, como muitas vezes acontecia, vivia somente com um ou dois escravos”.<sup>269</sup> Os inventários evidenciam a afirmação anterior, visto que registraram várias ferramentas que são indicativas da produção artesanal no interior das residências das famílias de São Raimundo Nonato. Tais como ferramentas para carpintaria, serrotes, formões, enxós, pequenos teares, rocas que são empregados para produção artesanal.<sup>270</sup>

Para a vila de São Raimundo Nonato, os escravos de ganho ou jornaleiros eram em número reduzido, pelo menos, oficialmente. No censo de 1872, constatou-se que 3,9% dos escravos recenseados estavam empregados no ganho ou eram jornaleiros.<sup>271</sup> O escravo Marcolino, cor preta, 23 anos, era jornaleiro, de acordo com a Matrícula Geral dos escravos de

<sup>265</sup> MALHERME; LIMA, 2008.

<sup>266</sup> BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento Geral do Império de 1872**. Rio de Janeiro. Typ. G. Leuzinger. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em: 28 de março de 2017.

<sup>267</sup> APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. 9 de setembro 1872.

<sup>268</sup> APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. “*Matrícula Geral de Escravos do Município de São Raimundo Nonato*”. Coletoria/Caixa: 641. Ano de 1886/7.

<sup>269</sup> FALCI, 1995, 136.

<sup>270</sup> LABHIST - Inventários *post-mortem*, São Raimundo Nonato - PI, 1836 a 1888.

<sup>271</sup> BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento Geral do Império de 1872**. Rio de Janeiro. Typ. G. Leuzinger. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em: 28 de março de 2017.

1886. Marcolino pertencia aos irmãos Constantino de Sousa N. Boson e Lima e dona Áurea Constatina Boson e Lima, havido por herança dos seus falecidos pais, o Tenente-coronel Jeronymo de Sousa e Nogueira Bozon e Lima e dona Francisca Adelina Lopes de Souza Lima. Dos 209 escravos matriculados naquele ano, Marcolino foi o único registrado como “jornaleiro”. Nas outras documentações analisadas, não há menção a esse tipo de escravo. Porém, é plausível aceitar que havia outros escravos que realizassem trabalhos de ganho.<sup>272</sup>

Embora São Raimundo Nonato, no século XIX, tivesse, na pecuária, a sua principal atividade econômica e a sua produção fosse vendida em feiras distantes, na documentação analisada, não encontramos nenhum escravo com função específica de tropeiro. É provável que houvesse escravos que trabalhassem no deslocamento das boiadas, bem como no transporte de mercadorias, visto que os inventários evidenciam tais atividades entre as famílias da região.

Em suma, a utilização dos trabalhadores escravizados se adaptava às necessidades dos senhores, por isso a mão de obra escravizada foi utilizada nas mais variadas atividades, especialmente nas diversas atividades ligadas à criação do gado, agricultura e aos serviços domésticos. Mas também indica que entre currais, roças e casas – universos de convivência diária – os escravos desenvolveram redes de proteção familiar, parental e estabeleceram laços de sociabilidade com a população livre.

### **3.3. Experiência familiar e laços de sociabilidade.**

O estudo da família escrava não constitui um tema inédito para São Raimundo Nonato. Em “Arranjos de sobrevivência: relações familiares entre escravos no sertão do Piauí (São Raimundo Nonato, 1871-1888)”, Déborah Gonsalves Silva analisou, por meio das vivências cotidianas dos escravos, “as estratégias e os significados das relações de parentesco (vertical e horizontal) para a manutenção e, muitas vezes, para a sobrevivência da família desses escravos sertanejos”.<sup>273</sup>

A formação de famílias no contexto da escravidão é tema clássico da historiografia e já ganhou diferentes abordagens. Desde a década de 1870, foram superadas algumas questões carregadas de uma perspectiva marcada pelo olhar de viajantes europeus com forte dose de preconceito – como a promiscuidade sexual, a ideia de uniões conjugais instáveis e a ausência da figura paterna na criação dos filhos. Segundo Robert W. Slenes, os novos estudos “tem

---

<sup>272</sup>APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. “*Matricula Geral de Escravos do Município de São Raymundo Nonnato*”. Coletoria/Caixa: 641. Ano de 1886/7.

<sup>273</sup> SILVA, 2013, p.14.



contestado diretamente a antiga visão da vida sexual e familiar do escravo como pouco mais do que uma *desordem* cultural, ou (nas palavras de Bastide) uma ‘vasta promiscuidade primitiva’.<sup>274</sup> As novas abordagens passaram a compreender família como um complexo de relações estabelecidas por meio de laços consanguíneos ou por parentesco ritual (compadrio), que envolvem "pessoas unidas por vínculos afetivos ou por conveniência, que podiam contar ou não com a legalização da Igreja".<sup>275</sup>

Os estudos sobre família escrava, sobretudo nas regiões de grandes lavouras de exportação - como sudeste cafeeiro e Recôncavo baiano –, onde havia grande concentração de escravos, têm demonstrado que a experiência de formação de famílias foi uma realidade vivenciada por muitos cativos, inclusive com "altas taxas de casamentos formal feito pela Igreja", especialmente nas propriedades que possuíam maior número de escravos.<sup>276</sup>

Em estudo sobre a família escrava no sertão do Cariri – região sul da província do Ceará – Ana Sara Cortez Irfi fez observa, quanto às conclusões alcançadas por autores como José Flávio Motta, Francisco Vidal Luna, Manolo Florentino e José Roberto Góes, Iraci Costa, Robert Slenes, Stuart Schwartz, entre outros, acerca do aumento no número de casamentos de acordo com o tamanho da posse, que:

Essa percepção, apesar de coerente e correta, contribuiu para uma conclusão contrária quanto às regiões que não produziam para a exportação. No entanto, pesquisas em regiões de predomínio de pequenas propriedades têm apresentado um considerável número de relações familiares entre os escravos, como é o caso do sul do Ceará e o sertão pernambucano.<sup>277</sup>

Também no “sertão pecuarista e policultor” da Bahia, onde havia pouco emprego de mão-de-obra escrava, os cativos encontraram maior dificuldade para a formação de uniões matrimoniais formalizadas, visto que havia menor disponibilidade de parcerias, no entanto, isso não constituiu barreira para a formação de entrelaces conjugais estáveis e, às vezes, de longa duração, afirma Neves.<sup>278</sup> Conclusões semelhantes chegaram outros pesquisadores que tiveram, como lócus de pesquisa, os sertões nordestinos.

As informações estatísticas demonstram que o número de homens e mulheres escravizados da freguesia de São Raimundo Nonato, que, em algum momento, efetivaram, perante a igreja católica, laços matrimoniais foram poucos. Em 1855, de acordo com o mapa

---

<sup>274</sup> SLENES, 2011, p.53.

<sup>275</sup> IRFFI, 2016, p. 26.

<sup>276</sup> SLENES, Robert W; FARIA, Sheila de Castro. Família escrava e trabalho. **Tempo**, Vol.3 – nº 6, dezembro de 1998; SLENES, 2011, P. 87

<sup>277</sup> IRFFI, 2016, p.9.

<sup>278</sup> NEVES, 2012, p.135 -137.

estatístico, 93,1% da população era solteira. Esse padrão repete-se nas décadas seguintes, em 1865, os escravos solteiros correspondiam a cerca de 95,6%; casados, 3,6% e viúvos, 0,6%. E no censo de 1872, 97,34% dos escravos eram solteiros; 1,33%, casados e 1,33%, viúvos.<sup>279</sup> Na vizinha freguesia de São João Batista (São João do Piauí), 97,9% da população escravizada era solteira; os casados eram cerca de 1,83% e os viúvos, 0,26%. Os dados das duas freguesias são semelhantes com o quadro da população escrava da província. No censo de 1872, cerca de 92,99% da população cativa da província era solteira; 5,46%, casados e 1,54%, viúvos<sup>280</sup>, conforme **tabela 13**.

**TABELA 13:** Estado conjugal da população escravizada das freguesias de São Raimundo Nonato e São João do Piauí, e da Província do Piauí, no censo de 1872.

Estado civil	São Raimundo Nonato		São João do Piauí		Província do Piauí	
	#	%	#	%	#	%
<b>Solteiro</b>	512	97,34	749	97,9	22126	92,99
<b>Casado</b>	7	1,33	14	1,83	1301	5,46
<b>Viúvos</b>	7	1,33	2	0,26	368	1,54
<b>Total</b>	526	100	765	100	23795	100

Fonte: Recenseamento geral do Império de 1872.

Em 1886, dos 209 escravos matriculados no município de São Raimundo Nonato, 15 haviam contraído matrimônio na igreja (7,17%), oito eram viúvos (3,8%) e 194 eram solteiros (92,82%). Entre os escravos registrados nessa matrícula como casados estavam Miguel e Angelina. Ele pertencia ao Padre Pedro Alvares Araujo e ela era escrava de Luiz Correa Lima. Em 1886, quando foi feita a matrícula geral dos escravos de São Raimundo Nonato, aparece o registro que o casal possuía duas filhas que “eram livres em virtude da lei” nº 2.040, de 28 de setembro de 1871<sup>281</sup> – também conhecida como lei do Ventre Livre.<sup>282</sup> Uniões matrimoniais de escravos de proprietários diferentes, como de Miguel e Angelina, foram raras para a região de São Raimundo Nonato, haja vista que predominaram os casamentos entre escravos de mesma

<sup>279</sup> APPI – Série Municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. “*Mapa estatístico da População do Município de São Raymundo Nonnato*”. Delegacia/Caixa: 174. 26 de maio de 1855; PIAUÍ (Província). Relatório Presidente da Província Dr. Polidoro Cezar Burlamaque. – Maranhão: Typ.de B.de Mattos, rua da Paz, 7. 1868. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 de maio de 2016; BRASIL (Império). Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento Geral do Império de 1872**. Rio de Janeiro. Typ. G. Leuzinger. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>>. Acesso em: 28 de março de 2017.

<sup>280</sup> BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento Geral do Império de 1872**. Rio de Janeiro. Typ. G. Leuzinger. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em: 28 de março de 2017.

<sup>281</sup> APPI – Série Municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. “*Matrícula Geral de Escravos do Município de São Raymundo Nonnato*”. Coletoria/Caixa: 641. Ano de 1886/7.

<sup>282</sup> BRASIL (Império). Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM2040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm). Acesso em 08 de junho de 2018.

propriedade (chamada de endogamia de plantel), como no caso do casal Zacarias e Maria, ambos escravos do Padre Sebastião Ribeiro Lima.<sup>283</sup> Essa estratégia senhorial, de não permitir que seus escravos casassem com escravos de outros senhores, foi comum em diversas partes do Brasil e consistia numa forma de controle dos escravos.

Ao analisar os registros de casamentos ocorridos na Paróquia de São Raimundo Nonato entre 1837 a 1884, Silva verificou que ocorreram 175 matrimônios, sendo que, pelo menos um dos noivos era de condição escrava e/ou liberta, dos quais a maioria “envolvia escravos da mesma fazenda, o que caracteriza a chamada endogamia de plantel”. No entanto, isso não impediu que houvesse uniões entre escravos pertencentes a diferentes senhores<sup>284</sup>. De maneira semelhante também foram em menor número os casamentos entre escravo e uma pessoa de condição jurídica diferente da sua, como o caso do vaqueiro Joaquim, escravo de José Antunes Piauhylino de Macêdo, casado com uma mulher livre.<sup>285</sup> Como veremos no próximo capítulo, ser casado com uma pessoa livre colocava os escravos no topo da ordem de preferência para ser liberto pelo Fundo de Emancipação.

Desde início do século XVIII, conforme as normas da Igreja Católica, os escravos poderiam casar tanto com pessoas da sua mesma condição jurídica ou não, e os “seus senhores não deveriam impedi-los com ameaças ou ‘má tratamento’”.<sup>286</sup> No entanto, as uniões conjugais formalizadas pela igreja envolvendo escravizados quase sempre foram reduzidas, sobretudo em regiões onde predominou pequenas escravarias, tal como São Raimundo Nonato, em decorrência de vários motivos, como burocracia da igreja para a formalização das uniões, a não aceitação dos senhores ou disponibilidade de parcerias para estabelecimento de laços conjugais.

Para realização de um casamento, a igreja exigia uma série de documentos e o pagamento de provisões que tornavam o ritual custoso, o que, por sua vez, excluía os casais pobres do sacramento do casamento. É preciso considerar também a presença da igreja naquele sertão, se, em alguns lugares do Império, existiam padres residentes nas fazendas<sup>287</sup>, em outros, como São Raimundo Nonato e em toda província do Piauí, a presença de padre era diminuta de forma que um único pároco era responsável por manter freguesias de territórios imensos.<sup>288</sup> Como foi visto no primeiro capítulo, a população de São Raimundo Nonato era predominante

---

<sup>283</sup> SILVA, 2013, p.62.

<sup>284</sup> SILVA, Op.Cit., p.59. e 62.

<sup>285</sup> APPI – Série Municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. “*Matricula Geral de Escravos do Município de São Raymundo Nonnato*”. Coletoria/Caixa: 641. Ano de 1886/7.

<sup>286</sup> GRAHAM, 2005, p.50.

<sup>287</sup> GRAHAM, 2005, p.57.

<sup>288</sup> FALCI, 1995, p.66.

rural e vivia espalhada em locais distantes da sede do município. Muitos casamentos e batizados eram realizados por meio dos atos desobrigas em fazendas da região. Em um território tão extenso, a possibilidade de ficar vários locais que não eram visitados pelos párocos era grande, por isso não tinha como o pároco atender todas as demandas da freguesia.<sup>289</sup>

Para a maioria dos senhores da região, o(s) escravo(s) era(m) o principal bem que possuíam. Uma garantia de capitalização para momentos de crises, como as frequentes secas que atingiam a região. Com intensificação do tráfico interprovincial, os escravos eram valiosos e vendáveis. Por isso, os senhores poderiam não permitir laços matrimoniais formais entre os cativos, justamente para poderem vendê-los quando precisassem, uma vez que o Decreto imperial nº 1.695 de 1869 proibia separar cônjuges por motivo de venda, assim como separar os filhos menor de 15 anos do pai ou da mãe.<sup>290</sup>

Embora os casamentos formais entre a população cativa fossem relativamente poucos, “não servem como comprovação de um baixo nível de vivência familiar entre aqueles que estiveram submetidos ao regime de cativo”, como destacou Isabel Reis.<sup>291</sup> Noutras palavras, se olharmos para a documentação tendo como concepção de família somente aquela abençoada pela igreja perderíamos de vista os diversos arranjos elaborados e vivenciados pelos escravizados no cotidiano do cativo. Destarte, foi quando os pesquisadores passaram a estudar as relações familiares entre os cativos, rompendo com a concepção judaico-cristão, que houve avanços significativos na compreensão das relações estabelecidas no interior do cativo, haja vista que, apesar da esmagadora pressão cultural, os escravizados conseguiam manter, reproduzir e reelaborar, no subalterno daquela sociedade, valores, costumes e práticas próprias suas, que devem em parte às redes de relações que estabeleciam, sobretudo com formação de famílias.

Voltemos à posse do capitão Felipe Rodrigues Coêlho e sua família, com a qual abrimos o presente capítulo. Como foi visto, na matrícula de 1872, havia, na propriedade, dezesseis escravos que formavam dois grupos familiares principais: Luiza, seus seis filhos e dois netos e Ana, também com seis filhos. Embora a documentação analisada não tenha permitido identificar possíveis cônjuges dessas duas mulheres, é plausível aceitar que elas mantinham algum tipo de relação estável e de longa duração.<sup>292</sup>

---

<sup>289</sup> SILVA, 2013.

<sup>290</sup> BRASIL (Império). Decreto nº 1.695, de 15 de setembro de 1869. Proíbe as vendas de escravos debaixo de pregão e em exposição pública. **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1869**, Página 129 Vol. 1 pt. I (Publicação Original).

<sup>291</sup> REIS, 2007, p.74.

<sup>292</sup> LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Felipe Rodrigues Coêlho. Inventariante: Domeciana Mendes de Souza. São Raimundo Nonato – PI. Séc. XIX. Cx. 06. 1879.

Independentemente do tipo de composição, a formação de laços familiares e de suas redes de sociabilidade poderiam ter diferentes significados e importância para os escravizados. Conforme Isabel Reis:

[...] para além das motivações afetivas, os laços de família cresciam em importância para indivíduos que experimentaram uma trajetória de vida profundamente marcada pela subjugação, exploração e falta de oportunidades. Independentemente do estatuto jurídico dos indivíduos, se a união matrimonial era consensual ou legitimada, fazer parte de uma família fazia muita diferença, pois podia ser garantia de amparo nos momentos de necessidade.<sup>293</sup>

Juntos, o casal poderia adquirir pecúlio suficiente para comprar a alforria. Além disso, os escravos casados também tinham prioridade em adquirir alforria por meio do Fundo de Emancipação.<sup>294</sup>

Neste sentido, até mesmo a escolha das testemunhas do casamento visava ampliar as redes de relações sociais. Segundo Silva, os escravos de São Raimundo Nonato escolheram geralmente homens livres e proprietários de escravos para padrinhos. No caso da escolha de outro escravo, objetivava o fortalecimento dos laços existentes na própria comunidade.<sup>295</sup>

O estabelecimento de parentesco ritual, por meio do batismo, constituiu mais uma das táticas adotadas pelos escravizados para ampliar laços de sociabilidades e proteção dentro da comunidade que viviam. De acordo com os dogmas da Igreja Católica, os padrinhos eram considerados segundo pais e tinham o dever sagrado de guiar os afilhados nos preceitos da religião; cuidar do bem-estar espiritual e material da criança. Por isso, ao escolher um padrinho para os seus filhos, as mulheres escravizadas faziam o cálculo sobre como alcançar alguns benefícios para si e para os seus filhos e construir alguns laços.<sup>296</sup>

Tal como em outras regiões do Brasil, os escravos de São Raimundo Nonato optaram por homens livres para padrinhos de batismo dos seus filhos, sobretudo de status social superior e, em alguns casos, que possuíssem prestígio dentro da comunidade, tal como um fazendeiro, um sacerdote, um coronel, um juiz, entre outros. Na amostra analisada por Silva, de 349 batizados que ocorreram entre 1871 e 1888, cerca de 86,4% eram livres e 10,5% dos padrinhos eram escravos. Além disso, a pesquisadora observou que os padrinhos e as madrinhas, na

---

<sup>293</sup> REIS, 2007, p. 84

<sup>294</sup> No próximo capítulo, discutiremos sobre essa questão, bem como veremos exemplos de casais que adquiriram alforria por esse meio.

<sup>295</sup> SILVA, 2013.

<sup>296</sup> BELLINI, 1988, p.81.

maioria dos casos, possuíam alguma ligação familiar com o proprietário do escravo (como filhos, irmãos ou sobrinhos).<sup>297</sup>

A respeito das relações de apadrinhamento, a historiadora americana Sandra Lauderdale Graham, em estudo sobre escravidão brasileira oitocentista, assinalou:

O apadrinhamento abrangia não apenas a relação entre padrinhos e afilhados, mas também o laço importante entre os padrinhos e os pais da criança, que se tornavam compadres. O compadrio, compreendido na troca, como em todas as relações de clientelismo, não era somente a concessão de favores de cima para baixo, mas também uma promessa recíproca de serviço, deferência, obediência e lealdade.<sup>298</sup>

O compadrio entre escravos, embora fosse em menor número, “poderia estar vinculado à estratégia de manter as relações de amizade entre compadres, reforçando os laços no interior da comunidade escrava, como também em garantir a proteção do rebento”.<sup>299</sup> Silva destacou um caso que chama atenção, pois demonstra como havia uma rede de convívio entre escravos de propriedades diferentes, inclusive de fazendas que ficavam distante uma da outra. Antonio, escravo de Rita Maria de Jesus, residente na fazenda Lagoa do Mato, entre 1872 e 1885, batizou quatro crianças (Jerônimo, Tertuliano, Ana e José), filhos de escravas de proprietários diferentes.<sup>300</sup>

A formação de laços familiares, o estabelecimento de parentesco ritual e outras táticas utilizadas pelos escravos para resistir e sobreviver cotidianamente no cativeiro não lhes davam plenas garantias. Por exemplo, quando um senhor de escravos morria era um momento de incerteza entre os escravos, uma vez que poderia ser separado dos seus núcleos familiares, depois de arrolado como mais um bem no inventário do senhor falecido.<sup>301</sup> Além disso, eles teriam que se adaptar ao novo senhor e as suas regras e estabelecer novos vínculos com a nova comunidade. É provável que nesses momentos os laços estabelecidos no cativeiro tivessem fundamental importância, uma vez que isso pudesse significar permanência no núcleo familiar e comunitário no qual viviam, pois, embora os critérios adotados no momento da partilha dos bens sejam obscuros e de difícil compreensão, havia preferências com a qual escravos cada membro da família do inventariado ficaria.

A vida dos escravos poderia mudar de uma hora para outra em decorrência das transformações que poderiam ocorrer com seus senhores. Problemas financeiros resultavam

---

<sup>297</sup> SILVA, 2013, p.78.

<sup>298</sup> GRAHAM, 2005, p.75.

<sup>299</sup> SILVA, Op.Cit., p.85.

<sup>300</sup> SILVA, Op.Cit., p.93, 97-99.

<sup>301</sup> GRAHAM, 2005, p.65.

numa venda, que para o senhor era um lucro, para o cativo, no entanto, uma sangria nas relações ali já estabelecidas; a morte do senhor, que muitas vezes já foi referida na historiografia como ato piedoso, dentre eles pela ação de conceder alforria àqueles escravizados com os quais o senhor possuía vínculos mais fortalecidos pelo apadrinhamento, também podia representar apenas a partilha, na qual o infortúnio poderia se dar, dado que os herdeiros poderiam separar o plantel do inventariado; todas essas, e mais algumas, demonstrações da instabilidade da vida no cativeiro, muitas vezes, amenizada pelo afago do/a companheiro/a com quem o/a escravizado/a dividia sua vida, a despeito do não respeito à cidadania desses homens e mulheres. As experiências tidas no sistema escravista demonstram, sobretudo, as incertezas, ou nas palavras de Slenes, “o mundo do cativeiro permanecia imprevisível por mais que os escravos se empenhassem em reduzir o perigo em suas vidas”.<sup>302</sup>

---

<sup>302</sup> SLENES, 1997. p.280.

### **CAPÍTULO III: FINS E COMEÇOS: DA ESCRAVIDÃO À LIBERDADE.**

Neste último capítulo analisamos as possibilidades e os caminhos que os cativos da região de São Raimundo Nonato utilizaram para alcançar a liberdade. Ao examinar as cartas de alforrias registradas nos livros de notas cartoriais de São Raimundo Nonato foi possível verificar os principais tipos de alforrias e os motivos utilizados pelos senhores para alforriar. A documentação do Fundo de Emancipação do município revelou que aspectos da utilização aporte financeiro do Governo Imperial para libertação de cativo no município, permitindo identificar os escravos beneficiados, a quantidade de cativos libertos e os problemas enfrentados para utilização do fundo. Na última seção, focaliza nas condições de vida dos libertos (bem como na população pobre livre), em especial discutimos sobre como as crises provocadas pelas secas afetavam o cotidiano das pessoas menos abastadas da região.

#### **4.1. Fins: caminhos para uma vida em liberdade**

Os caminhos trilhados pelos escravos de São Raimundo Nonato para alcançar a liberdade foram diversos, envolveram, em certos casos, longos projetos de vida e uma série de negociações com os seus senhores. A leitura das cartas de alforrias revelou as diferentes formas pelas quais os escravos conseguiram alcançar a liberdade. Esses documentos tratam tanto sobre os escravos quanto sobre os senhores. Embora os registros de carta de liberdade que dispomos para São Raimundo Nonato não permitam fazer afirmações sobre as taxas anuais de alforrias ou elaborar perfis demográficos dos libertos, uma vez que os dados são insuficientes para esse tipo de análise, são utilizadas para uma tentativa de acompanhar as experiências de liberdade dos escravizados. Cruzando as diversas alforrias, ao tempo que damos formas à uma perfilização, embora incompleta, dos modos de alcance da liberdade, também inferimos questões em torno das ações senhoriais no processo de alforria.

As cartas de alforrias eram documentos de cunho comprobatório que registravam a ação de libertação de um escravo. Segundo Almeida:

A Carta de alforria era o ato jurídico pelo qual o senhor transferia para o escravo a posse e título de propriedade que tinha sobre ele, e daí a importância desse documento como prova de liberdade. Para ser reconhecida, a alforria devia ser oficializada: o senhor, ou seu procurador, se dirigia ao cartório e ditava os termos da carta ao escrivão, ou entregava uma cópia para que ele a registrasse no seu livro de notas do tabelião. O documento era datado e



assinado por testemunhas e pelo tabelião, e o senhor pagava os selos, legitimando o ato. Em casos raros, o escravo também solicitava o registro de sua carta [...].<sup>303</sup>

As cartas de alforrias não obedeciam à forma padrão, por isso, variavam de um documento para outro, mantendo, entretanto, alguns elementos são comuns como o nome do cativo a ser liberto, do senhor, a assinatura de duas testemunhas, data e local. Além disso, sempre está presente o tipo de alforria, ou seja, se foi onerosa ou gratuita. Outras informações referentes às características do escravo a ser liberto – idade, cor, estado conjugal, local de nascimento, profissão, número de matrícula – são comuns nesses documentos, conquanto, os motivos senhoriais nem sempre estão presentes no texto. Vejamos a carta de alforria da escrava Maria, um exemplo típico das cartas de liberdade registradas no cartório de São Raimundo Nonato.

Registro da carta de liberdade da escrava Maria, como abaixo se declara:  
Eu abaixo assignado senhor possuidor da escrava Maria, criôla, matriculada na Collectoria desta Villa com os números seiscentos e sessenta da matricula geral do Município e um da relação apresentada, declaro que nesta data concedo-lhe carta de liberdade mediante a quantia de cincoenta mil reis (cinquenta), que nesta mesma data me embolsou, pelo que poderá a mesma escrava gozar a plena liberdade, desde já, como lhe aprouver pois qual liberta fica, como se de ventre livre nascesse. E para seu documento passo a presente carta de liberdade em que me assignou. Vila de São Raimundo Nonato vinte três de junho de oitocentos e oitenta e quatro = Gonçalo Ferreira dos Santos (senhor) = Testemunhas Victor José da Costa e Antonio Gonçalves Sobreira = Nada mais se continha em dita carta de liberdade que bem e fielmente para aqui registre do que dou fé. São Raimundo Nonato vinte e sete de junho de mil oitocentos oitenta e quatro. Eu João Raimundo Martins Tabellião Público.<sup>304</sup>

Em São Raimundo Nonato, encontramos três livros de notas cartoriais para a segunda metade do século XIX: o **livro n°1** (um) está incompleto e rasurado, o registro mais velho é de 13 de dezembro de 1865 e o mais recente de 14 de dezembro de 1869, nesse livro, registraram-se 16 cartas de alforrias e 18 escravos libertos<sup>305</sup>; o **livro n°2** (dois), está completo, a data de abertura é sete de março de 1884 e o fechamento deu-se em 13 de março de 1888, sendo que foram notadas, no período, 19 cartas de alforrias e liberto 20 cativos.<sup>306</sup> A diferença entre o número de registros e a quantidade de libertos ocorre porque, em algumas cartas, foram

<sup>303</sup> ALMEIDA, 2006, p.48.

<sup>304</sup> LABHIST. Registro da carta de liberdade da escrava Maria. *Livro de Notas de Tabelião público*. São Raimundo Nonato. Livro n° 2 (1884 – 1888), fls.8 verso, 23 de junho de 1884.

<sup>305</sup> LABHIST. *Livro de Notas de Tabelião público (incompleto)*. São Raimundo Nonato. Livro n° 1 (1865 – 1869).

<sup>306</sup> LABHIST. *Livro de Notas de Tabelião público*. São Raimundo Nonato. Livro n° 2 (1884 – 1888).

libertados mais de um escravo. O **terceiro livro** registrado nesse cartório,<sup>307</sup> compreende os anos de 1893 a 1895, portanto, temporalmente fora do período estudado.<sup>308</sup>

Nos dois livros, estão registradas 35 cartas de alforrias, sendo que foram libertados 38 escravos. Esse número provavelmente está abaixo da quantidade de alforrias que ocorreram no município. Além disso, esses dados correspondem tão somente aquelas alforrias lavradas em cartório, como nem sempre os senhores procuravam o tabelião público para registrar a alforria do escravo, não é possível obter um quadro preciso dos registros de carta de liberdade.

Em São Raimundo Nonato, entre as cartas de liberdade analisadas, predominou as alforrias *gratuitas*, com total de 20 registros, ou seja, 52,63% do valor total. Seguidas das alforrias *compradas incondicionais* com 14 registro, que corresponde aproximadamente 36,84%. Modalidade menos frequente foram as alforrias que tinham alguma condição imposta a ser cumprida pelo escravo, seja elas comprada ou não, no total de 4 ocorrências, equivalente a 10,52%. A **tabela 14** apresenta a distribuição das alforrias conforme o tipo e o período.

**TABELA 14:** Tipos de alforrias em São Raimundo Nonato.

Período	Condicional e não paga		Condicional e paga		Incondicional e paga		Gratuita	
	#	%	#	%	#	%	#	%
<b>1º período (1865-1869)</b>	2	11,11	0	0	9	50,00	7	38,89
<b>2º período (1884-1888)</b>	0	0	2	10,00	5	25,00	13	65,00
<b>Total</b>	2	5,26	2	5,26	14	36,84	20	52,63

**Fonte:** LABHIST. *Livro de Notas de Tabelião público (incompleto)*. São Raimundo Nonato. Livro n° 1 (1865 – 1869); LABHIST. *Livro de Notas de Tabelião público*. São Raimundo Nonato. Livro n° 2 (1884 – 1888).

As alforrias poderiam ser compradas ou gratuitas. As alforrias compradas eram aquelas que tiveram algum ônus para o libertando, podendo ser em dinheiro, serviço ou mercadoria, elas poderiam ser *condicionais ou incondicionais*. Noutras palavras,

[...] as alforrias a título oneroso referem-se não somente àquelas em que o escravo desembolsava um valor monetário ou em espécie, mas também àquelas que, para se concretizarem, deveriam ser cumpridas determinadas condições, fosse a cláusula de tempo ou condição suspensiva, ainda que o escravo não tivesse pago nada<sup>309</sup>. As alforrias “gratuitas significava que o escravo não despendeu dinheiro ou mercadoria, além de não haver imposição de condição.<sup>310</sup>

<sup>307</sup> LABHIST. *Livro de Notas de Tabelião público*. São Raimundo Nonato. Livro n° 3 (1893 – 1895).

<sup>308</sup> Não encontramos livros cartoriais que abrangessem todo o período em estudo e ainda existe um período de quinze anos entre 1869 e 1884 que não temos informações, fatores que limitam a análise das Alforrias em São Raimundo Nonato.

<sup>309</sup> ALMEIDA, 2006, p.60.

<sup>310</sup> ALMEIDA, 2012, p.155.

No primeiro período, que corresponde ao registro do livro nº1 (um), predominaram as alforrias compradas sem condição, nesse tipo de alforrias, “a única condição a cumprir era o pagamento”<sup>311</sup>. Enquanto isso, no segundo período – livro nº2 (dois) – que corresponde aos últimos quatro anos do período escravista, 65% das cartas de alforrias foram gratuitas. Por seguinte, vieram as alforrias compradas sem condição, com 25% dos registros. Verificamos que, para o primeiro período, foram libertos mais homens, já, para o segundo, o foram mais mulheres, porquanto não se pôde inferir tal razão. A historiografia aponta uma interpretação que ainda está por se fazer nos casos aqui analisados, qual seja, a de que as mulheres, não raras vezes, utilizavam de ardis diversos, dentre eles, a sedução.<sup>312</sup>

Juntar pecúlio suficiente não era tarefa fácil, principalmente em uma região cujas condições econômicas não eram favoráveis. Basicamente a criação do gado e a venda de produtos agrícolas eram a forma predominante de acumular bens, e nem sempre permitiam produzir muitas riquezas. Para uma parcela significativa da população, quando ocorriam chuvas regulares, a lavoura e a criação do gado eram suficientes apenas para subsistência. Em períodos de longa estiagem, a falta de alimentos era uma realidade vivenciada por muitas famílias.

Apesar das condições limitadas, alguns escravos chegaram a acumular quantias razoáveis, como foi o caso de Manoel, pardo, de idade indefinida, que, em 12 de dezembro de 1868, pagou a Benedicto Ferreira de Carvalho o valor de 800\$000 réis pela sua liberdade, valor que era significativo para o contexto local.<sup>313</sup> Tendo em vista o valor médio do gado vacum verificado através dos inventários – que fica mais ou menos em torno de 10\$000 a 20\$000 réis por cabeça, conforme o tipo de animal – com esse valor, Manoel poderia comprar aproximadamente 60 vacas paridas. Caso optasse por cavalos (ou burros de carga), com esse valor, poderia comprar cerca de 32 animais.<sup>314</sup> Como foi visto no primeiro capítulo deste estudo, 43,96% dos inventários analisados possuíam monte-mor inferior a 1:000\$000 de réis, sendo que, destes, 21,98% estavam abaixo dos 500\$000 réis. Isto significa que o pecúlio acumulado por Manoel era difícil, por isso estava limitado a uma parcela reduzida na população cativa.<sup>315</sup>

Ao comparamos os valores das alforrias entre os dois períodos analisados, observamos que, no primeiro, os valores foram mais altos quando comparados ao segundo. A destacar, na

<sup>311</sup> ALMEIDA, 2006, p.57.

<sup>312</sup> BELLINI, Lígia. Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria. In. REIS, João José (org.). **Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil**. – Editora Brasiliense, 1988, p.73-86

<sup>313</sup> LABHIST. Registro de carta de liberdade de Manoel. Livro nº 1(1865-1869), fls.48 e verso, 12 de dezembro de 1868.

<sup>314</sup> Valor obtidos através da listagem dos bens dos inventários.

<sup>315</sup> LABHIST - Inventários *post-mortem*, São Raimundo Nonato - PI, 1836 a 1888.

última década do período escravista, o preço dos escravos tinha reduzido de forma significativa quando comparado com as décadas anteriores, o que refletiu nas negociações de alforria. Por exemplo, o valor que Manoel comprou a sua alforria (800\$000 réis)<sup>316</sup> comparado à quantia paga por seu homônimo Manoel (cabra, 40 anos), em setembro de 1886, a Jorge Ferreira de Oliveira o valor de 300\$000 réis<sup>317</sup>, consideradas as circunstâncias primárias, como idade e estado do cativo, bem como aquelas relacionadas ao contexto, é indicativo dessa mudança

A historiografia aponta que o cultivo de pequenos roçados, a criação de algumas cabeças de gado, a produção artesanal e a realização de trabalhos para terceiros foram maneiras pelas quais os escravos conseguiram acumular algum dinheiro que poderia ser utilizado para comprar alforria, bem como para garantir certa autonomia, dentro dos limites impostos pela condição de cativo.

No estudo sobre alforrias em Rio de Contas, província da Bahia, Almeida constatou que a lida com o gado era uma das possibilidades que os escravos tinham para acumular pecúlio, já que os vaqueiros poderiam participar do sistema de remuneração pelo “sistema de sorte”, logo havia a viabilidade para criarem pequenos rebanhos<sup>318</sup>, a qual acreditamos possa ter sido utilizada por escravos da região de São Raimundo Nonato, uma vez que possuíam organização socioeconômica semelhante a investigada pela referida autora.

Quando pagar em dinheiro não era possível, o senhor aceitava mercadorias, serviços, objetos, entre outros, para quitar a alforria. Como foi o caso do trabalhador da lavoura Manoel, que, em dois de setembro de 1886, pagou a sua alforrias por 300\$000 réis em “objetos” ao capitão Jorge Ferreira de Oliveira pela sua alforria.<sup>319</sup>

Para outros, a solução encontrada foi parcelar a alforria. Esse foi o meio encontrado por escravos que não “conseguiram pagar a alforria à vista, em dinheiro ou em mercadoria. Nestes casos, o escravo pagava em parcelas o valor acordado, sendo-lhe passados os respectivos recibos pelo senhor”<sup>320</sup>. Maneira pela qual procedeu Maria cabra, solteira, que comprou a sua liberdade pelo valor de 650\$000 réis pagos a Manuel Antunes de Macêdo. Como não tinha em mãos o valor completo pela sua liberdade, o pagamento foi feito parcelado como ficou registrado em sua carta de liberdade registrada em 15 de maio de 1883:

Eu abaixo assinado, Senhor e possuidor da escrava Maria cabra, solteira, matriculada na Matrícula geral deste Município, a qual possuo por herança do

<sup>316</sup> LABHIST. Registro de carta de liberdade de Manoel. Livro n° 1(1865-1869), fls.48 e verso, 12 de dezembro de 1868.

<sup>317</sup> LABHIST. Registro de carta de liberdade de Manoel. Livro n° 2(1884-1888), fls.58 verso, setembro de 1886.

<sup>318</sup> ALMEIDA, Op.Cit., p.55.

<sup>319</sup> LABHIST. Registro de carta de liberdade de Manoel. Livro n° 2(1884-1888), fls.58 verso, setembro de 1886.

<sup>320</sup>ALMEIDA, 2006, p.57.

meu Pai, livre de hypotheca ou outro qualquer ónus, alforrio a dita escrava pelo preço e quantia de seiscentos e cincoenta mil reis, os quaes recebi nesta data a quantia de tresentos e cincoenta mil reis, ficando a dita liberta a dever-me a quantia de tresentos mil reis, para pagar-me em serviço pelo tempo de cinco anos, a contar desta data em diante na rasão de sessenta mil reis por anno, de cujos serviços poderá ella eximir-se no todo ou em parte, pagando a dinheiro a quantia correspondente na rasão acima estipulada [...].<sup>321</sup>

A prática dos escravos comprarem as suas alforrias parceladas ou em prestações foi comum em diversas partes do Brasil. Maria de Fátima N. Pires assinala que

as prestações demonstram a capacidade do escravo em adquirir a sua carta ou a de seus parentes através de arranjos e barganhas no cotidiano, quando economizavam pequenas somas, acumuladas em montantes parcelados, que saíam das suas mãos para as de seus senhores. Muitas delas resultaram de economias guardadas por anos a fio, fruto de labutas no decurso de uma vida.<sup>322</sup>

Nem sempre esse de tipo negociação com o senhor acabava de forma positiva ao libertando, de acordo com Alex Andrade Costa, “o pagamento da liberdade em parceladas, porém, podia terminar de maneira desfavorável para o cativo pela inexistência de garantias sobre a efetivação desse tipo de acordo”, sobretudo anterior a Lei do Ventre Livre, “onde as decisões de assentavam sobre práticas costumeiras”.<sup>323</sup> Por isso, muitos senhores, sobretudo, aqueles em “condições econômicas desfavoráveis”, apropriavam-se dos pecúlios e continuavam com a posse do escravo<sup>324</sup> e acrescenta:

O ato de conceder alforria mediante recebimento de pecúlio e ainda condicionar a liberdade à continuidade dos serviços até a sua morte, era uma prática do senhor para se apoderar de dois bens: manter o domínio sobre o escravo e avançar sobre o seu pecúlio. O cativo ficava numa situação muito mais limitada uma vez que perdia o dinheiro, não podia fazer novos acordos e ainda tinha que cumprir com a condição imposta sob pena de permanecer por mais tempo no cativo. Essa, portanto, era uma forma do senhor dar continuidade à escravidão e ainda incrementar as suas finanças.<sup>325</sup>

Em estudo sobre a alforria no Piauí, Francisca Raquel da Costa destaca que muitos senhores assombrados com a possibilidade da abolição utilizaram esse tipo de alforria para manterem os libertos sobre os seus domínios, ou seja, “para os senhores de escravos, a

<sup>321</sup> LABHIST. *Livro de Notas de Tabelião público. São Raimundo Nonato*. 1884 - 1888

<sup>322</sup> PIRES, Maria de Fátima Novaes. Cartas de alforria: “para não ter o desgosto de ficar em cativo”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 141-174 – 2006, p. 162-163.

<sup>323</sup> COSTA, 2016, p.161.

<sup>324</sup> COSTA, Op.Cit. p.157.

<sup>325</sup> COSTA, Op.Cit., p.156.

preocupação maior estaria principalmente relacionada ao fim das relações de sujeição às quais foram as bases da sociedade escravista brasileira”.<sup>326</sup>

Conforme Chalhoub, as alforrias condicionais, em suas várias formas, colocavam os sujeitos numa situação intermediária entre a escravidão e a liberdade. Havia várias possibilidades de revogar as alforrias ou não cumprirem os acordos estabelecidos, ao fim do prazo combinado, o senhor poderia negar-se à carta de liberdade. No caso dos escravos em condição de servir até a morte do senhor, os herdeiros poderiam simplesmente não cumprir o acordado com o antigo senhor<sup>327</sup>. Além disso, em alguns casos, a própria alforria poderia estar em risco.<sup>328</sup>

Na análise dos registros de alforrias de São Raimundo Nonato, verificamos a preocupação dos senhores com uma possível revogação das alforrias após as suas mortes por parte de seus herdeiros. Dessa forma, passagens como: "e não poderão os meos herdeiros em tempo algum anular este papel, pois faço de minha livre espontânea vontade..." ou “[...] para d’ella gozar como se livre nascesse, sem que jamais em tempo algum ... nem, meus herdeiros, quer ascendentes, como descentes, chama-la ao cativo, e nem possa-lhe a acção de escravidão...”<sup>329</sup>, presentes nas cartas de alforrias são sintomáticas no sentido de demonstrar que revogar alforrias pode ter sido uma prática adotada por alguns herdeiros e os senhores com essas palavras tentavam assegurar que a sua vontade fosse seguida. Os escravos eram “bens valiosos” naquela sociedade, o que justifica o interesse na posse de um escravo. Além disso, possuir escravo era, para um grupo limitado de pessoas, o que legava certo *status* social.<sup>330</sup> Dessa forma, os acordos ocorridos no âmbito privado nem sempre garantiam estabilidade da vida em liberdade, por isso a prática do registro em cartório era imprescindível para assegurar que o liberto não voltasse a ser escravizado, embora não o impedisse.

Neste sentido, a lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, foi fundamental na regulamentação da prática da alforria<sup>331</sup>. Antes dessa lei, a alforria era regida pelo direito costumeiro, onde, em raras ocasiões, havia interferência do Estado, por isso, os senhores poderiam revogar a alforria do liberto, caso este demonstrasse ingratidão ou praticasse qualquer ato que fosse de encontro ao domínio senhorial. “Dessa forma, ao tratar da alforria a partir de

<sup>326</sup>DA COSTA, Francisca Raquel. Em virtude dos bons serviços que tem prestado: modalidades, motivações e estratégias nas alforrias no Piauí Oitocentista (1850-1888). IN.: LIMA, Solimar Oliveira; SILVA, Rodrigo Caetano (org.). **Do norte ao sul: escravidão Brasil séc. XVI – séc. XIX.** – Teresina: EDUFPI, 2018, p.87-110, p.104.

<sup>327</sup>CHALHOUB, Sidney. **Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX).** História Social, n. 19, segundo semestre de 2010, p.37.

<sup>328</sup> CHALHOUB, 2011, p.137.

<sup>329</sup> LABHIST. *Livro de Notas de Tabelião público (incompleto)*. São Raimundo Nonato. 1865-1869

<sup>330</sup> BRANDÃO, 1999.

<sup>331</sup> CHALHOUB, 2012.

uma perspectiva legal, no período anterior à Lei do Ventre Livre, era galgar um caminho inseguro, aberto a diversas possibilidades, porque não havia um código de normas específico que dispusesse sobre a proteção legal dos escravos”.<sup>332</sup>

Além do seu artigo mais conhecido, que determinava que “os filhos de mulher escrava que nascerem no Império a data desta lei, serão considerados de condição livre” (Art.1º)<sup>333</sup>, a lei do Ventre Livre também regulamentou a formação de pecúlio por parte dos escravos; estabeleceu que escravos que “por meio de seu pecúlio, obtiver meios para indenização de seu valor, tem direito a alforria” (Art.4º,§ 2º) e determinou que os escravos que não fossem matriculados dentro de um ano, a contar da data de encerramento dela, seriam considerados libertos<sup>334</sup>.

Sobre a lei do Ventre Livre (1871), Chalhoub afirma que o texto final “foi o reconhecimento legal de uma série de direitos que os escravos haviam adquirido pelo costume e a aceitação de alguns objetivos das lutas dos negros”.<sup>335</sup>

Em São Raimundo Nonato, no entanto, chama a atenção que 52,6% das cartas de liberdade tenham sido concedidas gratuitamente por senhores a seus escravos. Gratuita no sentido de alforria de um escravo não significa de graça, pois embora não tenha sido onerosa (paga em dinheiro, mercadoria ou serviços), envolve um processo longo de negociação com os senhores. Os motivos utilizados pelos senhores para concederem gratuitamente a alforria aos seus escravos foram variados e incluíram “o bom desempenho em cumprimento de minhas ordens”<sup>336</sup>, “pelos sentimentos de caridade Chistan (cristã)”<sup>337</sup>, “por amor da liberdade e dos bons serviços que lhe têm prestados”<sup>338</sup>, “em homenagem ao Santíssimo Padre o Papa Leão décimo treze”.<sup>339</sup> Porém, os “bons serviços prestados” foram a justificativa mais empregada. Motivo utilizado, por exemplo, por Eva Maria de Jesus para alforriar Adrião, 37 anos, portanto em plena forma física para prestar os seus serviços, em 26 de outubro de 1887. Também utilizou o mesmo argumento Iria Dias da Silveira para libertar, em dois de março de 1869, Bartholomeu, 20 anos. Ligia Bellini sugere que, nesse tipo de situação em que senhores libertavam escravos

---

<sup>332</sup> ALMEIDA, 2006, p.50.

<sup>333</sup> BRASIL (Império). Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM2040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm). Acesso em 08 de junho de 2018.

<sup>334</sup> A esse respeito, cf. AMARAL, 2012, p.209.

<sup>335</sup> CHALHOUB, 2011, p.199.

<sup>336</sup> LABHIST. Registro de carta de liberdade de Maria. Livro nº 2(1884-1888), fls.45, 06 de abril de 1886.

<sup>337</sup> LABHIST. Registro de carta de liberdade de Luiz. Livro nº 2(1884-1888), fls.32, 02 de setembro de 1885.

<sup>338</sup> LABHIST. Registro de carta de liberdade de Ephigenia, Raimunda e Joanna. Livro nº 2(1884-1888), fls. 74, 31 de dezembro 1887.

<sup>339</sup> LABHIST. Registro de carta de liberdade de Miguel. Livro nº 2(1884-1888), fls.17, 12 de dezembro 1884

em idade produtiva sem ônus, havia algum tipo de ligação entre o cativo e o senhor, tal como um afilhado.<sup>340</sup>

Embora as cartas de alforria digam pouco sobre o processo de negociação entre os escravos e os seus senhores, o argumento de conceder a liberdade em reconhecimento e agradecimento pelos “bons serviços prestados” revelam que esses escravos tiveram que se empenhar cotidianamente para conseguir obter a liberdade, por meio longos anos de trabalho e obediência. Para Stuart Schwartz, “os 'bons serviços' eram uma pré-condição para o senhor conceder a alforria, e não o motivo desta, sobretudo quando ela não envolvia ônus financeiro para o cativo”.<sup>341</sup>

Em três de dezembro de 1884, o capitão Domingos Dias Soares – personagem conhecido deste texto – libertou sem condição ou ônus as escravas: Ephigenia, crioula, 43 anos, cozinheira; Joanna, cabra, 41 anos, lavadeira e Raimunda, crioula, 23 anos, lavadeira. Como justificativa para tal ato afirmou que era “somente por amor da liberdade e dos bons serviços que lhe teem prestado as referidas escravas [...]”.<sup>342</sup> Das três libertas, duas aparecem em outros registros que permitem algumas interpretações da experiência de liberdade. Em 1874, em decorrência da classificação para o Fundo de Emancipação, foi registrado que a crioula Iphegenia, cozinheira, tinha 33 anos de idade. Isso significa que, quando o capitão Domingos Dias Soares assinou a sua carta de liberdade, ela já estava com 43 anos. À época, ela tinha seis filhos, sendo que um era livre em virtude da Lei 2.040, 28 de setembro de 1871 e outros cinco eram escravos.<sup>343</sup> Em 1886, 2 anos depois da liberdade, quando a esposa do capitão Domingos, Anna Maria das Neves, realizou a matrícula de seus escravos, três dos filhos de Iphegenia – Alexandrina, José e Maria – ainda eram escravos da família do capitão Domingos.<sup>344</sup> Situação semelhante ocorrera com cativa Joana, em 1874, aos 31 anos, a qual tinha cinco filhos, sendo um livre em decorrência da Lei de 1871 e os outros quatro eram escravos.<sup>345</sup> Na matrícula de 1886, dois de seus filhos, Joaquim e Julião, continuavam como escravos da família do Capitão Domingos Dias.<sup>346</sup>

---

<sup>340</sup> BELLINI, 1988.

<sup>341</sup> SCHWARTZ, 2001, p.197.

<sup>342</sup> LABHIST. *Livro de Notas de Tabela público*. São Raimundo Nonato. Livro n° 2 (1884 – 1888).

<sup>343</sup> APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. *Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação*. Documentos diversos/caixa 174. 15 de julho de 1874.

<sup>344</sup> APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. “*Matrícula Geral de Escravos do Município de São Raymundo Nonnato*”. Coletoria/Caixa: 641. Ano de 1886/7.

<sup>345</sup> APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. *Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação*. Documentos diversos/caixa 174. 15 de julho de 1874.

<sup>346</sup> APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. “*Matrícula Geral de Escravos do Município de São Raymundo Nonnato*”. Coletoria/Caixa: 641. Ano de 1886/7.



Com as suas respectivas famílias presas ao cativo, Joana e Iphegenia provavelmente continuaram a trabalhar na fazenda do capitão Domingos Dias Soares e talvez em situação semelhante de quando eram cativas. A condição dessas duas mulheres mostra, primeiro, as estratégias senhoriais de criação e manutenção de dependência às vésperas da abolição, uma vez que, ao conceder a alforria à mãe mantendo os filhos escravos, mantinha-a presa à propriedade de morada dos filhos e ao sentimento de gratidão ao senhor. Revela também, por outro lado, como o projeto de liberdade individual poderia ir de encontro com um projeto de liberdade da família. Como destaca Isabel Reis,

para o escravizado que tinha laços familiares, não bastava a sua liberdade individual, principalmente no período em estudo, quando parte significativa dos africanos e afro-descentes vivia nas fronteiras da escravidão e da liberdade, quando quase sempre homens e mulheres livre ou libertos tinham famílias ou parentes próximos no cativo.<sup>347</sup>

Visto sobre outra perspectiva, a liberdade de um dos membros das famílias poderia significar disponibilidade de tempo para acumular pecúlio para libertar outro.

Outra estratégia de liberdade pode ser observada no caso de Fulana de tal, filha do casal Zacharias e Maria, escravos do vigário Sebastião Ribeiro Lima, a qual foi alforriada na pia batismal em 08 de janeiro de 1875 e em 14 de março daquele mês foi registrada em cartório, a sua carta de liberdade.<sup>348</sup> Os padrinhos da rebenta foram o próprio vigário Sebastião Ribeiro Lima, proprietário do casal, e Joanna Maria da Conceição. Como justificativa o vigário alegou que a alforriava por ser seu padrinho de batismo.<sup>349</sup> De acordo com Deborah Silva, que já estudou a trajetória do casal Zacharias e Maria, os escravizados utilizaram dos apadrinhamentos dos seus filhos para estabelecer parentesco ritual com pessoas de condições jurídica diferentes da sua. Ao fazer isso ampliavam a rede de proteção e solidariedade dentro da comunidade na qual residiam.<sup>350</sup>

Francelina, filha recém-nascida de Antonia, também foi alforriada no dia do batismo, porém em circunstâncias diferentes. Neste caso, foi pago, em moeda corrente, ao coronel José Antunes Piauhylino de Macêdo o valor de 150\$000 réis. O batismo ocorreu na Fazenda São Vitor em sete de setembro de 1867, ocasião na qual foi pago o valor estipulado e registrada a alforria<sup>351</sup>. Não foi possível identificar as maneiras pelas quais acumulou o dinheiro, talvez pela

<sup>347</sup> REIS, 2007, p.74.

<sup>348</sup> LABHIST. Registro de carta de "Fulana de tal" filha de Zacharias e Maria. Livro nº 1(1865-1869), fls.38 verso e 39, 14 de março de 1875.

<sup>349</sup> LABHIST. *Livro de Notas de Tabelião público (incompleto)*. São Raimundo Nonato. Livro nº 1 (1865 – 1869).

<sup>350</sup> A trajetória do casal e seus filhos pode ser acompanhado no estudo de Deborah Gonsalves Silva. Ver: SILVA, 2013, p.85-88.

<sup>351</sup> LABHIST. Registro de carta de Francelina. Livro nº 1(1865-1869), fls.43 verso, 7 de setembro de 1867.

venda de algum produto ou serviço de roça, uma vez que sua principal função na Fazenda São Vitor era na lavoura.<sup>352</sup>

Ao estudar as alforrias batismais, Almeida chama a atenção para os seus limites, uma vez que “as crianças manumitidas na pia eram juridicamente livres, mas no cotidiano, continuavam com suas mães”.<sup>353</sup> Na documentação analisada, as alforrias na pia batismal foram poucas. Porém, as limitações de fontes e tempo não permitiram ir além na investigação de escravos libertos no ato de batismo.<sup>354</sup>

Uma característica da região que se sobressaiu nas fontes analisadas sobre a organização e a estrutura de posse de escravos foi a existência de muitos escravos em condomínios, gerou situações nas quais os escravos obtiveram a liberdade “em partes”. Como foi o caso de Escholastica e Jacintho: Escholastica, crioula, 44 anos, pertencia aos irmãos Joaquim Maria Miranda e Thiago Rodrigues de Miranda, havida por herança na partilha dos bens no inventário da sua mãe Martinha Francisca Xavier.<sup>355</sup> Em 18 de setembro de 1887, Joaquim Maria Miranda libertou-a de forma gratuita e sem condição a parte que lhe cabia na referida escrava.<sup>356</sup> Seis meses depois, e exatos dois meses antes da promulgação da lei da abolição da escravidão, em 13 de março de 1888, Thiago Rodrigues de Miranda, seguindo o fluxo dos acontecimentos também achou por bem libertar de forma gratuita incondicional a parte que lhe cabia na dita escrava.<sup>357</sup> Certamente esses senhores, com tal iniciativa, esperavam amarrar os laços afetivos, de proteção, dependência e gratidão que mantinham com a escrava. De maneira semelhante aconteceu com Jacintho, por pertencer a mais de um senhor teve a sua liberdade fragmentada. Em primeiro de fevereiro de 1886, Raimundo José da Silva, um dos proprietários de Jacintho, libertou “uma parte” que lhe cabia no referido escravo. Não foram encontradas referências do(s) outro(s) proprietário(s), como também não foi encontrada outra carta de liberdade. Por isso, é provável que tenha deixado a condição de escravo somente com a lei de 1888.<sup>358</sup>

---

<sup>352</sup> APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. *Classificação dos escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação*. Documentos diversos/caixa 174. 15 de julho de 1874.

<sup>353</sup> ALMEIDA, 2006, p.132.

<sup>354</sup> Atualmente, a historiadora Déborah Gonsalves Silva, para a sua tese de doutorado, está realizando o mapeamento de todos os registros de batismo disponíveis na Cúria Diocesana de São Raimundo Nonato, ao fim desse estudo será possível obter um quadro preciso dos libertos na pia batismal.

<sup>355</sup> LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Martinha Francisca Xavier. Inventariante: José Maria de Miranda. São Raimundo Nonato – PI. SÉC. XIX. Cx. 04. 1864.

<sup>356</sup> LABHIST. Registro de carta de liberdade de Escholastica. Livro nº 2(1884-1888), fls. 68, 18 de setembro de 1887.

<sup>357</sup> LABHIST. Registro de carta de liberdade de Escholastica. Livro nº 2(1884-1888), fls. 84, 13 de março de 1888.

<sup>358</sup> LABHIST. Registro de carta de liberdade de parte do escravo Jacintho. Livro nº 2(1884-1888), fls. 40 e verso, 1 de fevereiro de 1886.

A condição de pertencer a mais de um senhor era comum a outros escravos da região, essa situação ocorria principalmente no momento da partilha dos bens. Se, por um lado, ser escravo de dois senhores (ou até mais de dois) significava que o escravo precisava mediar a liberdade com proprietários diferentes, que tinham interesses e planos diversos para aquele escravo. Por outro, poderia significar a conquista de maior autonomia para acumular pecúlio para negociar com o(s) outro(s) senhor(es).<sup>359</sup>

Algumas ações de liberdade fogem aos princípios mais gerais encontrados nas cartas de alforrias. Um exemplo a este respeito foi a ação de liberdade de Luiz. Em 31 de agosto de 1885, em decorrência do festejo do padroeiro da Villa, o pároco encomendado e vigário da Freguesia de São Raimundo Nonato, Padre Pedro Alvares de Araújo, libertou de forma gratuita e sem condição o escravo Luiz.<sup>360</sup> Justificou que o seu ato era fruto de caridade cristã e acrescentou “[...] que goze neste último quartel de sua vida daquela doce fagueira liberdade, que a todos os homens foi othorgada pelo Criador Eterno. Declaro outro sim e para seu completo regozijo que o faço tão bem em sinal e prova de remuneração aos bons serviços que me tem prestado com verdadeira submissão, firmeza e lealdade”.<sup>361</sup> Alguns dias depois, o jornal “A imprensa: periódico político” noticiou o ato de “caridade cristã” do Padre Pedro ao alforriar Luiz.

O abaixo assignado declara, para os devidos fins, que, em data de 31 do próximo findo mez de Agosto deste corrente anno, deu carta de liberdade gratuitamente, e sem condicção alguma, ao seu fiel e prestante escravo Luiz, matriculado no Município de Têlha, província do Ceará, e averbado na collectoria de São Raimundo Nonnato desta província do Piauhy.  
S. Raimundo Nonnato, 5 de setembro de 1885.  
Pedro Alves de Araujo. Parocho encomendado.<sup>362</sup>

É difícil determinar com exatidão os motivos que levaram o Padre Pedro divulgar o ato de libertar Luiz, mas uma possibilidade seria, conforme observa Walter Fraga Filho para o Recôncavo baiano, que muitos senhores diante do crescimento das ideias e da propaganda abolicionista, bem como do eminente fim do regime escravista, transformaram as alforrias em

<sup>359</sup> É importante destacar que o artigo 62 do Decreto Nº 5.135, de 13 de novembro de 1872, determinava que escravos em condôminos se “fôr libertado por um destes, terá direito à sua alforria, indemnizando os outros senhores da quota do valor que lhes pertencer. Esta indemnização poderá ser paga em serviços prestados”, contudo que não excedesse o prazo de sete anos como estipulava o Art. 61 do mesmo decreto. Cf. BRASIL (Império). Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872. *Aprova o regulamento geral para a execução da lei nº 2040 de 28 de setembro de 1871*. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1872, Página 1053 Vol. 2 pt. II. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5135-13-novembro-1872-551577-publicacaooriginal-68112-pe.html>.

<sup>360</sup> LABHIST. Registro de carta de liberdade de Luiz. Livro nº 2(1884-1888), fls.32, 02 de setembro de 1885.

<sup>361</sup> LABHIST. *Livro de Notas de Tabela público (incomplete)*. São Raimundo Nonato. Livro nº 1 (1865 – 1869).

<sup>362</sup> Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Jornal "A Imprensa: Periódico Político (PI). Ano de 1885 - ed. 00884 - p.4.

“espetáculos públicos solenes” e dignos de notas nos jornais. A publicidade nos jornais tinha o intuito de reafirmar o domínio e garantir que o processo de transição para o trabalho livre se desse dentro do “controle da classe senhorial”.<sup>363</sup> Embora sejam regiões com níveis de circulação de informações diferente, é plausível considerar que o Padre Pedro tenha utilizado a publicidade do jornal de maneira semelhante ao apresentado pelo o autor.

Além disso, nos últimos momentos do período escravista, alguns setores da igreja tinham manifestado posição contrária à continuação da escravidão no Brasil. Por isso, passaram a incentivar o clero a libertarem os seus escravos.<sup>364</sup> Em nota publicada no jornal *Diário da Bahia*, o Bispo de Olinda convocava os padres e fiéis da Igreja Católica para que libertassem quantos fosse possível escravos em homenagem ao jubileu do Papa Leão XIII.<sup>365</sup> Diante disso, em 31 de dezembro de 1887, em “comemoração do Jubileu Sacerdotal do Santíssimo Padre Papa Leão Treze”, o Padre Pedro Alvares de Araújo libertou Miguel, como se pode ver:

[...] declaro que , sendo senhor e possuidor do escravo Miguel, casado, de idade de trinta e seis anos e Matriculado sob número dez da nova matrícula, trezentos dezanove da anterior, e um(1) da Relação, em homenagem aos Santíssimo Padre o Papa Leão décimo treze gloriosamente reinando, e para de alguma mando abrilhantar a Sua Festa Jubileu do dia trinta e um deste corrente mês, o alforrio, ao dito escravo Miguel sem condição alguma podendo deste já entrar no gozo daqueles direito de cidadão livre, como se livre nascesse. Vila de São Raimundo Nonato, 31 de dezembro de 1887 [...].<sup>366</sup>

No mesmo dia e pelo mesmo motivo Luiz Correia Lima também alforriou Martha, com as seguintes declarações da carta de alforria:

[...] O abaixo assignado em comemoração do Jubileu Sacerdotal do Santíssimo Padre, Papa Leão treze, concedo, nesta data, liberdade à sua escrava cabra de nome Martha, casada, cozinheira, com vinte três anos de idade, matriculada os números quarenta da nova matrícula geral do município e três da relação apresentada podendo gozar d’ella, sem ónus algum, como se livre nascesse [...].<sup>367</sup>

Ao escolher essa data comemorativa para libertar seus escravos, os dois senhores demonstram que queriam de alguma forma expor publicamente seu ato. Escolher datas

<sup>363</sup> FRAGA FILHO, 2004, p.100.

<sup>364</sup> PEREIRA, Camila Mendonça. **Abolição e catolicismo: a participação da Igreja Católica na extinção da Escravidão no Brasil**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói/RJ, 2011; COTA, Luiz Gustavo Santos. “*Ora pro nobis*”: uma breve consideração sobre as ideias de escravidão, liberdade e abolição no discurso católico brasileiro. In: **Revista Eletrônica Cadernos de História**, Vol.IX, ano 5, nº1, 2010.

<sup>365</sup> Cf. SANTANA, Isabel Almeida. **Luiz Anselmo da Fonseca: um médico abolicionista baiano no final do século XIX**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Feira de Santana-BA, 2018.

<sup>366</sup> LABHIST. Registro de carta de liberdade de Miguel. Livro nº 2(1884-1888), fls.74, 31 de dezembro de 1887.

<sup>367</sup> LABHIST. Registro de carta de liberdade de Martha. Livro nº 2(1884-1888), fls.74, 31 de dezembro de 1887.

comemorativas ou festejos locais para libertarem os seus escravos foi uma prática partilhada por outros senhores em outras regiões do Brasil. Consistia numa estratégia de demonstração de “caridade” e “apreço pela liberdade”, ou seja, que eram um “bom senhor”.<sup>368</sup>

Chalhoub aponta que ao fim do sistema escravista, sobretudo nas duas últimas décadas, havia certa falência na política de domínio senhorial no que diz respeito à alforria como estratégia de produção de dependentes, especialmente em se tratando da corte. A divulgação das alforrias por parte dos senhores através das notas em jornais já não surtia o efeito desejado.<sup>369</sup>

A análise da documentação referente a São Raimundo Nonato demonstrou que dentro das limitações impostas pela condição da escravidão, os cativos articularam de maneiras diversas pela liberdade. Em uma região de condições econômicas limitadas, alguns escravos conseguiram acumular pecúlio para comprar sua alforrias ou de seus filhos; outros tiveram que contar com anos de “bons” serviços, das incertas negociações, ou mesmo da estratégia de “boa vontade” dos senhores; alguns mais contaram com os recursos do Fundo de Emancipação (que será analisado no próximo tópico).

Nem sempre a alforria era garantia de plena liberdade, dadas as amarras do sistema escravista, na tentativa de romper de forma definitiva com os senhores, alguns libertos aumentaram, a despeito da liberdade, a dependência. Os senhores utilizavam de várias artimanhas para manter o domínio sobre o liberto, de forma que muitas liberdades demoraram para acontecer e quando chegava era em condições precárias. Chalhoub demonstrou que vários aspectos poderiam tornar a experiência de vida dos libertos precárias, tais como:

as restrições constitucionais aos direitos políticos dos libertos, a interdição dos senhores à alfabetização de escravos e o acesso diminuto de libertos e negros livres em geral à instrução primária, o costume de conceder liberdades sob condição, a possibilidade de revogação de alforrias, as práticas de escravização ilegal de pessoas livres de cor, a conduta da polícia nas cidades de prender negros livres sob a alegação de suspeição de que fossem escravos fugidos.<sup>370</sup>

Em uma região de condições econômicas limitadas, com poucas oportunidades de trabalho e castigada pelos efeitos das secas, a vida em liberdade para muitos libertos foi marcada profundamente pela pobreza e condições precárias de vida. Como destacou Isabel Reis, “o

---

<sup>368</sup> FRAGA FILHO, 2004.

<sup>369</sup> CHALHOUB, 2011, p.123.

<sup>370</sup> CHALHOUB, Sidney. **Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)**. História Social, n. 19, segundo semestre de 2010, p.34.

esforço para alcançar a liberdade era apenas o primeiro passo na busca por autonomia e melhor qualidade de vida”.<sup>371</sup>

#### 4.2. Libertos pelo Fundo de Emancipação.

Em 29 de março de 1881, Clara obteve a sua alforria pelo valor de 620\$000 réis pago pelo consórcio entre recursos do Fundo de Emancipação e o pecúlio de 30\$000 réis acumulado por ela.<sup>372</sup> Clara era filha de Eleutheria já falecida. Em 1874, quando ocorreu a classificação – provavelmente para a primeira quota – do município para serem libertos pelo Fundo de Emancipação, a crioula Clara tinha 14 anos e ainda era solteira. Por ser solteira e sem filhos, naquele ano, as chances de Clara ser contemplada pelo fundo eram mínimas. Na década seguinte, uma série de mudanças na vida dela possibilitou que viesse a ser alforriada. O casamento com José Pereira Bousolhos, homem livre, foi fundamental para colocá-la no primeiro grau de preferência para ser alforriada pelo fundo. Somado a isso, em 1877, em decorrência do falecimento de sua avó materna, Clara herdou 12\$780 réis, valor que pode ter sido utilizado para completar a sua alforria.<sup>373</sup> Temos que considerar outra evidência ainda não mencionada, Clara era escrava do Coronel José Antunes Piauhyino de Macêdo, influente político local, grande proprietário de escravo e membro da Junta de Classificação de Escravo do município nos anos 1876<sup>374</sup>, 1877<sup>375</sup>, 1883<sup>376</sup>, 1886<sup>377</sup>, por isso é provável que o coronel tenha influenciado na sua escolha para ser contemplada pelos recursos do fundo.

Tal como Clara, outros libertos de São Raimundo Nonato obtiveram liberdade através do Fundo de Emancipação e, como em outros lugares do Brasil, a aplicação do recurso do fundo esbarrou no jogo de interesses dos proprietários de escravos e políticos locais. Apesar dos

---

<sup>371</sup> REIS, 2007, p.184

<sup>372</sup> APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. 29 de março de 1881.

<sup>373</sup> O arrolamento e a partilha dos bens de Pulcheria, avó de Clara, foi realizado em maio de 1878. Pulcheria era casada com José Francisco, eram moradores da vila de São Raimundo Nonato. O casal tinha cinco filhos, a descrever: Roberto, que era liberto; Simplício, Benedicto, Victoria e Eleutheria (já falecida) que eram escravos. Todos os bens foram avaliados em 488\$230 réis. LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Pulcheria. Inventariante: José Francisco. São Raimundo Nonato – PI. Séc. XIX. Cx. 06.1878.

<sup>374</sup> APPI – Séries Municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. 15 de janeiro de 1877.

<sup>375</sup> APPI – Séries Municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. 3 de novembro de 1876.

<sup>376</sup> APPI – Séries Municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. 15 de maio de 1883.

<sup>377</sup> APPI - Série Municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. "*Acta da continuação e encerramento dos trabalhos da Junta Classificadora de escravos dos municípios de Sam Raimundo Nonato e Sam João do Piauí, para serem alforriados pela sétima quota do Fundo de Emancipação*". Documentos diversos/caixa 174. 17 de agosto 1886.

problemas, “a oportunidade de liberdade representada pelo Fundo de Emancipação foi muito importante para aqueles que não dispunham de pecúlio suficiente para pagar por sua alforrias”.<sup>378</sup>

O Fundo de Emancipação foi criado pela Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871<sup>379</sup>, que, no terceiro artigo, determinava que, anualmente, cada Província deveria libertar quantos escravos fossem possíveis, por meio de recurso proveniente das “taxa de escravos, impostos sobre a transmissão da propriedade escrava, multas decorrentes da aplicação da lei, seis loterias anuais, recursos orçamentários e mais ‘subscrições, doações e legados com esse destino’ ”.<sup>380</sup> O valor das quotas distribuído a cada província e município era proporcional à população escrava conforme determinava o Art. 25 do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872.<sup>381</sup>

Em todo o Brasil, a aplicação do Fundo de Emancipação enfrentou diversos problemas e, por isso, foi alvo de diversas críticas como destacou Chalhoub. Cinco anos após a sua criação, o número de escravos libertados era pouco, uma vez que o serviço de classificação dos escravos não funcionava conforme o previsto na lei, que estipulava vários critérios de difícil compreensão e aplicação para as inúmeras realidades dos municípios do Império. Além disso, a junta de classificação<sup>382</sup>, responsável pela realização dos trabalhos, era composta por funcionários não remunerados, “logo as juntas classificadoras procrastinavam a tarefa ou nem se reuniam”.<sup>383</sup> As fraudes no processo de classificação dos escravos para serem libertados foram inúmeras, as “autoridades locais e proprietários uniam-se às vezes para fraudar o processo”<sup>384</sup>, no sentido de obter alguma vantagem.

Em 1876, diante das dificuldades enfrentadas para aplicação dos recursos do Fundo de Emancipação, o governo determinou mudanças nas normas de execução da lei através do Decreto nº 6.341 de 20 de setembro de 1876, passando a classificar somente escravos que pudessem ser libertados, conforme a quota disponível para o município.<sup>385</sup> Em suma, segundo

<sup>378</sup> ALMEIDA, 2006, p.79.

<sup>379</sup> BRASIL (Império). Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM2040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm). Acesso em 08 de junho de 2018.

<sup>380</sup> CHALHOUB, 2003, p.133.

<sup>381</sup> BRASIL (Império). Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872. *Approva o regulamento geral para a execução da lei nº 2040 de 28 de setembro de 1871*. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1872, Página 1053 Vol. 2 pt. II. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5135-13-novembro-1872-551577-publicacaooriginal-68112-pe.html>.

<sup>382</sup> Conforme o Art. 28 do Decreto Nº 5.135, de 13 de novembro de 1872, a junta de classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação era formada pelo presidente da câmara, o promotor público e o coletor de rendas, com as devidas ressalvas de acordo com a organização administrativa do município.

<sup>383</sup> CHALHOUB, Op.Cit., p.134.

<sup>384</sup> CHALHOUB, Op.Cit., p.135

<sup>385</sup> BRASIL (Império). Decreto nº 6.341, de 20 de setembro de 1876. *Altera algumas disposições do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 5135 de 13 de novembro de 1872*. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1876, Página 1019 Vol. 2 pt. II.

Chalhoub, o regulamento visava simplificar o processo e tornar a aplicação do fundo mais efetivo, porém não evitou as fraudes no processo de seleção dos possíveis escravos beneficiários. “As redes de poder, parentesco e favor nas localidades continuaram a interferir nos processos de classificação e arbitramento”.<sup>386</sup>

No Piauí, a execução do Fundo de Emancipação teve problemas semelhantes aos mencionado por Chalhoub. Para o governo da província, os atrasos e abusos cometidos pelas juntas de classificação, juntamente com os altos valores atribuídos pelos proprietários na avaliação dos escravos, eram os principais problemas para melhor aproveitamento do fundo e libertação de uma quantidade maior de escravos. No relatório de 1877, o presidente Dr. Graciliano de Paula Baptista denunciava os abusos cometidos por alguns proprietários de escravos apoiados pelos funcionários encarregados do processo de classificação que estavam atribuindo valores exagerados aos escravos.<sup>387</sup> Já o presidente Dr. Raymundo Theodorico de Castro e Silva afirmava que essa prática era um dos principais motivos para não ter contemplado maior número de escravos com alforria na Província.<sup>388</sup>

Isabel Reis, ao analisar aplicação do Fundo de Emancipação na província da Bahia, constatou que “muitos proprietários exigiram valores exorbitantes pelos seus cativos”<sup>389</sup> como uma estratégia senhorial para obter vantagens com a libertação do escravo, uma vez que

[...] um pouco antes de meados da década de oitenta, já havia se tornado consenso entre a classe proprietária que poderia ser vantajoso alforriar seus cativos pelo Fundo de emancipação, pois assim estaria garantido o pagamento do valor do escravo pelo Estado, hajam vistas os intensos debates sobre como os escravocratas poderiam ser ressarcidos pela perda da propriedade de seus cativos no momento em que a abolição definitiva do trabalho servil acontecesse,<sup>390</sup>

Francisca Raquel da Costa afirma que “no Piauí, na segunda metade do século XIX, foram decretadas algumas leis provinciais que regulamentavam acerca das alforrias, inclusive dos valores limites dos escravos que seriam alforriados. Nesse caso foram aprovadas as resoluções de n.º 629, de 1868; e a de n.º 657, de 1869, que tratavam sobre o assunto”, as quais, posteriormente, passaram por alterações em decorrência da Lei do Ventre Livre. Essas

<sup>386</sup> CHALHOUB, 2003, p.135 e p.139.

<sup>387</sup> PIAUÍ (Província). Relatório do Presidente da Província do Piauí Dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa. – Teresina. Typ. da Moderação - rua Bella nº 42. 2 de janeiro de 1877. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

<sup>388</sup> PIAUÍ (Província). Relatório Presidente da Província do Piauí Dr. Raymundo Theodorico de Castro Silva. – Teresina: Typ. da imprensa - rua da Pallha. 1º de junho 1885. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

<sup>389</sup> REIS, 2007, p. 214.

<sup>390</sup> REIS, Op.Cit., p. 227.



resoluções determinavam, por exemplo, que “o valor da alforria nunca excederá a seiscentos mil réis”.<sup>391</sup> Porém, não foram totalmente eficientes no sentido de regulamentar os valores, alguns escravos alforriados, uma década depois, tanto pelo Fundo de Emancipação como por recursos próprios foram avaliados acima desse valor – como foi o caso de Marcellino, 30 anos e Felipe, 25 anos, libertos pelo Fundo de Emancipação em 1881 pelo valor de 992\$900 réis de indenização por cada liberdade.<sup>392</sup>

Conforme a organização estabelecida pela província para distribuição do Fundo de Emancipação, os municípios de São Raimundo Nonato e São João do Piauí receberam a quota para emancipação dos escravos juntos. Os membros da junta classificatória não eram a favor dessa postura adotada pelo governo provincial, uma vez que dificultava a realização do serviço. Em 1875, em correspondência ao presidente da província, a junta de classificação dos dois municípios solicitava a classificação de São João do Piauí fosse feita separadamente a de São Raimundo Nonato. Porém, ao que tudo indica, a solicitação não foi atendida, uma vez que até a distribuição da última quota receberam juntos.<sup>393</sup>

Na distribuição da primeira quota, em 1877, São Raimundo Nonato e São João do Piauí não foram contemplados, pois a junta não conseguiu realizar a classificação dos escravos.<sup>394</sup> Em 1882, quando foi distribuída a terceira quota haviam sido libertados dezessete escravos pelo fundo nos dois municípios. Naquele ano, foram manumitidos em toda a província do Piauí 342 escravos pelo Fundo de Emancipação. Como pode ser visto na **tabela 15**.

A quota distribuída para os dois municípios era pequena e contemplava um número pequeno de escravos por vez. Durante a distribuição da sétima quota, em 1886, a junta de classificação de São Raimundo Nonato e São João do Piauí, formada pelo presidente da Câmara, Cesarino Antonio Cavalcante, o promotor público, Coronel José Antunes Piauhyllino de Macêdo, e o cidadão Saturnino José da Silveira representando o coletor de rendas, registrou na ata dos trabalhos que a quantia de 1:928\$871 réis não era suficiente para contemplar metade dos escravos classificados de primeira classe, ou seja, dos escravos casados com pessoas livres que eram no total de 15 pessoas. Conforme os dados reunidos pelas coletorias municipais e publicados pelo Palácio do Governo do Piauí, em 1886, havia 1040 escravos nos municípios de São Raimundo Nonato e São João do Piauí, e embora esses dados apresentem falhas, servem

---

<sup>391</sup> DA COSTA, 2018, p.102.

<sup>392</sup> APPI – Séries municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. 29 de março de 1881.

<sup>393</sup> APPI - Séries municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. Ano de 1875.

<sup>394</sup> PIAUÍ (Província). Relatório do Presidente da Província do Piauí Dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa. – Teresina. Typ. da Moderação - rua Bella nº 42. 2 de janeiro de 1877. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

para demonstrar que a quota distribuída para os dois municípios atingia uma parcela diminuta da população escrava. De fato, naquele ano, foram contemplados cinco escravos nos dois municípios, a descrever: José (23 anos), Raimunda (26 anos), Thereza (39 anos), Balduino (34 anos) e Vicente (36 anos).<sup>395</sup>

**TABELA 15:** Escravos matriculados e manumitidos na província do Piauí, no ano de 1883.

Municípios	Escravos Matriculados	Escravos manumitidos			
		Oneroso	Fundo de Emancipação	Gratuito	Total
<b>Theresina</b>	3224	36	24	176	236
<b>Jaicós</b>	2870	0	40	290	330
<b>Valença</b>	2169	1	35	130	166
<b>Oeiras</b>	2007	46	31	85	162
<b>Amarante</b>	1940	73	24	21	118
<b>Barras</b>	1900	11	27	91	129
<b>São Raimundo Nonato e São João do Piauí</b>	1381	0	17	82	99
<b>Jeromenha e Manga</b>	1253	0	14	142	156
<b>União</b>	1252	0	25	63	88
<b>Parnahyba e Amarração</b>	1157	14	17	145	176
<b>Parnaguá, Corrente e St<sup>a</sup>. Philomena</b>	1143	0	16	42	58
<b>Campo-Maior</b>	870	0	10	70	80
<b>Picos</b>	802	17	12	12	41
<b>Marvão</b>	730	24	11	0	35
<b>Piracuruca</b>	665	0	9	40	49
<b>Batalha</b>	518	0	12	44	56
<b>Pedro 2º</b>	261	0	5	4	9
<b>Bom Jesus de Gurguéa</b>	260	0	9	3	12
<b>Piripiry</b>	256	9	4	9	22
<b>Total</b>	<b>24658</b>	<b>231</b>	<b>342</b>	<b>1449</b>	<b>2022</b>

**Fonte:** PIAUÍ (Província). Relatório Presidente da Província do Piauí Dr. Miguel Joaquim d'Almeida e Castro. – Teresina. Typ. Telephone. 5 de abril de 1883. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

O valor distribuído para os dois municípios somente foi suficiente para contemplar essa quantidade de escravos em decorrência dos pecúlios acumulados pelos escravos. José, cabra, 23 anos, sabia ler e escrever, casado com pessoa livre, três filhos, escravo do Major Martinho Vicente Barboza depositou pecúlio de 50\$000 réis. Já Balduino, crioulo, 34 anos, trabalhador da lavoura, casado com pessoa livre, com muitos filhos, escravo de Pedro José da Silva depositou 122\$000 réis em serviço para completar 500\$000 réis pelo qual foi avaliado. Por fim, Vicente, mulato, 36 anos, vaqueiro, casado com pessoa livre, sem filhos, escravo do

<sup>395</sup> APPI – Série municípios/subsérie: *São Raimundo Nonato. Relação dos escravos libertos por conta Fundo de Emancipação*. Documentos diversos/caixa 174. 16 de novembro de 1886.

Coronel José Antunes Piauhyllino de Macêdo entrou com o valor de 50\$000 mil réis em dinheiro e 150\$000 réis em serviço para completar os 700\$000 réis estimados por sua liberdade.<sup>396</sup>

A presença de proprietários ou parentes de proprietários de escravos entre os membros da junta de classificação (como o coronel José Antunes Piauhyllino de Macêdo e o capitão Luiz Correa Lima Júnior) garantia um lugar privilegiado mediante o processo de classificação dos escravos a serem libertos pelos recursos do fundo, pois poderiam interferir de várias formas a fim de obter vantagens, como a indenizações dos seus escravos (ou de parentes), inclusive atribuindo altos valores, como tem apontado a bibliografia específica. Essas estratégias senhoriais, além de atrasar o processo de classificação e aplicação dos recursos do fundo, também reduzia a quantidade de escravos que poderiam ser completados.<sup>397</sup>

Segundo Fabiano Dauwe, o Fundo de Emancipação não foi concebido como uma “forma de libertação em massa”. “Nenhuma das modalidades de libertação imaginada pelos projetos anteriores à lei de 1871 se enquadra nessa ideia”, de forma que a “libertação irrestrita estava fora de qualquer cogitação, por contrariar muito fortemente os interesses senhoriais”. Além disso, os recursos não eram suficientes para atingir a grande quantidade de escravos que havia no Brasil.<sup>398</sup>

Os critérios de escolha dos escravos para serem libertados atendiam um grupo bem específico de escravos, ou seja, aqueles que possuíam família, como determinava o artigo 27 do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872.<sup>399</sup> “Tal estratégia, por sua vez, estava em perfeita consonância com a política gradualista de transição para o trabalho livre levada a cabo pelo governo imperial [...]”.<sup>400</sup>

<sup>396</sup> APPI - Série Municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. *Acta da continuação e encerramento dos trabalhos da Junta Classificadora de escravos dos municípios de Sam Raimundo Nonnato e Sam João do Piahy, para serem alforriados pela sétima quota do Fundo de Emancipação*. Documentos diversos/caixa 174. 17 de agosto 1886.

<sup>397</sup> NETO, José Pereira de Santana. **A alforria nos termos e limites da lei: o Fundo de Emancipação na Bahia (1871-1888)**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador/BA, 2012; NETO, José Pereira de Santana. **Sociedade, indenização e liberdade precária: os meandros burocráticos do Fundo de Emancipação de escravos (São Francisco do Conde-BA)**. Tese (doutorado) – Programa de Pós-graduação em História – UNICAMP, Campinas/SP, 2018.

<sup>398</sup> DAUWE, Fabiano. **A libertação gradual e a saída viável: os múltiplos sentidos da liberdade pelo Fundo de Emancipação de escravos**. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense - UFF. Rio de Janeiro/RJ, 2004, p.38.

<sup>399</sup> BRASIL (Império). Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872. *Approva o regulamento geral para a execução da lei nº 2040 de 28 de setembro de 1871*. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1872, Página 1053 Vol. 2 pt. II. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5135-13-novembro-1872-551577.-publicacaooriginal-68112-pe.html>.

<sup>400</sup> SILVA C., Ricardo Tadeu. Usos e abusos do Fundo de Emancipação de escravos na província da Bahia (1871-1888) **Revista TEL**, Irati, v. 8, n.1, p. 169-181, jan. /jun. 2017. DAUWE, Fabiano. **A libertação gradual e a saída viável: os múltiplos sentidos da liberdade pelo Fundo de Emancipação de escravos**. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense - UFF. Rio de Janeiro/RJ, 2004.

Por meio do Aviso de circular do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas de 19 de março de 1883, foram feitas alterações nos critérios de classificação dos escravos com o intuito de corrigir problemas apresentados no processo de classificação. Encaminhado pelo presidente da Província do Piauí às juntas municipais por meio da Circular N.1, recomendava não classificar “escravos pertencente a ordem dos indivíduos” enquanto houvesse “escravos pertencentes a ordem das famílias”<sup>401</sup>, que, a partir daquela data, “os escravos casados com pessoas livres” viriam em primeiro lugar na ordem de preferência. Conforme a circular, a preferência seria dada na seguinte ordem:

1. Os escravos casados com pessoas livres.
2. Os cônjuges que forem escravos de diferentes senhores, estejam ou não separados, pertençam aos mesmos ou a diversos condôminos.
3. Os cônjuges que tiverem filhos ingênuos menores de 8 anos.
4. Os cônjuges que tiverem filhos livres menores de 21 anos.
5. Os cônjuges com filhos menores escravos.
6. As mães, viúvas ou solteiras que tiveram filhos escravos menores de 21 anos.
7. Os cônjuges sem filhos menores, ou sem filhos<sup>402</sup>.

Conforme se evidenciou o anteriormente, a quota distribuída para São Raimundo Nonato e São João do Piauí não era suficiente para beneficiar os escravos do primeiro grau de preferência, ou seja, aqueles casados com pessoas livres. Significa que a grande maioria da população escravizada local não tinha chances de ser beneficiada. A utilização de pecúlio para completar o valor estipulado pelos senhores demonstra que os escravos perceberam que os recursos do fundo poderiam ser uma alternativa para alcançar liberdade, por isso utilizavam a estratégia de somarem os referidos valores.

Os presidentes da província do Piauí não prestaram, com regularidade, informações sobre a quantidade de libertos em toda a Província, isso, em certa medida, fragiliza a análise quantitativa a partir dessa fonte. Apesar dos problemas apresentados na aplicação dos recursos do fundo, foi através desse instrumento que alguns escravos de São Raimundo Nonato e São João do Piauí obtiveram alforria. Deste modo, o fundo configurou mais uma possibilidade utilizada pelos escravizados para obter liberdade.

---

<sup>401</sup> PIAUÍ (Província). Relatório Presidente da Província do Piauí Dr. Miguel Joaquim d’Almeida e Castro. – Teresina. Typ. Telephone. 5 de abril de 1883. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

<sup>402</sup> PIAUÍ (Província). Relatório Presidente da Província do Piauí Dr. Miguel Joaquim d’Almeida e Castro. – Teresina. Typ. Telephone. 5 de abril de 1883. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

### 4.3. Começos: uma vida para além do cativo

Alcançar as condições de vida dos libertos não é tarefa simples. Ao receber a carta de alforria, o ex-escravizado adotava sobrenomes, por isso, tornava-se difícil rastreá-los entre a documentação, sobretudo no pós-abolição, quando o status jurídico do liberto não vinha expresso no inventário ou arrolamento. Amaral sugere que uma maneira de “aproximar dos libertos é através dos inventários das classes populares”, ou seja, através da análise da menor faixa de fortuna, aquelas “cujas posse atingiam a soma de até um conto de réis”. Acreditamos que, como sugeriu Amaral, esse procedimento com as fontes é uma forma de estabelecer um paralelo entre as possíveis condições de vida dos que alcançavam a liberdade com as da população livre pobre e de cor de São Raimundo Nonato.<sup>403</sup>

Metodologia semelhante foi utilizada por Mayara Plácido Silva para alcançar os egressos da escravidão em Feira de Santana, nos pós-abolição. Para ela

É possível problematizar os **espaços de experiência dos trabalhadores negros de Feira de Santana** a partir de outras informações do documento, a exemplo da significativa presença de pequenas propriedades entre os arrolamentos, posse de terra, braças de terras, rocinhas, terrenos, sítios e, em menor número, fazendas e, sobretudo do tipo de produção ali estabelecida.<sup>404</sup>

Como foi visto no primeiro capítulo, as pequenas fortunas correspondiam a 43,96% (40 inventários) da amostra analisada para São Raimundo Nonato. Noutras palavras, aproximadamente a metade dos 91 inventários analisados, a soma dos bens não atingia um conto de réis.<sup>405</sup> Embora os inventários não correspondam a todo o quadro da população, os dados evidenciam a precariedade econômica da população local.<sup>406</sup> Se consideramos todos os inventários do século XIX que foi possível verificar a descrição dos bens, os dados demonstram que a maioria tinha poucos bens, ou seja, 47,11% dos 121 autos tinham pequenas fortunas.<sup>407</sup>

---

<sup>403</sup> AMARAL, 2012, p.282.

<sup>404</sup> Cf. PLÁCIDO S., Mayara. “Revolução sem sangue” na “decantada pátria de Lucas” – **Experiências de trabalhadores/as negros/as e migrantes no Pós-abolição. Feira de Santana (1890-1930)**, 228 f. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador - BA, 2017, p.23.

<sup>405</sup> LABHIST - Inventários *post-mortem*, São Raimundo Nonato - PI, 1836 a 1888.

<sup>406</sup> No estudo sobre o alto sertão baiano, Erivaldo Fagundes Neves, sugere que “o pequeno número de autos, relativamente à população, evidencia que amplo contingente não deixaram pertences para se inventariar e indica um elevado índice de concentração da renda”. Cf. NEVES, 2003, p.216.

<sup>407</sup> LABHIST - Inventários *post-mortem*, São Raimundo Nonato - PI, 1836 a 1899.

Entre os inventários analisados, encontramos casos como do casal Lina Maria<sup>408</sup> e João José d'Oliveira e seus quatro filhos. Em junho de 1861, no processo de inventários dos bens deixados pelo falecimento de sua esposa, João José d'Oliveira arrolou os seguintes bens: um machado, uma foice, uma panela de ferro, um pequeno rebanho de onze cabeças de gado, uma égua velha, um curral velho e uma posse de terra na fazenda Picada. Reunidos todos os bens arrolados somaram o valor exíguo de 183\$000 réis e revelaram a precariedade de uma vida que se sustentava com nada além do que dois instrumentos de trabalho, um utensílio de cozinha e algumas reses.

Em condições semelhantes estava a viúva Delfina Maria Francisca, moradora nas terras da Fazenda Sítio do Morro. Quando o seu marido, Francisco Pereira de Lacerda<sup>409</sup>, faleceu em 12 de maio de 1882, foi feito o arrolamento dos bens pertencentes ao casal, para que fosse feita a partilha entre os seus quatorze filhos. Em 14 de julho de 1883, quando teve abertura o arrolamento, a viúva inventariante declarou que possuía os seguintes bens: "huma oficina de fabricar farinha já estando velha"; uma sela velha; duas enxadas; um machado; uma brida velha; dois pés de laranjeiras; duas mangueiras novas; meia légua de terra na Fazenda Sitio dos Morros e uma casa de taipa de dois vãos, com uma porta de frente, coberta de telha. Todos os bens reunidos somaram o valor de 105\$000 réis.

Em dezembro de 1885, Anna Maria de Jesus<sup>410</sup>, residente na vila de São Raimundo Nonato, realizou o testamento das "ultimas vontade e disposição para depois de minha morte". Em poucas linhas, afirmou que era solteira e não tinha filhos, no entanto vivia alguns anos em companhia de Francisco Henrique Ferreira Guerra, o qual institui como "único e universal herdeiro". Acrescentou que queria ser sepultada no cemitério público da vila, que fosse celebrada algumas missas e que, de seus bens, fossem tiradas algumas esmolas. No começo de 1886, quando Anna Maria de Jesus faleceu, o seu companheiro procedeu com inventário dos seus bens, que eram bem poucos, a descrever: um par de brincos de ouro, dez cabeças de gado e duas éguas. Tudo avaliado em 212\$000 réis. Ao final do inventário, o processo custou ao inventariante, cabeça de casal, o valor de 29\$950 réis.

A presença de poucos bens pode indicar que as famílias omitissem alguma posse durante o processo de inventário, portanto, que essa possibilidade não seja descartada, assim

---

<sup>408</sup> LABHIST – Inventários post-mortem. Inventariado: Lina Maria. Inventariante: João José d'Oliveira. São Raimundo Nonato – PI. SÉC. XIX. Cx. 03. 1861.

<sup>409</sup> LABHIST – Inventários post-mortem. Inventariado: Francisco Pereira de Lacerda. Inventariante: Delfina Maria Francisca. São Raimundo Nonato – PI. SÉC. XIX. Cx. 07. 1883.

<sup>410</sup> LABHIST – Inventários post-mortem. Inventariado: Anna Maria de Jesus. Inventariante: Francisco Henrique Ferreira Guerra. SÉC. XIX. Cx. 07. 1886.

como não é excluída a possibilidade de declarem bens que não existiam. No entanto, isso não elimina o valor histórico desse documento para a análise das condições socioeconômicas de um determinado lugar, bem como de uma família. Como um processo judicial, os inventários seguiam uma série de procedimentos legais. A começar, pelo fato que a legislação determinava que, em caso de ocultação de bens, poderia perder o direito sobre ele, pagar o dobro que valia e incorrer no crime de prejuízo. Logo após a declaração dos bens pelo inventariante, caso algum herdeiro não concordasse com a descrição, procedia-se à investigação no intuito de verificar se as informações prestadas condiziam com a realidade. Tudo isso leva a crer que os bens declarados nos arrolamentos e inventários aproximavam-se da realidade financeira da família.

Em relação à composição dos bens dessas pequenas fortunas, verificamos que a maioria tinha posses de terras, muito provavelmente era assim que conseguiam manter-se, produzindo para a subsistência. Amaral, analisando algumas comarcas da província de Sergipe, constatou um número elevado de posse de terra para a menor faixa de riqueza, evidenciando que “assim que conseguiam juntar algum dinheiro, o investiam em seus próprios sítios, ou em salinas, ou, no caso das cidades, em outros bens, como casas e canoas de aluguel”. Dessa forma, o percentual de posse de terras entre os menos afortunados da região constituiu um indicativo toda a vez que as condições econômicas permitiam as famílias investirem na compra de algum pedaço de terra.<sup>411</sup> Possuir terra era fundamental para o projeto de uma vida em liberdade e com autonomia. No estudo sobre trabalhadores negros/emigrantes em Feira de Santana (Bahia), Mayara Pláscido Silva afirma que “a posse de algum pedaço de terra adquiriu uma importância central nas experiências de famílias pobres”.<sup>412</sup>

Como foi expresso em outra passagem, a criação do gado (cavalar e vacum) estava disseminada entre todas as faixas de riquezas. Poucos foram os espólios que não registram cabeças de gado. Em uma região onde a pecuária era principal fonte de riqueza, as famílias procuravam investir na criação do gado. Assim sendo, de acordo com Ferreira,

[...] para as famílias mais pobres, conseguir juntar algumas cabeças de gado poderia ser indício de uma melhoria de vida em relação àquelas que viviam exclusivamente da lavoura, podendo significar, de certo modo, um primeiro passo no sentido de uma distinção social. É sintomático o fato de que, entre as famílias com fortunas pequenas, no percentual daqueles que não tinham criações de gado havia grande participação de viúvos ou pessoas solitárias em idade avançada, e neste caso, ou já tinham partilhado aquilo que juntaram durante a vida com os descendentes ou o patrimônio tinha sido consumido pela ação do tempo. Invariavelmente, os casais relativamente jovens,

---

<sup>411</sup> AMARAL, 2012, p.286.

<sup>412</sup> PLÁSCIDO S., 2017, p.34.

sobretudo com filhos, tinham como preocupação fundamental o investimento em gado bovino.<sup>413</sup>

Nessa faixa de riqueza, predominaram pequenos criadores com rebanhos com uma média de quinze cabeças de gado *vacum* e cinco de cavalar por família.<sup>414</sup> Um pouco acima dessa média, mas ainda no grupo das pequenas fortunas, estava o pequeno criador Raimundo José Rodrigues Coêlho. Em julho de 1878, quando se procedeu ao processo de inventário dos bens pelo falecimento de sua esposa Antonia Rodrigues do Espírito Santo<sup>415</sup>, foram inventariadas 11 vacas paridas, nove vacas solteiras, seis garrotes, 19 novilhotes, quatro cavalos e uma burra, somando 50 animais. Embora não fosse um grande rebanho, era fundamental para economia da família, uma vez que correspondia a 91,49% do valor dos bens da família, que, por inteiro, totalizou 793\$500 réis.

A pobreza também se revelava por meio das condições de moradia.<sup>416</sup> Entre as pequenas fortunas, na maioria, não há registro de casas. A ausência do registro de casas de moradas pode ser um indicativo de que a família poderia residir em casas com estruturas precárias que não agregava valor ao patrimônio familiar, bem como pode sugerir que a família vivia em residência que não era sua, por exemplo, como agregado. Entre aqueles que possuíam moradia própria, os inventários mostram casas em geral feitas de taipas e cobertas com telhas, palhas ou cascas de árvore. Pequenas moradas com estruturas produtivas reduzidas a roças para plantações, um curral para cuidar do gado, chiqueiros e, em alguns casos, casas de farinhas.

Em terras da fazenda Curral de Campo, no lugar denominado Barra da Vereda, o casal Angela Arcanjo do Nascimento<sup>417</sup> e Saturnino José de Sousa possuía "uma casa pequena de um vão coberta de telha tapada de taipa que, digo sem porta alguma". Na fazenda Santo Antonio, no lugar denominado Serrote, o tenente Antonio Francelino de Souza Lima<sup>418</sup> possuía "uma casa de taipa coberta de palhas, alias de casca, avaliada em cem mil réis". Esses fragmentos mostram um modo simples de morar.

Recorremos novamente ao romance oitocentista **Ataliba, O vaqueiro**, de Francisco Gil Castelo Branco. A descrição feita pelo autor da casa da Tia Deodata, uma das personagens principais da narrativa, se aproxima o modo de residir das famílias mais pobres daquele sertão,

---

<sup>413</sup> FERREIRA, 2008, p.163.

<sup>414</sup> Média calculada a partir da declaração dos animais nos inventários analisados.

<sup>415</sup> LABHIST – Inventários post-mortem. Inventariado: Antonia Rodrigues do Espírito Santo. Inventariante: Raimundo José Rodrigues Coêlho. São Raimundo Nonato – PI. SÉC. XIX. Cx. 06. 1878.

<sup>416</sup> FERREIRA, 2008.

<sup>417</sup> LABHIST – Inventários post-mortem. Inventariado: Angela Arcanjo do Nascimento. Inventariante: Saturnino José de Sousa. São Raimundo Nonato – PI. SÉC. XIX. Cx. 07. 1884.

<sup>418</sup> LABHIST – Inventários post-mortem. Inventariado: Antonio Francelino de Souza Lima. Inventariante Maria José de Souza Lima. São Raimundo Nonato – PI. SÉC. XIX. Cx. 08. 1869.



verificada através da análise dos inventários, como os poucos móveis, as distribuições dos espaços internos da casa, apropriação de materiais locais para as mais variadas funções.

A casa da tia Deodata, como geralmente as cabanas do sertão, era coberta de piaçava. As divisões dos aposentos, também construídos do mesmo material, tinham portas de esteiras em talos de buriti.

[...]

Uma puxada em forma de varanda, prestava agasalho aos viajantes que armavam as suas redes nas linhas de carnaubeiras, que partiam dos esteios.

Vários ganchos de galhos de árvores, pendurados por todos os lados, substituíam as funções de excelentes cabides.

Na sala principal a mobília consistia em dois mochos forrados de sola e um grande pote descansado em uma forquilha de três hastes, enterrada no chão, trazendo ele o competente testo, coroado de uma caneca de folha de Flandres, furadinha e muito amarelada pelo tempo [...].<sup>419</sup>

No início do século XX, o arquiteto Paulo Thedim Barreto percorreu o norte e o sudeste do Piauí para investigar a sua arquitetura. O relato de sua expedição foi publicado, em 1938, na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional com título "O Piauí e a sua Arquitetura".<sup>420</sup> Constituiu umas das primeiras referências sobre a arquitetura e os bens móveis tradicionais do Piauí. Barreto investigou diversas moradias e, entre elas, estavam casas edificadas nos séculos XVIII e XIX.<sup>421</sup> Sobre o material e a forma que eram construídas, relatou o seguinte:

[...] as construções eram de taipa formada com troncos de carnaúba, espaçadas de 0,35 e o varamento de marmeleiro, distanciados de 0,10 e amarrados com relho de couro de bôî; enchimentos de pedra e barro; encaibramento de tronco de carnaúba, e do mesmo material o ripamento; telha vâ; piso de terra batida; esquadrias cheias e largas; portas com 1,50, de paúdarco; pés direitos altos; paredes de meia altura; avarandados largos e baixos.<sup>422</sup>

As pesquisas arqueológicas realizadas confirmam que tantos os estabelecimentos rurais como os urbanos sanraimundense do século XIX utilizavam sobretudo materiais locais nas construções. Apontam ainda que não havia grandes diferenças entre a forma de morar das famílias mais abastadas em relação as menos afortunadas, isso no que diz respeito ao modo como eram construídas as casas. A mudança mais significativa, observada por meio das

<sup>419</sup> BRANCO, 2016, p.44.

<sup>420</sup> BARRETO, Paulo Thedim. **O Piauí e a sua Arquitetura**. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro. n. 2. 1938. p.187-224. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=23&busca=&pagina=4>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

<sup>421</sup> DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Um Sertão entre tantos outros: Fazendas de gado nas Ribeiras do Norte**. 2013. 323 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p.155.

<sup>422</sup> BARRETO, 1938, p.206.

descrições dos bens familiares, está no tamanho das moradias e no “recheio” da casa, ou seja, na presença de mais móveis e utensílios domésticos.<sup>423</sup>

Analisando as condições de moradia da população do sertão de Xique-Xique, Ferreira verificou que “a valorização dos espaços de moradia não era requisito comum no sertão”. No decorrer do século XIX, muito lentamente houve melhoramento nas condições de moradia, com a construção de moradas maiores e com melhores mobiliários. Porém, essas condições eram reduzidas à parcela diminuta da população que possuía mais recurso. A população menos afortunada morava em “precárias construções de madeira e barro coberta de palhas de carnaúbas, ou mesmo de pindoba e de casca de árvores”. No demais, além de abrigar um grupo familiar, as casas eram lugares que demandavam múltiplas tarefas, “eram enfim, ao mesmo tempo, uma unidade de residência e uma unidade econômica de produção.”<sup>424</sup>

Embora os inventários não deixem claro as profissões/ocupações dos membros das pequenas fortunas, a análise dos inventários indica que se tratam de pequenos criadores de gado e roceiros que utilizavam a mão-de-obra familiar para criarem os seus pequenos rebanhos e cultivar as roças. A pequena produção não era suficiente para construir uma vida com condições melhores. Os poucos bens presentes nos inventários dessa faixa de riqueza comprovam a limitação na qual viviam.

Durante a segunda metade do século XIX, ocorreram várias secas que atingiram o sertão do Piauí, da Bahia, de Pernambuco e do Ceará.<sup>425</sup> Conforme foi exposto no primeiro capítulo, a região de São Raimundo Nonato era (é) constantemente atingida por secas. Provida de condições materiais limitadas, a população pobre era sempre quem mais sofria com os efeitos das secas, uma vez que vivia praticamente da criação do gado e das pequenas lavouras, e nem sempre a produção era suficiente para acumular recursos para o período de secas. E mesmo em anos em que a produção era melhor, faltavam condições apropriadas para o armazenamento dos grãos e da farinha de mandioca. Quanto à criação do gado, embora com maior resistência à seca do que agricultura, não isenta aos seus efeitos, a falta de água e alimento levava a morte às vezes de todo o rebanho.

---

<sup>423</sup> Cf. NEGREIROS, Rômulo Macêdo Barreto de. **As trilhas da morte no Sertão das Pimenteiras – PI (1769-1815): caracterização e reconhecimento arqueológico de um território.** 134 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife, 2012; RIBEIRO, Marcelo Alves. **SÍTIO ARQUEOLÓGICO FAZENDA ÁGUA VERDE – PI: Retalhos Históricos e detalhes Arquitetônicos.** 78 f. TCC (Graduação) - Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial, Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, São Raimundo Nonato - PI, 2013; SILVA, Flávio André Gonçalves da. **São Raimundo de Belas Paisagens, Muitas Histórias: Um Diagnóstico sobre o patrimônio edificado de São Raimundo Nonato- PI.** 2009. 73 f. TCC (Graduação) - Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial, Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, São Raimundo Nonato - PI, 2009.

<sup>424</sup> FERREIRA, 2008, p.157.

<sup>425</sup> FERREIRA, Op.Cit.

Os relatos dos estragos causados pelas secas estão presentes nos mais diversos documentos sobre a região, seja nas correspondências aos presidentes da província; nas atas da Câmara Municipal; nos inventários *post-mortem*; nos relatórios dos presidentes da província; nos escritos de viajantes; na literatura. Todos descrevem períodos em que a população pobre experimentou situações de fome, sede, flagelo, doenças, entre outros males ocasionados à privação de comida e água.

Embora a seca seja um fenômeno natural, seus efeitos se tornam uma questão inerente à organização socioeconômica e política. Em correspondência ao presidente da província do Piauí, a Comissão de Socorro de São Raimundo Nonato informava que “esta vila é habitada quase exclusivamente por famílias pobres”, e completava a observação afirmando que os poucos recursos que existiam estavam “em mão de alguns mais favorecido da fortuna” e esses “estão isolados em suas fazendas umas a 10 outras a 20 léguas e mais léguas distante”.<sup>426</sup> Eram esses fazendeiros, criadores de gado, que construíram melhores estruturas de vida através da exploração da mão-de-obra escravizada, dos trabalhadores pobres e meeiros.

Para alguns desses fazendeiros, a ocorrência de secas era oportunidade para negócios. Durante a seca de 1889, a Comissão de Socorro de São Raimundo Nonato fez um contrato com o criador de gado José Porphirio de Miranda Junior para fornecer mensalmente “vinte cabeças de gado para serem abatidas e distribuídas com a população indigente vítima da seca”.<sup>427</sup>

Conforme Ferreira, as famílias dos fazendeiros e negociantes experimentavam a seca de maneira diferente dos pequenos proprietários, escravos e lavradores livres sem terras próprias.

As famílias de fazendeiros, além de poderem dispor mais facilmente de uma reserva de recursos, não raro possuíam várias parcelas de terras com localizações diferenciadas, o que gerava uma gama mais ampla de alternativas de deslocamento de gados e pessoas e, portanto, um maior poder de resistência. Ao primeiro prenúncio de seca, nas terras dos fazendeiros, batiam-se as porteiras dos currais mal situados. Era sobre aqueles que dependiam fundamentalmente da agricultura que o peso da estiagem se fazia sentir mais rapidamente e com maior intensidade, pois viviam daquilo que era imediatamente produzido e, em geral, não tinham condições de criar uma reserva de recursos que os amparassem em “tempos de vacas magras”.<sup>428</sup>

---

<sup>426</sup>APPI – Séries Municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. 09 de outubro de 1889.

<sup>427</sup>APPI – Séries Municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. 08 de agosto de 1889.

<sup>428</sup> FERREIRA, 2008, p.179.

Contudo, isso não significa que os fazendeiros eram totalmente imunes aos efeitos das secas, mas, por possuírem uma disponibilidade maior de recursos, experimentavam as consequências dos períodos de estiagem de maneira dessemelhante da população pobre. Como afirmou Jackson André da Silva Ferreira, “a falta prolongada de chuva atingia a todos, do grande proprietário ao pequeno criador e agricultor. Entretanto, seus efeitos eram mais terríveis sobre esses últimos e naqueles que viviam de alugar sua força de trabalho nos currais, roças e propriedades alheias”.<sup>429</sup>

A organização fundiária do Piauí tornava ainda mais nocivos os efeitos da seca para a população pobre. As terras mais férteis pertenciam às famílias com melhores condições financeiras. Segundo Ivana Cabral,

as características originadas a partir da forma de colonização e ocupação das terras piauienses com a grande concentração sob domínio das elites que limitava o acesso as terras, impedindo a produção dos trabalhadores rurais pobres e conseqüentemente uma maior produção de gêneros agrícolas tornava a região ainda mais sensível ao fenômeno, como o que ocorreu nos anos de 1877 a 1879, um dos períodos em que o sertão piauiense mais sofreu com o impacto da estiagem e da falta de gêneros alimentícios de primeira necessidade.<sup>430</sup>

As ações adotadas pelo governo imperial e provincial no sentido de ajudar “as vítimas das secas” eram paliativas e não resolviam o problema da população. O fornecimento de alimento – em geral carne e farinha – era a principal ação empregada e, na maioria das vezes, com distribuição irregular e insuficiente para toda a população carente do município. Além disso, o governo provincial demorava vários meses para mandar “os socorros públicos”. Acumulam-se, nas correspondências da Comissão de Socorro, reclamações dos descasos do governo provincial com a população carente do município.<sup>431</sup> Ivana Campelo Cabral destaca que:

Esta política assistencialista imperial estava assentada em grandes investimentos financeiros oriundos diretamente dos cofres do império e além de representarem algumas poucas melhorias aos imigrantes e flagelados, foi também uma valiosa oportunidade das elites provinciais se apoderarem dos investimentos em benefícios próprios, o que teria sido as bases do surgimento das práticas ilícitas de enriquecimento das elites aproveitadoras e inescrupulosas a partir do sério problema das secas no Nordeste. As verbas destinadas às províncias eram solicitadas em caráter de urgência e a

<sup>429</sup> FERREIRA, Jackson André da Silva. **Gurgalha: um coronel e seus dependentes no sertão baiano (Morro do Chapéu, século XIX)**. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador/BA, 2004, p.207.

<sup>430</sup> CABRAL, 2013, p.79.

<sup>431</sup> APPI – Séries Municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. 08 de agosto de 1889.

fiscalização dos gastos não era muito criteriosa, lançando margens a gastos indevidos e superfaturamentos das ações realizadas.<sup>432</sup>

Nota-se ações semelhantes a esta má ingerência na construção de um açude público no rio que corta a vila de São Raimundo Nonato que amenizaria o problema da frequente falta de água na região, a qual levou vários anos para ser efetivada. Além dos problemas com a falta de recursos, as disputas políticas em torno do local de construção levaram o atraso na edificação da obra, que somente veio ser efetivada no início do século XX. Embora o açude resolvesse somente o problema da falta de água na sede da vila, era uma construção que traria grandes benefícios para população.<sup>433</sup>

Já nas últimas décadas do século XIX, os presidentes da província passaram a adotar uma postura diferente em relação ao “socorro público”. Em 1889, através da Circular de 20 de abril, o presidente Dr. Raymundo José Vieira da Silva recomendou aos membros da Comissão de Socorro que, ao invés de distribuir alimentos, “que fizessem-se distribuições de socorros em salários a pessoas avaliadas, que deveriam empregar-se em obras de utilidade pública nos respectivos lugares”.<sup>434</sup> Em toda a província, emigrantes foram utilizados para a construção de obras públicas, como expôs o referido presidente no relatório de 1889:

Assim, ordenei que se fizessem, por emigrantes, os concertos de que necessitam a matriz de Regeneração e da capela do Natal.

Mandei construir dentro muro da casa de detenção desta capital, um barracão que servisse de abrigo aos alienados ali recolhidos.

Mandei fazer os serviços de duas secções dos taludes à margem do rio Parnayba, e o raio do hospital da Santa Casa de Misericórdia, as duas torres da Matriz de N. S do Amparo e o patamar do elegante templo de S. Benedicto, tudo nesta capital.

Mandei construir as pontes de madeira nos riachos S. Domingos, Cavallo e P..., conforme era de conveniência ao trânsito público.

Na Parnayba, mandei aterrar os pântanos que tem poderosamente concorrido para o desenvolvimento do empaludismo (impaludismo) que epidemicamente grassa n’essa cidade.

Em Campo Maior, se está reconstruindo o açude ali existente.

Em Oeiras mandei fazer uma estrada até o porto da Conceição, como há muitos anos reclama a população.

Em Jaicós ordenei que os emigrantes fossem empregados nos concertos do próprio provincial, que serve de cadeia, e assim em todas as outras localidades.<sup>435</sup>

<sup>432</sup> CABRAL, 2013, p.83.

<sup>433</sup> APPI – Séries Municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Câmara Municipal/Caixa 642. Ano de 1886.

<sup>434</sup> PIAUÍ (Província). Relatório Presidente da Província do Piauí Dr. Raymundo José Vieira da Silva. – Teresina. Typ. da Imprensão. 2 de junho de 1889. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

<sup>435</sup> PIAUÍ (Província). Relatório Presidente da Província do Piauí Dr. Raymundo José Vieira da Silva. – Teresina. Typ. da Imprensão. 2 de junho de 1889. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

O presidente da província do Piauí, Dr. Raymundo José Vieira da Silva, argumentou que ao distribuir os “socorros públicos” por meio de salários era possível ao mesmo tempo amparar a população e fazer melhoramento em obras públicas. Nas palavras do presidente “como vê V. ex.<sup>a</sup> socorrendo a população, tenho aplicado os dinheiros em melhoramentos de utilidade, e que a província não poderia realizar tão cedo”.<sup>436</sup> Ivana Cabral verificou que muitos trabalhadores (emigrantes, em geral) utilizaram os empregos oferecidos pelo governo como tática de sobrevivência às crises provocadas pela seca.<sup>437</sup>

Quando todos os recursos esgotavam-se, a ajuda do governo não chegava e a chuva não vinha, a saída era migrar para outras regiões. Muitas pessoas da região de São Raimundo Nonato encontraram na migração uma possibilidade de sobrevivência<sup>438</sup>. No início da década de 1860, o presidente da Província do Piauí, Dr. Manoel Antonio Duarte de Asevedo, informou que, devido à seca, a população de São Raimundo Nonato tinha emigrado para outras regiões da província, como se vê:

Grandes secas, porém, assolaram todo o centro, e sul da província; muitas fortunas se arruinaram; a população miserável se reduziu a alimentação de raízes, e de folhas de árvores; e a fome, com apparalo (sic) assustador, apareceu dura, e tremenda em diversas localidades.

Em São Raimundo Nonato a população emigrou da Villa em demanda para outros municípios. Em Oeiras, nos Picos, e sobretudo em Paranaguá, fez-se o flagelo sentir apera, e terrivelmente.

Conjurar os estragos do mal era do rigoroso dever da administração. O estabelecimento de S. Diogo, criado pelo meu ilustrado antecessor deu fácil abrigo à povoação de S. Raimundo.<sup>439</sup>

Decidir a hora de migrar não era fácil, isto porque representava uma ruptura bruta no cotidiano. Abandonar a casa, terras, roças, criações e benfeitorias, muitas vezes construídas com grande esforço, era uma decisão difícil, porque envolvia questões materiais, bem como psicológicas. Além disso, a grande questão era saber o momento certo para isso, não poderia ser tão tarde, quando já não havia mais recursos para fazer a viagem, nem tão cedo, porque a esperança de uma possível chuva poderia mudar toda a situação. Uma decisão radical, cheia de incertezas e a possibilidade de nunca mais retomar a sua terra natal. A longa viagem envolvia vários riscos, como morrer de sede ou fome. Ao chegar ao destino, era preciso conseguir terras

<sup>436</sup> PIAUÍ (Província). Relatório Presidente da Província do Piauí Dr. Raymundo José Vieira da Silva. – Teresina. Typ. da Imprensa. 2 de junho de 1889. Disponível em: <https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

<sup>437</sup> CABRAL, 2013, p.87.

<sup>438</sup> APPI – Série Municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Câmara Municipal/caixa 642. 17 de abril de 1884.

<sup>439</sup> PIAUÍ (Província). Relatório Presidente da Província do Piauí Dr. Manoel Antonio Duarte de Asevedo. Teresina. Typographia – conservadora. 15 de abril de 1861. Disponível: <https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

para plantar e criar; encontrar um trabalho, que nem sempre existia e um lugar para morar, que, muitas vezes, era precário.

Na década de 1860, houve uma grande seca que atingiu todo centro e sul da Província do Piauí, o que levou muitas famílias pobres de São Raimundo Nonato a emigrarem para Bom Jesus, ao sul da Província.<sup>440</sup> Naquela época, o governo da província mandou construir o estabelecimento de São Diogo<sup>441</sup> para abrigar essa população.<sup>442</sup> Bom Jesus era apenas um dos lugares para onde a população da região migrava. As províncias vizinhas (Bahia, Pernambuco e Maranhão) também foram destinos dessa marcha. De acordo com Cabral, “os fluxos migratórios tinham como principais destinos as áreas próximas aos rios São Francisco, Parnaíba e Vale de Cariri, além das regiões litorâneas e as matas próximas à Floresta Amazônica”.<sup>443</sup> Em movimento contrário, o Piauí recebia famílias vindas de outras regiões, sobretudo das províncias do Ceará e Bahia, que passaram por longas e severas secas nas décadas de 1870 e 1880.<sup>444</sup>

Em meio a essa situação complexa para muitas famílias e tendo em vista principalmente aquelas em extrema pobreza, migrar não era uma opção. Não restavam recursos suficientes para fazer as longas viagens. Por isso, apelavam para uma vida de mendigagem pelas fazendas e ruas da vila. Pedir esmolas era uma alternativa encontrada por muitas pessoas como uma última alternativa de sobrevivência. Em correspondência ao presidente da Província do Piauí, a Comissão de Socorro de São Raimundo Nonato – formada pelo Vigário Pedro Alvares de Araujo e Promotor Público, Pedro Emigdio da Silva Rios – comunicou que:

Efetivamente, Exmo. Senhor, a calamidade neste é mais do que se representa à imaginação de quem a não está vendo e sentindo! Imagine V. Ex.<sup>a</sup>. um lugar onde plantação completamente e todos os cereais, onde não há legumes de qualidade alguma, onde só existe a carne e esta já estão magra que mal se pode tragar, onde a criação está se acabando pela fome e pela sede, sendo já difícilimo achar-se animal em que se posso tirar uma carga, onde finalmente o povo não encontra mais recursos algum natural, por que já tudo está esgotado, e terá V. Ex.<sup>a</sup>. uma ideia senão completa, ao menos aproximado do atual estado deste município.

Além do que fica dito ocorre a circunstância da nudez: familiares já não podem aparecer para esmolar o pão da caridade publica por envergonhar-se

<sup>440</sup> PIAUÍ (Província). Relatório Presidente da Província do Piauí Dr. Diogo Velho Cavalcanti D’Albuquerque. – Teresina. Typ. Constitucional de J. de S. Leite. 16 de maio 1860. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

<sup>441</sup> Infelizmente não dispomos de informações sobre a criação e funcionamento desse estabelecimento. No entanto, sabe que enfrentou vários problemas, sobretudo com violência, decorrentes da falta de policiamento.

<sup>442</sup>PIAUÍ (Província). Relatório do Presidente da Província do Piauí Coronel Ernesto José Baptista. Teresina. Typografia - constitucional - De J.da S. Leite. 27 de julho de 1859. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

<sup>443</sup> CABRAL, 2013, p.81.

<sup>444</sup> CABRAL, Op.Cit. p.82.

de si próprias, e muitas que aparecem ...ao menos susceptível. Também revela dizer V. Ex. estamos ameaçados da peste: febres de caráter typhios (febre tifoide) tem acometido diversas casas, sendo que na 1ª dita já morrerão 5 pessoas e muitas outras se acham enfermas.<sup>445</sup>

Conforme Ferreira, “a seca iluminava a face mais feia da pobreza sertaneja e aos anos de más colheitas sucedia-se a escassez de alimentos e a alta no preço dos grãos, infortúnios não raros seguidos por febres e epidemias que acometiam a população já enfraquecida”<sup>446</sup>, que leva muitas pessoas à morte.

As secas foram um fator agravante nas condições de vida da população liberta, bem como dos pobres livres. Por isso, uma vez alcançada a alforria, as condições de vida fora da servidão não eram exatamente as melhores. São Raimundo Nonato era uma região economicamente pobre, com oportunidades de trabalho limitadas. A sobrevivência familiar dependia, acima de tudo, da criação do gado e da agricultura, essas dependiam da ocorrência de chuvas que, em muitos anos, não vinha, em outros, eram irregulares. A conquista da liberdade jurídica nem sempre significava uma liberdade plena, por não ter terra e nem condições materiais de sobrevivência, muitos libertos continuavam a viver e trabalhar para os seus antigos senhores, muitas vezes, em regime semelhante ao do cativo.

---

<sup>445</sup> APPI – Arquivo Público do Piauí. Séries Municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. 26 de setembro de 1889.

<sup>446</sup> FERREIRA, 2008, p.180.



## CONCLUSÃO

Na segunda metade do século XIX, as velhas fazendas de gado originárias de antigas sesmarias – caracterizadas pelas longas extensões de terras – estavam em processo de fragmentação, por isso, embora ainda houvesse fazendas com grandes extensões territoriais e até mesmo produtivas, a principal característica fundiária no período era o predomínio de pequenas propriedades – sítios, currais e roças. São Raimundo Nonato era uma região economicamente pobre, dependia sobretudo da criação do gado (vacum e cavalar), sua principal fonte de riqueza. A maioria da população criava pequenos rebanhos e a produção agrícola era voltada, especialmente, para suprir as necessidades locais. A análise da estrutura produtiva demonstrou que a pecuária e a agricultura eram praticadas de forma rústica e com poucas ferramentas e equipamentos.

Por todo o século XIX, a criação do gado foi a principal atividade produtiva desenvolvida na região, somente na última década que o extrativismo da borracha da maniçoba provocou transformações na economia e, por conseguinte, na organização social. No período, houve crescimento do centro urbano, que não foi suficiente para mudar o quadro dispersivo e rural da população.

O território de São Raimundo Nonato era relativamente grande e com fazendas, roças, sítios e moradas espalhados em todos os cantos, por isso, um grande problema para as autoridades locais em vários sentidos, como na aplicação e fiscalização das leis, nas contagens populacionais, na arrecadação do dízimo, no andamento de processos e na realização de casamentos e batismos. Conhecer a gente local foi um desafio, sobretudo no que diz respeito a acompanhar os movimentos populacionais, contudo, podemos afirmar que a população estava em crescimento, principalmente a livre. Nas décadas seguintes à Lei Eusébio de Queirós (em 1850), a população cativa foi diminuindo a medida em que os anos avançavam. Ao final do sistema escravista, em 1888, restavam poucas pessoas em condição jurídica de escravizadas no município de São Raimundo Nonato, no entanto, a maioria da população era formada por pessoas de ascendência negra, como foi verificado através dos dados do Censo de 1872. Esses dados demonstram que os negros foram a base principal da constituição e da formação da população da região.

Mas quem eram esses trabalhadores escravizados? Foi uma das questões que procuramos responder ao longo deste trabalho. Vimos que eram sobretudo crioulos, ou seja, escravos nascidos do Brasil. A presença de africanos era reduzida e entre pessoas com idade

avançada. Outro aspecto observado sobre a população cativa local foi a significativa presença de mulheres e crianças, de forma que, para todos os períodos analisados, observamos equilíbrio entre a quantidade de homens e mulheres. No começo da segunda metade do século, as mulheres eram ainda em menor número, já, no final do período escravista, registrou-se uma leve superioridade feminina. No que se refere à composição etária, a presença de crianças e jovens foi significativa, indicativo que a população estava se reproduzindo, o que sustenta a afirmação que os senhores locais não dependiam diretamente do tráfico de escravos para manterem as suas posses. A reprodução endógena foi, para aquele período, o principal mecanismo de manutenção da posse de cativos, sobremaneira nas décadas seguintes ao fim do tráfico atlântico de escravos em 1850. Porém, o número de escravos nascidos não foi suficiente para provocar um aumento populacional.

Munidos de informações sobre o perfil dos trabalhadores escravizados, emerge o seguinte questionamento: como essa mão-de-obra escravizada era utilizada? Verificamos que os serviços da roça foram a principal atividade desenvolvida pelos cativos da região, seguido pelos afazeres domésticos e a lida com o gado. Nas fazendas, sítios, roçados e casas, os trabalhadores escravizados desenvolveram as mais variadas funções. Constituíram uma importante força de trabalho para criadores e agricultores locais. Todavia, no período em estudo, poucos proprietários possuíam escravos – como foi visto no primeiro capítulo – e a maioria tinha menos de quatro escravos. Os escravos eram, para o contexto local, “bens” valiosos e, apesar de não ser o item que apareceu com maior frequência entre os inventários analisados, posto ocupado pelas posses de terra e cabeças de gado, os escravos eram o principal item que atribuía valor aos patrimônios familiares. As maiores fortunas da região pertenciam aos maiores proprietários de escravos.

Construir famílias foi uma experiência vivenciada por muitos cativos da região. Na documentação analisada, foi possível observar vários fragmentos de diferentes arranjos familiares entre os escravos, com a população livre e liberta. O espaço do cotidiano familiar e as relações estabelecidas com senhores e a comunidade em geral foi fundamental para a conquista de espaços de autonomia e sobrevivência ao cativo, bem como para a conquista da liberdade. Ao analisar as alforrias em São Raimundo Nonato, de modo especial, aquelas obtidas por meio dos recursos do Fundo de Emancipação, foi possível verificar que ser casado (principalmente com pessoa livre) foi importante para alcançar a liberdade.

Em dois momentos distintos da segunda metade do século XIX e dentro das restrições impostas pelas fontes, faz-se plausível afirmar que os escravos homens dependeram sobretudo da compra para alcançar a liberdade, enquanto que as mulheres tiveram maior oportunidade

para conseguir alforrias gratuitas. No entanto, o registro da carta de alforria nem sempre significava melhores condições de vida, além das possibilidades de revogação da alforria (isso para o período anterior a Lei do Ventre, em 1871). A documentação revela também que muitas alforrias foram adquiridas, utilizando o termo de Chalhoub, a títulos precários com cláusulas a serem cumpridas, seja de tempo ou serviço. Além disso, a conquista da carta de alforria nem sempre significava melhoras nas condições de vida. Um dos grandes problemas enfrentados tanto pelos libertos como pela população livre, sobretudo a pobre, foram as crises provocadas pelas secas.

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, tivemos acesso a uma grande quantidade de documentos referentes a São Raimundo Nonato em diferentes períodos do século XIX e até mesmo no início do XX, parte desse material não foi utilizado por não estar diretamente relacionado ao objetivo proposto. Com isso, queremos demonstrar a existência de muitas histórias sobre o povo sanraimundense, a cultura, a religiosidade, a economia e a política que estão aguardando historiadores para contá-las e ao mesmo tempo queremos fazer um alerta, nas andanças pelos locais que abrigam documentos históricos sobre a região, foi possível verificar que parte da documentação enfrenta sérios problemas de conservação. O grande desafio para a sociedade sanraimundense é preservar essa documentação, a sua memória. Um importante passo já foi dado nesse sentido através da criação do Laboratório de Documentação e Pesquisa em História – LABHIST, localizado no campus da UESPI. Hoje, o LABHIST constitui o mais completo acervo sobre São Raimundo Nonato e região para os séculos XIX e XX (inventários *post-mortem*, processo crimes e cíveis, testamentos, registros eclesiásticos, entre outros). À sociedade sanraimundense cabe a importante função de zelar pela conservação desse acervo fundamental para que se contém outras histórias, para que se preservem memórias, identidades e culturas, elementos que constituem e significam a sua cidadania.

Enfim, a caminhada até aqui foi cheia de momentos difíceis, mas também de grandes conquistas para a história de São Raimundo Nonato, para a historiografia sobre escravidão no sertão nordestino pecuarista. Ao inserir a análise de realidades pouco estudadas, o campo do conhecimento expande e novos questionamentos emergem. Este texto é uma pequena contribuição para a história da escravidão negra e também um chamado – uma convocação – para que sejam feitas pesquisas sobre a região de São Raimundo Nonato, sobre o sertão e aqueles que viveram e fizeram as suas múltiplas histórias.

## FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 6.1. Fontes

APPI - Séries municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. 3 de setembro 1850.

APPI - Resolução Nº 313 de 15 de setembro de 1851. *Estabelece várias providencias policiais a bem da Villa de São Raimundo Nonato*. Código das Leis Pyauhienses de 1851.

APPI – Série Municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. “*Mappa estatístico da População do Município de São Raymundo Nonnato*”. Delegacia/Caixa: 174. 26 de maio de 1855.

APPI - Séries municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. 13 de fevereiro 1863.

APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. 25 de janeiro de 1867.

APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. Documentos diversos/caixa 174. 1 de fevereiro 1869.

APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. 9 de setembro 1872.

APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. *Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação*. Documentos diversos/caixa 174. 15 de julho de 1874.

APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Coletoria/Caixa: 641. 13 de abril de 1874.

APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Coletoria/Caixa: 641. 28 de dezembro de 1875.

APPI - Séries municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. Ano de 1875.

APPI - Séries municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. 25 de março de 1877.

APPI – Séries Municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. 15 de janeiro de 1877.

APPI - Séries Municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. Ano de 1878.

APPI - Séries Municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. 9 de fevereiro de 1878.

APPI - Séries Municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. 18 de setembro 1878.

APPI - Séries Municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. 12 de março de 1880.

APPI - Séries municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. 29 de março de 1881.

APPI – Séries Municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. 15 de maio de 1883.

APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Câmara Municipal/Caixa 642. 10 de janeiro de 1884.

APPI - Séries municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. Junho de 1884.

APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Câmara Municipal/Caixa 642. Ano de 1884.

APPI – Série Municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Câmara Municipal/caixa 642. 17 de abril de 1884.

APPI - Séries municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. 21 de novembro de 1885.

APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. “*Orçamento para a construção d’um açude na Vila de Sam Raimundo Nonnato*”. Câmara Municipal/Caixa 642. Ano de 1885.

APPI - Séries municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Câmara Municipal/Caixa 642. 20 de outubro 1886.

APPI – Série municípios/subsérie: *São Raimundo Nonato. Relação dos escravos libertos por conta do Fundo de Emancipação*. Documentos diversos/caixa 174. 16 de novembro de 1886.

APPI - Série Municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. “*Acta da continuação e encerramento dos trabalhos da Junta Classificadora de escravos dos municípios de Sam Raimundo Nonnato e Sam João do Piauí, para serem alforriados pela sétima quota do Fundo de Emancipação*”. Documentos diversos/caixa 174. 17 de agosto 1886

APPI – Séries Municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Câmara Municipal/Caixa 642. Ano de 1886.

APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. “*Matrícula Geral de Escravos do Município de São Raymundo Nonnato*”. Coletoria/Caixa: 641. Ano de 1886/7.

APPI – Série municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. “*Resumo geral dos escravos matriculados no Município de São Raymundo Nonnato*”. Coletoria/Caixa: 641. 11 de abril 1887.

APPI – Séries municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Câmara Municipal/Caixa 642. 26 de setembro de 1889.

APPI – Séries Municípios/subsérie: São Raimundo Nonato. Documentos diversos/caixa 174. 08 de agosto de 1889.

LABHIST - Inventários *post-mortem*, São Raimundo Nonato - PI, 1836 a 1888.

LABHIST. *Livro de Notas de Tabela público (incompleto)*. São Raimundo Nonato. Livro nº 1 (1865 – 1869).

LABHIST. *Livro de Notas de Tabela público*. São Raimundo Nonato. Livro nº 2 (1884 – 1888).

LABHIST. *Livro de Notas de Tabela público*. São Raimundo Nonato. Livro nº 3 (1893 – 1895).

LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Antonio da Rocha Soares. Inventariante: Antonia Maria Silva. São Raimundo Nonato – PI. SÉC. XIX. Cx. 01. 1840.

LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Gil Gomes Pereira. Inventariante: Mariana do Rego Monteiro. São Raimundo Nonato – PI. SÉC. XIX. Cx. 01. 1849.

LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Maria Joaquina de Jesus. Inventariante: José Pereira da Silva. São Raimundo Nonato – PI. Séc. XIX. Cx. 01. 1840.

LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Maria Joaquina de Jesus. Inventariante: Claro Dias Soares. São Raimundo Nonato – PI. Séc. XIX. Cx. 02. 1851.

LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: João Paulo da Silveira. Inventariante: Dorotheia Joaquina da Silveira. São Raimundo Nonato – PI. Séc. XIX. Cx. 02. 1854.

LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Bartholomeu Pereira Rego. Inventariante: Angela da Costa dos Humildes. São Raimundo Nonato – PI. Séc. XIX. Cx. 02. 1854.

LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Maria Madalena. Inventariante: Miguel Pereira de St<sup>a</sup> Anna. São Raimundo Nonato – PI. Séc. XIX. Cx. 03. 1858.

LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Lina Maria. Inventariante: João José d'Oliveira. São Raimundo Nonato – PI. SÉC. XIX. Cx. 03. 1861.

LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Izidio Pereira Rêgo. Inventariante: Maria Ignez de Jesus. São Raimundo Nonato – PI. Séc. XIX. Cx. 04. 1863

LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Mauricio Telles da Silva. Inventariante: Raimunda Francisca Xavier. São Raimundo Nonato – PI. Séc. XIX. Cx. 04. 1864.

LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Martinha Francisca Xavier. Inventariante: José Maria de Miranda. São Raimundo Nonato – PI. SÉC. XIX. Cx. 04. 1864.

LABHIST. Registro de carta de Francelina. Livro nº 1(1865-1869), fls.43 verso, 7 de setembro de 1867.

LABHIST. Registro de carta de liberdade de Manoel. Livro nº 1(1865-1869), fls.48 e verso, 12 de dezembro de 1868.

LABHIST. Registro de carta de liberdade de Desideria. Livro nº 1(1865-1869), fls.54 e verso, 02 de março de 1869.

LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Custódio Ribeiro Antunes. Inventariante: desconhecido. São Raimundo Nonato – PI. Séc. XIX. 05. 1870.

LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Jose Caetano de Figueiredo. Inventariante: Carlota Leopoldina Dias. São Raimundo Nonato – PI. Séc. XIX. Cx. 05. 1870.

LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Francisco Chavier de Macedo. Inventariante: Januária Maria da Conceição. São Raimundo Nonato – PI. Séc. XIX. Cx. 05. 1874.

LABHIST. Registro de carta de "Fulana de tal" filha de Zacharias e Maria. Livro nº 1(1865-1869), fls.38 verso e 39, 14 de março de 1875.

LABHIST – Inventários *post-mortem*: Inventariado: Jeronymo de Sousa e Nogueira Bozon e Lima e Francisca Adelina Lopes de Souza Lima. Inventariante: Sebastião Ribeiro Lima. São Raimundo Nonato – PI. SÉC. XIX. Cx. 06. 1877.

LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariante: Antonia Rodrigues do Espirito Santo. Inventariado: Raimundo José Rodrigues Coêlho. São Raimundo Nonato – PI. SÉC. XIX. Cx. 06. 1878.

LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Inventariado: Pulcheria. Inventariante: José Francisco. São Raimundo Nonato – PI. Séc. XIX. Cx. 06.1878.

LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Felipe Rodrigues Coêlho. Inventariante: Domeciana Mendes de Souza. São Raimundo Nonato – PI. Séc. XIX. Cx. 06. 1879.

LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Francisco Pereira de Lacerda. Inventariante: Delfina Maria Francisca. São Raimundo Nonato – PI. SÉC. XIX. Cx. 07. 1883.

LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Angela Arcanjo do Nascimento. Inventariante: Saturnimo José de Sousa. São Raimundo Nonato – PI. SÉC. XIX. Cx. 07. 1884.

LABHIST. Registro da carta de liberdade da escrava Maria. *Livro de Notas de Tabelião público*. São Raimundo Nonato. Livro nº 2 (1884 – 1888), fls.8 verso, 23 de junho de 1884.

LABHIST. Registro de carta de liberdade de Ephigenia, Raimunda e Joanna. Livro nº 2(1884-1888), fls.17, 12 de dezembro 1884.

LABHIST. Registro de carta de liberdade de Luiz. Livro n° 2(1884-1888), fls.32, 02 de setembro de 1885.

LABHIST. Registro de carta de liberdade de parte do escravo Jacintho. Livro n° 2(1884-1888), fls. 40 e verso, 1 de fevereiro de 1886.

LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Anna Maria de Jesus. Inventariante: Francisco Henrique Ferreira Guerra. SÉC. XIX. Cx. 07. 1886.

LABHIST. Registro de carta de liberdade de Emigdio. Livro n° 2(1884-1888), fls.54 e verso, 25 de fevereiro 1886.

LABHIST. Registro de carta de liberdade de Maria. Livro n° 2(1884-1888), fls.45, 06 de abril de 1886.

LABHIST. Registro de carta de liberdade de Escholastica. Livro n° 2(1884-1888), fls. 68, 18 de setembro de 1887.

LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Jesuina Angelica de Macêdo. Inventariante: Raimundo Martins Xavier de Macêdo. São Raimundo Nonato – PI. Séc. XIX. Cx. 03. 1888.

LABHIST. Registro de carta de liberdade de Escholastica. Livro n° 2(1884-1888), fls. 84, 13 de março de 1888.

LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Domingos Dias Soares. Inventariante: Anna Maria das Neves Subsérie: séc. XIX - Cx. 08. 1888.

LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Maria Joana da Conceição. Inventariante: Manoel José de Sousa. São Raimundo Nonato – PI. SÉC. XIX. Cx. 08. 1889.

LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Gertrudes Maria de Jesus. Inventariante: Emigdio Bispo Pereira Subsérie: séc. XIX – Cx. 09. 1896.

LABHIST – Inventários *post-mortem*. Inventariado: Innocencio Pereira de Assis. Inventariante: Theodora Maria da Conceição. Subsérie: séc. XIX – Cx. 09. 1897.

CRL'S DIGITAL DELIVERY SYSTEM (Ed.). Relatórios dos presidentes da Província do Piauí, Época do Império. 1835-1889. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 maio 2016.

PIAUI (Província). Fala que o Presidente da Província do Piauí Dr. Joze Antonio Saraiva dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial. Typ. Saquarema, Oeiras, 3 de julho 1851. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

PIAUI (Província). Relatório Presidente da Província do Piauí Dr. Joze Antonio Saraiva. – Oeiras: Typ.Saquarema. 3 de julho de 1851. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.



PIAUÍ (Província). Relatório Presidente da Província do Piauí Luiz Carlos de Paiva Teixeira. Teresina, 5 de dezembro 1853. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 maio 2016.

PIAUÍ (Província). Relatório do Presidente da Província do Piauí Coronel Ernesto José Baptista. Teresina. Typografia - constitucional - De J.da S. Leite. 27 de julho de 1859. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

PIAUÍ (Província). Relatório do Presidente da Província do Piauí Dr. Diogo Velho Cavalcanti D´Albuquerque. – Teresina. Typ. Constitucional de J. de S. Leite. 16 de maio 1860. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

PIAUÍ (Província). Relatório Presidente da Província do Piauí Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo. Teresina. Typographia – conservadora. 15 de abril de 1861. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

PIAUÍ (Província). Relatório Presidente da Província Dr. Adelino Antonio de Luna Freire. – São Luís do Maranhão: Typ. de B. Mattos, rua paz, 7. 9 de setembro de 1867. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

PIAUÍ (Província). Relatório Presidente da Província Dr. Polidoro Cezar Burlamaque. – Maranhão: Typ.de B.de Mattos, rua da Paz, 7. 1868. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

PIAUÍ (Província). Relatório do Presidente da Província do Piauí Dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa. – Teresina. Typ. da Moderação - rua Bella nº 42. 2 de janeiro de 1877. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

PIAUÍ (Província). Relatório Presidente da Província do Piauí Dr. Miguel Joaquim d´Almeida e Castro. – Teresina. Typ. Telephone. 5 de abril de 1883. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

PIAUÍ (Província). Relatório Presidente da Província do Piauí Dr. Raymundo Theodorico de Castro Silva. – Teresina: Typ. da imprensa – rua da Pallha. 1º de junho 1885. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

PIAUÍ (Província). Relatório Presidente da Província do Piauí Dr. Raymundo José Vieira da Silva. – Teresina. Typ. da Imprensa. 2 de junho de 1889. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

Hemeroteca da Biblioteca Nacional. *Jornal A Imprensa: Periódico Político (PI)* - Ano de 1886;

Hemeroteca da Biblioteca Nacional. *Jornal A Opinião Conservadora (PI)* - 1874 a 1876

Hemeroteca da Biblioteca Nacional. *Jornal A Época: Órgão Conservador (PI)* - 1878 a 1884 - Ano 1879\Edição 00040.

BRASIL (Império). Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento Geral do Império de 1872*. Rio de Janeiro. Typ. G. Leuzinger. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>>. Acesso em: 28 de março de 2017.

BIBLIOTECA DIGITAL DEL PATRIMONIO IBEROAMERICANO - BDPI (Org.). *Mapa da divisão civil, judiciária e eclesiástica da província do Piauí, com declaração aproximada da população livre e escrava*. 1856. Disponível em: <URL objeto digital[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mssII32\\_22\\_8.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mssII32_22_8.jpg)>. Acesso em: 28 jul. 2017.

BIBLIOTECA DIGITAL HISPÁNICA. Biblioteca Nacional de España. *Provincia do Piauíhy: Segundo projecto de nova divisão do Imperio pelo Deputado Cruz Machado, mandada lithographar pelo Illmo. Exmo. Sñr. Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira Ministro do Imperio e desenhada por José Ribeiro da Fonseca Silveiras, 1873; A.P. de Siqueira, 1875*. 1875. Disponível em: <<http://bdh.bne.es/bne/search/detalle/bdh0000018703>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

BRASIL (Império). Resolução 76, de 17 de julho de 1822. *Manda suspender a concessão de sesmarias futuras até a convocação da Assembleia Geral Constituinte*. Coletânea de Legislação e Jurisprudência Agrária e Correlata organizada por Joaquim Modesto Pinto Júnior e Valdez Farias (Brasília: MDA, 2007, p.44).

BRASIL (Império). LEI nº 601, de 18 de setembro de 1850. *Dispõe sobre as terras devolutas do Império*. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L06011850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L06011850.htm). Acesso em 19 de setembro de 2016.

BRASIL (Império). Decreto nº 1.695, de 15 de setembro de 1869. *Proíbe as vendas de escravos debaixo de prego e em exposição pública*. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1869, Página 129 Vol. 1 pt. I (Publicação Original).

BRASIL (Império). Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM2040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm). Acesso em 08 de junho de 2018.

BRASIL (Império). Decreto nº 4.835, de 1º de dezembro de 1871. *Aprova o Regulamento para a matrícula especial dos escravos e dos filhos livres de mulher escrava*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/historicos/dim/dim4835.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/dim4835.htm). Acesso em: 06 de novembro de 2017.

BRASIL (Império). Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872. *Aprova o regulamento geral para a execução da lei nº 2040 de 28 de setembro de 1871*. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1872, Página 1053 Vol. 2 pt. II.

BRASIL (Império). Decreto nº 6.341, de 20 de setembro de 1876. *Altera algumas disposições do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 5135 de 13 de novembro de 1872*. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1876, Página 1019 Vol. 2 pt. II.

BRASIL (Império). Lei nº 3270, de 28 de setembro de 1885. *Regula a extinção gradual do elemento servil*. <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66550>. Acesso em: 12 de março de 2017.

BRASIL (Império). Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888. *Declara extinta a escravidão no Brasil*. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 11 de setembro de 2018.

## 6.2. Referências bibliográficas

D'ALENCASTRE, José Martins. **Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí.** In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XX, 1857, pp. 13-163.

ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800.** Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. (Biblioteca básica brasileira).

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. **Alforrias em Rio de Contas, século XIX.** 2006. 174 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em História Social – Universidade Federal da Bahia - UFBA. Salvador/BA. 2006.

\_\_\_\_\_. **Escravos e libertos nas minas do Rio de Contas – Bahia, século XVIII.** 2012. 255 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador/BA, 2012.

\_\_\_\_\_. **Alforrias em Rio de Contas – Bahia: século XIX.** – Salvador: EDUFBA, 2012.

AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Um pé calçado, outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860-1900).** Salvador; Aracaju: Edufba/ Editora Diário Oficial, 2012.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1986.

AQUINO, Crisvanete de Castro. **Misticismo e simbolismo na “Cota da Tia”: um olhar sobre o patrimônio cultural imaterial de São Raimundo Nonato e entorno.** 2009. 64 f. (Monografia). Curso de Arqueologia e preservação patrimonial, Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, São Raimundo Nonato/PI, 2009.

ARAÚJO, Charlene Veras. A Lei do Ventre Livre no Piauí: disciplina e controle na transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado a segunda metade do século XIX. In: LIMA, Solimar Oliveira (Org.). **Historiografia da escravidão negra no Piauí.** Teresina - PI: EDUFPI, 2015, p.29-28.

ASSIS, Rafael da Silva. **Os Índios do Território Serra da Capivara: História, memória e ensino.** 2016. 101 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA, Universidade Federal do Tocantins – UFT. Araguaína/TO, 2016.

AZEVEDO, Elciene. **Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo.** Campinas – SP: Editora da Unicamp, 1999.

\_\_\_\_\_. Para inglês ver? Os advogados e a Lei de 1831. **Estudos Afro-Asiáticos,** Ano 29, nos 1/2/3, Jan-Dez 2007, pp. 245-280.

\_\_\_\_\_. **O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo.** Campinas - SP: Editora da Unicamp, 2010.

BARCELLAR, Carlos. O uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

BARICKMAN, B.J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges).

BARRETO, Paulo Thedim. **O Piauí e a sua Arquitetura**. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro. n. 2. 1938. p.187-224. Disponível:<http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=23&busca;=&pagina=4>. Acesso em: 28 jul. 2016.

BELLINI, Ligia. Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria. In. REIS, João José (org.). **Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil**. – Editora Brasiliense, 1988, p.73-86

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

BRANCO, Francisco Gil Castelo. **Ataliba, o vaqueiro**. 12. ed. Teresina: Fundação Quixote, 2016.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A elite colonial piauiense: família e poder**. – Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

\_\_\_\_\_. **O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII**. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999.

\_\_\_\_\_. **O vaqueiro: símbolo da liberdade e mantedor da ordem**. In: **História, cultura e sentimentos: outras histórias do Brasil**. Organizador: Antônio Torres Montenegro. Recife: Editora universitária UFPE, 2008

CABRAL, Ivana Campelo. **Sertanejos piauienses: trabalhadores livres no Piauí rural escravista (1850-1888)**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí – UFPI. Teresina/PI, 2013.

CARVALHO M., Mônica Valéria. **Senhores de Gado: relações de mandonismo no Sertão do Piauí, 1874-1888**. 2015. 109 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina-PI, 2015.

CARVALHO R., Genimar Machado. **Escravizados da Nação e educandos artífices nas obras públicas destinadas à construção de Teresina (1850-1873)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina/PI, 2013.

\_\_\_\_\_. “O Perfil dos Trabalhadores Escravizados de Teresina: uma análise do Censo de 1872”. IN.: EUGÊNIO, João Kennedy (org.). **Escravidão Negra no Piauí e Temas Conexos**. – Teresina: EDUFPI, 2014, p. 171-190.

CARVALHO, Miguel de. **Descrição do Sertão do Piauí, 1697**. Comentários e notas do Pe. Cláudio Melo. Teresina: Instituto Histórico e Geográfico Piauiense, 1993.

CASTRO, Hebe M. Mattos de Castro. Laços de família e direitos no final da escravidão. IN: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). **História da vida privada no Brasil: Império**. – São Paulo: Companhia das Letras, 1997.p.337-384

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. **Machado de Assis: historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. **Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)**. História Social, n. 19, segundo semestre de 2010.

\_\_\_\_\_. **Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CHAVES, J.R.F. **Obra completa**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

COSTA, Alex Andrade. **Arranjos de sobrevivências: autonomia e mobilidade escrava no Recôncavo Sul da Bahia (1850-1888)**. 2009. 196 f. Programa de pós-graduação em história regional e local, Universidade do Estado da Bahia – UNEB, 2009.

\_\_\_\_\_. **Tramas e Contendas: Escravos, forros e livres constituindo economias e forjando liberdades na baía de Camamú, 1800 -1850**. 2016. 213 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador/BA, 2016.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**. 6. ed. São Paulo: UNESP, 1999.

COTA, Luiz Gustavo Santos. “*Ora pro nobis*”: uma breve consideração sobre as ideias de escravidão, liberdade e abolição no discurso católico brasileiro. In: **Revista Eletrônica Cadernos de História**, Vol. IX, ano 5, n°1, 2010.

DA COSTA, Francisca Raquel. Em virtude dos bons serviços que tem prestado: modalidades, motivações e estratégias nas alforrias no Piauí Oitocentista (1850-1888). IN.: LIMA, Solimar Oliveira; SILVA, Rodrigo Caetano (org.). **Do norte ao sul: escravidão Brasil séc. XVI – séc. XIX**. – Teresina: EDUFPI, 2018, p.87-110, p.104.

\_\_\_\_\_. **Escravidão e conflitos: cotidiano, resistência e controle de escravos no Piauí na segunda metade do século XIX**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí - UFPI, Teresina/PI, 2009.

DAUWE, Fabiano. **A libertação gradual e a saída viável: os múltiplos sentidos da liberdade pelo Fundo de Emancipação de escravos**. 2004. 144 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense – UFF. Rio de Janeiro/RJ, 2004.

DIAS M., Claudete Maria. **Povoamento e despovoamento: da pré-história à sociedade escravista colonial**. FUMDHAMENTOS VII. 2008. p. 418-429. Disponível em: <http://www.fumdam.org.br/fumdhamentos>. Acesso em: 19 de junho de 2014.

\_\_\_\_\_. **Balaios e bem-te-vis: a guerrilha sertaneja**. – 3ª ed. rev. atual. – Teresina: EDUFPI, 2014.

DIAS, William Palha. **São Raimundo Nonato, de Distrito Freguesia a Vila**. Teresina: William Palha Dias, 2001.

DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Um Sertão entre tantos outros: Fazendas de gado nas Ribeiras do Norte**. 2013. 323 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo/SP, 2013.

EUGÊNIO. João Kennedy (Organizador). **Escravidão Negra no Piauí e temas conexos**. Teresina: EDUFPI, 2014.

FALCI, Miridan Britto Knox. **Escravos do Sertão: demografia, trabalho e relações sociais. Piauí. 1826-1888**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

FARIA, Ana Tereza D. Pena de. **Comunidade quilombola Lagoas**. -Belo Horizonte: FAFICH, 2016. Disponível em: [http://www.incra.gov.br/memoria\\_quilombola](http://www.incra.gov.br/memoria_quilombola).

FERREIRA S., Jackson André da. **Gurgalha: um coronel e seus dependentes no sertão baiano (Morro do Chapéu, século XIX)**. 2004. 278 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador/BA, 2004.

FERREIRA, Elisângela Oliveira. **Entre vazante, caatinga e serras: trajetórias familiares e uso do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX**. 2008. 404 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador/BA, 2008.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias e trajetórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP. Campinas/SP, 2004

FRAGOSO, João L. R. **Homens de grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FREIRE, Luiz Cleber Moraes. **Nem tanto ao mar nem tanto à terra: Agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850-1888**. 168 fls. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador – BA, 2007.

FREIRE, Luiz Cleber Moraes. **Nem tanto ao mar nem tanto à terra: Agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850-1888**. Feira de Santana-BA: UEFS Editora, 2011.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício.** – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história.** – São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IRFFI, Ana Sara R.P. Cortez. Cabras, caboclos, negros e mulatos: escravidão e núcleos familiares no Cariri Cearense (1850-1884). **Afro-Ásia**, vol. 53, ano 2016, p. 9-44

LARA, Silvia Hunold. Blowin' in the wind: E.P.Thompson e a experiência negra no Brasil. **Projeto História**, São Paulo, (12). out. 1995.

LEVI, Geovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA M., Luciano. **Cativos da "Rainha de Borborema": uma história social da escravidão em Campina Grande - século XIX.** 356 f. 2008. Tese (doutorado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Recife/PE. 2008

LIMA, Ivana Stolze. **Cores, marcas e falas: sentido da mestiçagem no Império do Brasil.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

LIMA, Solimar Oliveira (Org.). **Historiografia da escravidão negra no Piauí.** Teresina - PI: EDUFPI, 2015

\_\_\_\_\_. **Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822-1871).** - Passo Fundo: UPF, 2005.

\_\_\_\_\_. **Agricultura mercantil-escravista nas fazendas pastoris do Piauí: aspectos da produção para o mercado externo.** Informe econômico - Publicação do Curso de Ciências Econômicas/UFPI. Ano 10 – Nº 20 - julho/agosto de 2009.

\_\_\_\_\_. **Braço forte: Trabalho escravos nas fazendas da nação no Piauí - (1822 - 1871).** Passo Fundo - RS: UPF, 2005. (Malungo; 4).

\_\_\_\_\_. **Fazenda: pecuária, agricultura e trabalho no Piauí.** Teresina: EDUFPI, 2016.

\_\_\_\_\_. Origens e espaços de produção das fazendas pastoris do Piauí. In: MAESTRI, Mário (Org.). **Peões, gaúchos, vaqueiros, cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil.** Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo - UPF, 2009. p. 249-375. (Malungo).

\_\_\_\_\_. Fortunas do gado: fraudes e acumulação subtraída nas fazendas pastoris do Piauí. In: MAESTRI, Mário; SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos; ESSELIN, Paulo (Org.). **Peões, vaqueiros & cativos campeiros Estudos sobre a economia pastoril no Brasil.** Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo - UPF, 2010. p. 73-91. (Malungo).

MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. São Paulo: Martins, 1972.

MACHADO, Maria Helena P. T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.8, n. 16, p. 143-160, março/agosto, 1987.

MACIEL, Carlos Roberto Santos. **A composição da riqueza em Boquim e Lagarto/SE (1850-1888)**. 2014. 200 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador/BA, 2014.

MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios; RÊGO, Maria do p. Socorro N.N. do. “Ataliba, o vaqueiro: folhetim da seca”. IN: BRANCO, Francisco Gil Castelo. **Ataliba, o vaqueiro**. 12. ed. Teresina: Fundação Quixote, 2016, p.17 – 26.).

MALHERME, Juliana Mara Barbosa; LIMA, Solimar Oliveira. Cotidiano e trabalho das mulheres negras nas fazendas escravistas no Piauí. IN: LIMA, Solimar Oliveira (org.). **Sertão Negro: escravidão e africanidades no Piauí**. Rio de Janeiro: Booklink, 2008. P. 168-176. Apud. LIMA, 2016.

MASCARENHAS, Maria José Rapassi. **Fortunas Coloniais: Elites e Riqueza em Salvador 1760- 1808**. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, 1998.

MATOS, Simone de Oliveira. **Povos de Lagoas-PI na construção da Territorialidade Quilombola: uma etnografia**. 2013. 168 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia e Arqueologia, Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina/PI PI, 2013.

MATTOS, Regiane Augusto de. **De Cassange, mina, Benguela a gentio da Guiné: grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo (1800-1850)**. - São Paulo: Serviço de Comunicação Social. FFLCH/USP, 2009.

MATTOSO, Katia M. de Queiros. **Bahia, século XIX: uma província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, c1992. XII, 747 p ISBN 85-209-0397-0 (broch.).

\_\_\_\_\_. **Ser escravo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

\_\_\_\_\_. A opulência na Província da Bahia. In: ALENCASTRO, Luís Felipe de. **História da Vida Privada no Brasil 2. Império: acorte e a modernidade nacional**. 7. Reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp.143-179.

MELLO, Zélia Maria Cardoso de. **Metamorfose da riqueza São Paulo, 1845 - 1895**: Contribuição ao estudo da passagem da economia mercantil-escravista à economia exportadora capitalista. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

MOTT, Luiz. **Piauí colonial: população, economia e sociedade**. 2. ed. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010. (Coleção Grandes Textos- vol. 8);

\_\_\_\_\_. A pecuária no sertão do Piauí (1697-1818). In: MAESTRI, Mário; LIMA, Solimar Oliveira (Org.). **Peões, vaqueiros & cativos campeiros Estudos sobre a economia pastoril no Brasil**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo - UPF, 2009. p. 15-52. (Malungo).



MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX**. 1996. 319f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas/SP, 1996.

NEGREIROS, Rômulo Macêdo Barreto de. **As Trilhas da Morte no Sertão das Pimenteiras – PI (1769-1815): caracterização e reconhecimento arqueológico de um Território**. 2012. 134 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife-PE, 2012.

NETO, José Pereira de Santana. **A alforria nos termos e limites da lei: o Fundo de Emancipação na Bahia (1871-1888)**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador/BA, 2012.

\_\_\_\_\_. **Sociedade, indenização e liberdade precária: os meandros burocráticos do Fundo de Emancipação de escravos (São Francisco do Conde-BA)**. Tese (doutorado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas/SP, 2018.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agromercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)**. 2003. 435 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife - PE, 2003.

\_\_\_\_\_. **Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)**. 2. ed. Salvador e Feira de Santana - Ba: Edufba e Uefs, 2008.

\_\_\_\_\_. **Escravidão, pecuária e policultura: alto sertão da Bahia, século XIX**. Feira de Santana-BA: UEFS Editora, 2012.

\_\_\_\_\_. “Sampuleiros e traficantes: comércio de escravos do Alto Sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista”. **Afro-Ásia**, nº 24 (2000), pp. 97-128.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para História do Piauí**. editora: Artenova – Rio de Janeiro, 1975. (Vol. 1 a 4).

NUNES, Odilon. **Súmula de História do Piauí**. 2ª. ed.- Teresina: Academia Piauiense de Letras- convênio com o Banco do Nordeste, 2001.

NUNES FILHO, Djalma José. **A cidade e o rio: a navegação fluvial e o extrativismo vegetal na organização do espaço de Floriano-PI (1890 – 1950)**. 2013. 171 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, 2013.

OLIVEIRA FILHO, Francisco Helton de Araújo. “População e trabalho escravo da freguesia de Piracuruca, Piauí (1850-1888). IN.: LIMA, Solimar Oliveira (org.). **Historiografia da escravidão no Piauí**. – Teresina: EDUFPI, 2015.

\_\_\_\_\_. **Cativos do Sertão: A família escrava na freguesia de N. S. do Carmo de Piracuruca, Piauí - (1850-1888)**. 2016. 152 f. Dissertação

(Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza, 2016.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. **O povoamento Colonial do Sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência.** 2007. 201 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife-PE, 2007.

\_\_\_\_\_. **Catingueiros da Borracha: vida de Manicobreiro no Sudeste do Piauí, 1900-1960.** São Raimundo Nonato - PI: FUMDHAM/PETROBRAS, 2014.

PARÉS, Luis Nicolau. “O processo de criouliização no Recôncavo baiano (1750-1800)”. **Afro-Ásia**, nº 33 (2005), p. 87-132.

PEREIRA, Camila Mendonça. **Abolição e catolicismo: a participação da Igreja Católica na extinção da Escravidão no Brasil.** Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói/RJ, 2011.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. Cartas de alforria: “para não ter o desgosto de ficar em cativeiro”. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 26, nº 52, p. 141-174 – 2006, p. 162-163.

PIRES, Maria de Fátima Novais. **Fios da Vida: tráfico interprovincial e alforrias nos sertões de sima - BA (1860-1920).** São Paulo: Annablume, 2009.

\_\_\_\_\_. **O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia – 1830- 1888.** São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

PLÁSCIDO S., Mayara. “Revolução sem sangue” na “decantada pátria de Lucas” – **Experiências de trabalhadores/as negros/as e migrantes no Pós-abolição. Feira de Santana (1890-1930).** 228 f. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador - BA, 2017.

QUEIROZ, Teresinha. **A importância da Borracha da Maniçoba na economia do Piauí:1900-1920.** Teresina: UFPI/APL, 1994.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888.** 2007. 300 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação História, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas/SP, 2007.

REIS, João José (Org.). **Escravidão e Invenção da Liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil.** São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1988.

REIS, João José; AZEVEDO, Elciene (Org.). **Escravidão e suas sombras.** Salvador: Edufba, 2012.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil.** – 1ª ed. – São Paulo: Claro Enigma, 2012.

RIBEIRO, Marcelo Alves. **Sítio Arqueológico fazenda Água Verde – PI: Retalhos Históricos e detalhes Arquitetônicos.** 2013. 78 f. TCC (Graduação) – Curso de Arqueologia e Preservação

Patrimonial, Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, São Raimundo Nonato - PI, 2013.

ROCHA, Aline Santana dos Santos. **Escravidão e liberdade no "sertão" das Umburanas 1850-1888**. Feira de Santana-BA: UEFS Editora, 2016.

SALLES, Ricardo. **E o vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. **Evolução Histórica da economia piauiense e outros estudos**. Teresina: FUNDAPI, 2008.

SANTOS, Joceneide Cunha dos. **Entre farinhadas, procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)**. 2004. 183 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, 2004.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

\_\_\_\_\_. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru- Sp: Edusc, 2001.

SILVA C., Mairton. **“Batuque na Rua dos Negros: Cultura e polícia na Teresina da segunda metade do século XIX”**. 2008. 140 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, 2008.

\_\_\_\_\_. **Um caminho para o Estado do Brasil: Colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1800**. 2016. 308 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife/PE, 2016.

SILVA F., Sheyla. **Nas teias da fortuna: homens de negócio na Estância oitocentista (1820-1888)**. 2005. 167 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, 2005.

SILVA, Déborah Gonsalves. **Arranjos de sobrevivência: relações familiares entre escravos no sertão do Piauí (São Raimundo Nonato, 1871-1888)**. 2013. 112 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação História Social, Universidade Federal do Maranhão – UFMA – São Luís, 2013.

SILVA, Flávio André Gonçalves da. **São Raimundo de Belas Paisagens, Muitas Histórias: Um Diagnóstico sobre o patrimônio edificado de São Raimundo Nonato- PI**. 2009. 73 f. TCC (Graduação) - Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial, Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, São Raimundo Nonato - PI, 2009.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. Estudos Sociedade e Agricultura**. 1997.

SILVA, Rodrigo Caetano. **O escravo e o senhor nos últimos anos de escravidão no Piauí**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí - UFPI, Teresina/PI, 2018.

\_\_\_\_\_. **O negro escravo: o labor e condições de vida de cativos nas cidades de Parnaíba, século XIX**. In: LIMA, Solimar Oliveira (Org.). *Historiografia da escravidão negra no Piauí*. Teresina - PI: EDUFPI, 2015, p.177-198.

SLENES, Robert W. Escravos, cartórios e desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora? **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n. 10, p.166-196, ago. 1985.

\_\_\_\_\_. Senhores e subalterno no Oeste paulista. IN: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). **História da vida privada no Brasil: Império**. - São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.280.

\_\_\_\_\_. **Na Senzala, uma flor - Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX**. 2. ed. Campinas - SP: Editora da Unicamp, 2011. (Histórias do Brasil).

\_\_\_\_\_. Malungu ngoma vem! A África coberta e descoberta do Brasil. **Revista da USP**, nº2, dez-jan-fev, 1991-1992

SOARES, Débora Laianny Cardoso. **A Justiça no sertão: escravidão, processos crimes e o aparato judicial no Piauí (1850/1888)**. 2013. 119 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí - UFPI, Teresina/PI, 2013.

SOUSA, Talyta Marjorie Lira. **Filhos do Sol do Equador: as vivências e experiências cotidianas de trabalhadores negros na sociedade teresinense no final do século XIX**. 2012. 247 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí - UFPI, Teresina/PI, 2012.

TAPETY, Audrey Freitas. **“O vaqueiro no Piauí”: representações e práticas socioculturais (1960 a 2000)**. 2007. 113 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí - UFPI, Teresina/PI, 2007.

TEIXEIRA, Luana. **Comércio interprovincial de escravos em Alagoas no Segundo Reinado**. 2016. 309 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Recife/PE, 2016.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.